

António Abreu sobre a Coligação



Amar Lisboa



António Abreu é o primeiro candidato do PCP à Câmara Municipal de Lisboa, onde o Partido Comunista Português concorre coligado com o PS e com «Os Verdes», no âmbito da *Amar Lisboa*. Em entrevista ao *Avante!*, o dirigente comunista falou da relação do PCP com o PS na autarquia, da obra realizada e da demagogia da direita.

Centrais



Descontentamento
e protesto
na Administração Pública

A maior greve

Com uma adesão sem paralelo desde há muito, os trabalhadores da Administração Pública cumpriram anteontem um dia de greve, que afectou serviços centrais e locais por todo o País, demonstrando claramente que não querem ver os seus salários mais uma vez degradados.

Pág. 5

Hugo Neto ao *Avante!*

Portugal vai sofrer

«Portugal vai sofrer as consequências desta política», disse-nos o presidente da Federação Académica do Porto, acusando o Governo de ser o grande responsável pelo estado da educação no País.

Págs. 14 e 15

2.º Orçamento Rectificativo

O descontrolo das contas

Os deputados cumprem hoje e amanhã a última etapa do processo de aprovação do OE para 2002. Entretanto já foi apresentado novo Orçamento Rectificativo que ontem foi apreciado pela Assembleia.

Pág. 13

Em nome da segurança...

Julgamentos sumários

Os Estados Unidos ordenaram a submissão de presumíveis terroristas a processos sumários de julgamento em tribunais militares. Os arguidos terão de provar a sua inocência e não haverá direito a recurso.

Pág. 23

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tél. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tél. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tél. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tél. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tél. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tél. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tél. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros

25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Função Pública em greve nacional. Muitas escolas não abriam.

Resumo

21 Quarta-feira

O PCP apresenta na Assembleia da República um projecto de lei que estabelece a «inversão do ónus da prova» nos casos de litígio entre a empresa e o consumidor • A CGTP exige a regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social, bem como o cumprimento de diversos acordos relativos a trabalhadores e combate à fraude • A Frente Comum dos Sindicatos e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado convocam uma greve para o dia 27 mantendo as suas propostas salariais • George W. Bush dá instruções aos seus dois enviados especiais ao Médio Oriente para que procurem um cessar-fogo e o recomeço das negociações de paz entre Israel e a Palestina.

22 Quinta-feira

O PCP exige ao Governo explicações sobre as razões da quebra das receitas fiscais que levaram à apresentação de um segundo Orçamento Rectificativo • A CDU de Sintra apresenta uma queixa-crime contra a presidente da Câmara, Edite Estrela, por ter enviado aos municípios uma carta onde, em nome da autarquia, usa o seu «slogan» de campanha • O Sindicato dos Jornalistas refere em comunicado preocupação com a possível diminuição de jornalistas previstas para o «Público», «O Independente» e «Expresso» • A «Comissão de Utilizadores da Banca» realiza mais uma acção de protesto contra a criação das taxas para a utilização do multi-banco • Cinco alunos de uma escola da Faixa de Gaza são assassinados na sequência de um ataque israelita.

23 Sexta-feira

Sindicalistas e trabalhadores do sector eléctrico manifestam a sua indignação numa tribuna pública, na baixa lisboeta, para denunciar o incumprimento da legislação e dos direitos laborais por parte do patronato • A Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados promove uma «marcha lenta» de automóveis, em Braga, no sentido de alertar as autoridades para os atropelamentos mortais • As tropas da Aliança do Norte conquistam a cidade de Janabad, a apenas 20 quilómetros de Kunduz, último bastião dos Talibã no norte do Afeganistão • O presidente dos EUA, George W. Bush, propõe a criação de um Estado palestiano «independente e viável».

24 Sábado

A organização de Castelo Branco do PCP considera que o PIDDAC, para 2002, é injusto

para o distrito • O Congresso Nacional dos Verdes alemães aprova o envio de tropas para o Afeganistão, afastando a possibilidade de ruptura com a coligação governamental com o SPD • O embaixador de Portugal em Luanda, Fernando Neves, afirma que a UNITA está por detrás do massacre que vitimou quatro portugueses em Angola • Dois soldados russos das forças do Ministério do Interior são mortos num confronto entre militares federais e um grupo de separatistas tchetchenos.

25 Domingo

Carlos Carvalhas afirma no Fundão que o Orçamento de Estado para 2002 «foi feito à medida da banca e do capital financeiro» • A deputada do PCP, Odete Santos, questiona o Governo sobre a situação das carreiras dos trabalhadores do Ministério da Justiça, por não estar ainda a ser aplicado o decreto-lei que as reestrutura, apesar de aprovado em 1998 • Rafael Pineda e Ricardo Maduro são os dois candidatos que disputam o cargo de presidente da República nas Honduras • Mais de 300 mulheres de polícias francesas manifestam-se em Lyon exigindo melhores condições de trabalho para os seus companheiros • Os guerrilheiros do Nepal lançam novo ataque contra as forças policiais dos Himalaias, matando cinco polícias.

26 Segunda-feira

A Confagri e a Fenadegas manifestam-se esta no Terreiro do Paço para dizer «não ao fundamentalismo do Governo» na questão da taxa de alcoolemia • Os carteiros iniciam uma greve ao segundo período de trabalho; os trabalhadores querem que a empresa instaure um horário de sete horas e 48 minutos de trabalho contínuo, com meia hora de pausa • O governo nepalês pede ao rei Gyanendra que imponha o estado de emergência depois de três dias de violência que vitimaram 230 pessoas • As forças da Aliança do Norte entram em Kunduz.

27 Terça-feira

Os sindicatos da Função Pública realizam uma greve nacional para protestar contra a política de moderação salarial do Governo • O Parlamento Europeu mantém a queixa contra a decisão do Governo co-incinerar resíduos tóxicos na Arrábida • Aliança do Norte proíbe manifestação de mulheres em Cabul • O exército israelita retira-se da parte reocupada da cidade de Jenin, no Norte da Cisjordânia • Um operador de imagem sueco é assassinado em Taloqan, Norte do Afeganistão.

Aconteceu

Clonagem

Um primeiro passo para a clonagem de embriões humanos, visando produzir células estaminais destinadas a tratar doenças, foi dado nos EUA com o anúncio de investigadores de que conseguiram produzir embriões com património genético modificado. Os investigadores da empresa Advanced Cells Technology afirmam ter conseguido transferir o núcleo de uma célula de óvulos anteriormente retirados de mulheres que deram o seu acordo para esta investigação, produzindo os primeiros embriões humanos clonados conhecidos no mundo.

As vozes contra este avanço médico já se fizeram ouvir, com, por um lado, o Vaticano, que considera que «um embrião é um indivíduo», a reafirmar que «a clonagem é um acto abusivo e moralmente censurável», e por outro, a administração de George W. Bush a recordar que o presidente se opõe «100 por cento» à clonagem humana.

A UE, por seu lado, manifestou-se contra o financiamento com fundos comunitários de quaisquer programas de clonagem de embriões humanos, abrangendo nesta posição os projectos que tenham «objectivos terapêuticos».

Em Portugal, Luís Archer, presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, manifestou o seu desgosto relativamente às notícias que chegaram dos EUA. «Nem as vantagens terapêuticas justificam a clonagem», adiantou.

Violência doméstica

No ano 2000, a violência doméstica em Portugal representou 11 por cento do total dos homicídios, 3,3 por cento do total da criminalidade e 23 por cento do total de ofensas à integridade, segundo dados do Ministério da Administração Interna, citados pela Lusa.

A coordenadora do Projecto Inovar, Teresa Rosmaninho, que falou na cerimónia que assinalou o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, informou que 617 das vítimas eram menores.

Para Teresa Rosmaninho, o aumento de 16,7 por cento nas ocorrências em 2000, face a 1999, «traduz um aumento de confiança das vítimas de violência doméstica nas polícias». «A GNR e a PSP foram pioneiras em termos europeus no registo de utilização de armas», acrescentando que em 495 casos se registraram a utilização de armas de defesa, em 56 casos utilizaram armas de caça e em 1007 casos estiveram envolvidas outras armas.



GNR em «pré-ruptura»

A Guarda Nacional Republicana (GNR) encontra-se em situação de «pré-ruptura», o que poderá levar a uma «drástica redução» da sua actividade se o Governo continuar a negar o financiamento necessário, disse à Lusa um oficial da corporação.

O oficial, que se identificou mas pediu o anonimato, revelou à Lusa que, a pouco mais de um mês de a GNR assumir a investigação criminal dos delitos cuja a moldura penal não ultrapassa os cinco anos, «os investimentos efectuados na sua operacionalização não ascendem os 80 mil contos».

«A GNR sofre-se do orçamento corrente pa-

ra comprar alguns meios como câmaras de filmar e de fotografar ao pedido de financiamento de um milhão de contos escalonados a três anos, feito ao Governo, não obti-

ra comprar alguns meios como câmaras de filmar e de fotografar ao pedido de financiamento de um milhão de contos escalonados a três anos, feito ao Governo, não obti-

Até agora, sus-



vemos nem qualquer resposta nem sequer um tostão», afirmou.

O descontentamento de 26 mil efectivos da GNR passa também por outras «promessas não cumpridas pelo

«este Governo tem demonstrado apenas um total desrespeito pela instituição GNR, colocando os seus profissionais numa situação de descontentamento e desmotivação».

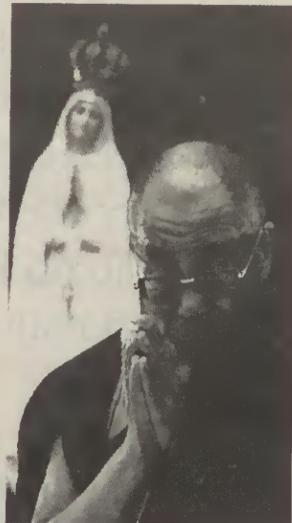
China repudia afirmações de Dalai Lama

O governo chinês repudiou segunda-feira a acusação de «genocídio cultural» no Tibete, feita por Dalaia Lama,

durante a sua visita a Portugal.

«Qualquer pessoa com algum conhecimento acerca do Tibete chinês discordará do que Dalai Lama diz», disse o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês. Zhang Qiyue justifica as suas afirmações com o facto de nos últimos anos ter havido um «grande desenvolvimento» no Tibete e de que a cultura tibetana «está bem protegida».

O governo chinês acusa ainda o líder espiritual budista tibetano de ser «uma figura política que se serve da religião para tentar dividir a China», considerando que «o Tibete faz parte da China há 700 anos» e que «nunca foi um Estado independente».



«E assim acontece»

O único «telejornal cultural» da Europa, o «Acontece», comemorou terça-feira, a sua edição número 1600 e a entrada no seu oitavo ano de existência. Com transmissão directa

da Galeria Municipal da Mitra, em Lisboa, o «Especial 1600» começou na RTP1, depois do telejornal. Transformada em grande sala de convívio, a Galeria da Mitra recebeu nomes consagrados e jovens revelações das áreas da literatura, cinema, arquitectura e artes plásticas. Aconteceram ainda reportagens, momentos de poesia, música ao vivo e ligações directas ao Porto e à livraria Ler Devagar em Lisboa.

A emissão passou para a RTP2, onde se realizou um debate sobre «cul-

tura e os portugueses», que ofereceu a possibilidade de participação dos espectadores através da Internet.

A apresentação do programa esteve a cargo de Carlos Pinto Coelho, o autor e apresentador habitual do programa, e de Florbela Godinho, Ana Santos, Lígia Veríssimo e Diana Duarte.

No ar há mais de sete anos, o «Acontece» é uma referência dentro do panorama televisivo português pela qualidade do seu jornalismo e pelo cuidado com que a informação é levada ao espectador.

Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglez

Tibete a «Causa» e as causas

Tivemos entre nós, uma semana, o Sr. Kenzin Gyatso, mais conhecido pelo título do 14.º Dalai Lama, numa das suas constantes itinerâncias pelo mundo, na condição de cabecilha do que resta da clique reaccionária e retrógrada tibetana, conluída com o imperialismo para atacar a China pela via da mentira e do separatismo. Essa é a «Causa» do sr. Kenzin Gyatso, envolta no habitual *blá-blá-blá* de defesa dos «direitos humanos», da religião, da «espiritualidade», etc., etc. Ao seu papel de «estrela» do espectáculo junta-se o «coro» que vai do «amigo» Mário Soares ao desbragado João Jardim, mais o habitual *casting* de participantes mediáticos ignorantes (ou não) da história e do presente do Tibete. O grande escândalo agora foi que tão alta figura como esta «Sua Santidade» não teve a recepção oficial dos órgãos supremos do Estado português (PR, Governo, AR) – porque era uma visita particular. É bom que se saiba que nem hoje nem nunca, desde o séc. XIII, setecentos anos, nenhum Estado do mundo reconheceu o Tibete como Estado independente mas sim como parte integrante da China. Bem fez neste caso o Estado Português (e oxalá não ceda) não se prestando à farsa e decidindo segundo as normas habituais das relações entre estados soberanos, neste caso Portugal e a China. Os ignóbeis achincalhos produzidos recaem é sobre quem os proferiu.

Passam agora 50 anos sobre a libertação pacífica do Tibete, no seguimento da Revolução Chinesa, e em concordância com as negociações que levaram, em 23 de Maio de 1951, à assinatura do que ficou conhecido como «Acordo dos 17 Artigos». Com todas as eventuais duplicidades, foi este 14.º Dalai Lama e seu governo que deram assentimento, antes, durante e após, a esse Acordo, que regulava a integração pacífica do Tibete na China, e sua autonomia subordinada ao governo central da China, a manutenção do regime vigente no Tibete até à elaboração ulterior dos princípios da sua reforma democrática. Depois, o Exército Popular de

Nunca, desde o séc. XIII, setecentos anos, nenhum Estado do mundo reconheceu o Tibete

Libertação da China chegou a Lhasa na presença deste Dalai Lama, em Outubro 1951. É sabido, também, que este 14.º Dalai Lama participou em 1954 na 1.ª Assembleia Nacional Popular da China, que aprovou a 1.ª Constituição da R.P. da China, e foi nesta eleito vice-presidente do seu Comité Permanente. E que em 1996 este mesmo Dalai Lama assumiu a presidência do Comité Provisório encarregado da organização da Região Autónoma do Tibete. As relações entre o governo central e o governo local estavam, portanto, normalizadas.

Mas a facção mais reaccionária dos lamas, nobres e funcionários da clique do Dalai Lama estava alarmada com a ideia de que se tinham de definir também as normas da reforma democrática, conforme o acordado em 1951. O seu estatuto actual e futuro estava pois em causa, e essa facção pró-ocidental retomou a ofensiva agitando a bandeira separatista e religiosa. Apoiada pela CIA, fundou uma organização política e um «Exército de Defesa da Religião», iniciando em 1956 ataques armados. Reagindo com prudência, o governo central propôs adiar a reforma, até que se chegasse a um acordo satisfatório sobre prazos e requisitos para a sua implantação. Mas a facção contra-revolucionária intensificou os ataques e, aproveitando-se de um festival religioso, desencadeou uma insurreição a 10 de Março de 1959, mandou o Dalai Lama para a Índia e generalizou os conflitos. O acordo de 1951 foi assim rompido. A guerra que se seguiu, entre 1959 e 1961, não foi entre dois países nem teve carácter religioso. Foi uma guerra civil entre duas coligações sociais. Dum lado, as forças imperialistas interessadas na divisão da China e os lamas e nobres mais ricos empenhados na preservação do regime teocrático-feudal. Do outro lado, o governo popular central e os monges, nobres, escravos e servos comprometidos com a unidade da China e a reforma democrática do Tibete. Esta a natureza social do conflito, as causas reais e não a «Causa» que move ainda o Sr. Kenzin Gyatso.

Seria esclarecedor dizer o que era o Tibete em 1951, o regime feudal-teocrático vigente, e o que é o Tibete hoje, após o começo da implantação da reforma democrática nos anos 60. O espaço não basta. Mas quem é que pode encher a boca com os «direitos humanos» – coisa que não existia pura e simplesmente no Tibete em 1951 – e a realidade do progresso social que, passados 50 anos, continua a desenvolver-se e ampliar-se? A resposta verdadeira é inequívoca.

Editorial

UMA BATALHA PARA GANHAR

Mobilizar o eleitorado CDU para o voto no dia 16 de Dezembro: eis uma das principais tarefas que se colocam, aos militantes comunistas e aos activistas da CDU em geral, nas duas semanas que nos separam do acto eleitoral. Isto não significa, naturalmente, que descuremos a nossa intervenção junto de importantes segmentos do eleitorado que – votando noutras forças políticas, nomeadamente em eleições legislativas – se têm manifestado disponíveis para votar CDU em eleições autárquicas. Tanto mais que, como se sabe, essa opção pela CDU nas autarquias decorre do conhecimento vivido dos traços distintivos dos eleitos da Coligação Democrática Unitária, traduzidos na quantidade e na qualidade da obra feita. E sabendo como sabemos que é sempre possível fazer mais e melhor – e, por isso, nunca perdendo a perspectiva de melhorarmos a nossa intervenção autárquica – sabemos igualmente que o que fizemos é muito, é, sem margem para quaisquer dúvidas, mais e melhor do que o que foi feito nas autarquias de qualquer das outras maiorias. O trabalho, a

“O reforço eleitoral da CDU é um objectivo alcançável”

honestidade, a competência de que falamos, quando nos referimos à CDU, não é um *slogan*, não é a enunciação abstracta de três nobres conceitos: é, isso sim, uma síntese verdadeira, rigorosa da prática autárquica da CDU – síntese que, por razões óbvias, não é aplicável a nenhuma outra força política.

Muito é possível – e necessário – fazer nas próximas duas semanas para que a CDU faça chegar a sua prestação de contas, as suas propostas, o seu projecto, a sua mensagem junto do maior número possível de homens, mulheres e jovens; para que a CDU estimule o seu eleitorado a intervir em massa, no próximo dia 16 de Dezembro, utilizando a importante arma de que é feita essa batalha: o voto.

As eleições são uma das múltiplas batalhas de que é feita a intervenção dos comunistas e dos seus aliados. Estamos, todos os dias e em todos os momentos, ao lado dos trabalhadores que lutam pelos seus direitos e interesses; ao lado dos jovens que se batem pelo seu direito ao presente e ao futuro; ao lado das mulheres que prosseguem a sua luta emancipadora; ao lado dos reformados e pensionistas que exigem o respeito pela sua dignidade; ao lado dos pequenos e médios empresários, vítimas, também eles, do grande capital; ao lado, enfim, de todos os que rejeitam e lutam contra a política de direita e se batem por uma política de esquerda – e é aí, nesse mesmo espaço de luta e com esses mes-

mos objectivos presentes, que nos encontraremos no dia 16 de Dezembro; e é aí que marcamos encontro com todos os que, todos os dias e em todos os momentos, estão connosco nas muitas batalhas que travamos; e é aí, votando CDU, que cumpriremos, com êxito, a tarefa específica que nesse dia se nos coloca.

Não subestimamos os obstáculos que se nos deparam nesta batalha. Sabemos que o partido do Governo, utilizando em seu proveito o aparelho de Estado (e, também nesta matéria, o PS imita e repete as práticas adoptadas pelos governos do PSD e do PSD/CDS), chama a si, abusivamente, significativas vantagens eleitorais. Sabemos quanto pesa, do ponto de vista eleitoral, o facto de a actividade e a intervenção da CDU serem silenciadas ou deturpadas por vários órgãos de comunicação social.

Mas sabemos o que valemos. Temo-lo dito e repetimos: partimos para esta batalha dispendo de um conjunto valioso de vantagens, as vantagens de sermos o que somos, as vantagens que decorrem do trabalho da CDU nas autarquias e da forma como realiza esse trabalho; da qualidade e disponibilidade dos candidatos com que a CDU se apresenta ao eleitorado; da seriedade dos programas de trabalho para o futuro imediato; de uma intervenção permanente, por parte das forças que integram a CDU, na defesa dos interesses de quem trabalha e vive do seu trabalho. Assim, é necessário que saibamos utilizar essas vantagens com vistas ao reforço da CDU no dia 16 de Dezembro – não numa despidorada caça ao voto em que o vale-tudo é rei, como acontece com outras forças políticas, mas com um enorme respeito pela inteligência e pela sensibilidade de todos os eleitores.

O reforço eleitoral da CDU nas próximas autárquicas, reveste-se de um duplo e importante significado. Por um lado, esse reforço – consolidando maiorias já existentes, alcançando novas maiorias, elegendo mais autarcas, aumentando a votação da CDU – permitirá continuar e intensificar o bom trabalho até aqui realizado, possibilitará uma melhor resposta aos problemas mais sentidos pelas populações, será um contributo decisivo para o fortalecimento do próprio Poder Local Democrático. Por outro lado, o reforço da CDU nas eleições de 16 de Dezembro criará melhores condições para o prosseguimento e a intensificação da luta por uma política de esquerda, por melhores condições de vida e de trabalho, pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Acresce que esse reforço da CDU é uma possibilidade real, um objectivo alcançável. Uma possibilidade e um objectivo cuja concretização depende, em grande medida, da capacidade dos activistas da CDU para – com a determinação, o entusiasmo e a confiança que os caracteriza – fazerem chegar a sua mensagem e o seu lúcido e esclarecido apelo ao voto a todos os tradicionais e potenciais eleitores da Coligação Democrática Unitária. E, assim sendo, esta é uma batalha que vale a pena travar. E ganhar.

Actual Os que (não) vão morrer

• José Casanova

«Guerra estranha esta em que já morreram mais jornalistas do que soldados americanos»: assim foi comentada, no noticiário da TVI, na passada terça-feira, a notícia da morte de mais um jornalista – o oitavo! – no Afeganistão. Estou em crer que a estranheza sublinhada decorre de uma monumental distração de quem a manifestou. Com efeito, basta ter acompanhado o trabalho levado a cabo pela generalidade dos jornalistas em missão no Afeganistão, e ter estado minimamente atento ao que, até agora, tem sido dito e feito pelos EUA naquele país, para percebermos que nada tem de estranho, antes é normalíssimo, o facto de, nesta guerra, terem morrido mais jornalistas do que soldados norte-americanos.

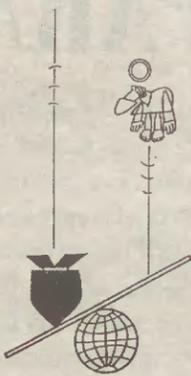
Os jornalistas arriscam as suas vidas no Afeganistão para ver, ouvir e contar aos seus leitores, aos seus ouvintes, o que ali se passa. Os soldados norte-americanos, até agora, não arriscaram rigorosamente nada: mata-

ram, apenas... Os seus chefes mandam-nos lançar bombas de altitudes inatingíveis pelas armas antiaéreas – bombas que, por isso mesmo, caem onde esses chefes querem que caiam e, também, onde eles dizem não querer que caiam...; bombas que, por isso mesmo, matam quem calha estar no sítio errado à hora errada (mesmo que sítio errado seja estar em casa, com a família, ou no local de trabalho); bombas que, por isso mesmo, podem, até, matar jornalistas no cumprimento da sua missão de informar. Quando a acção dos soldados norte-americanos for em terra, os seus chefes (já disseram) ordenarão aos chefes afegãos das alianças todas – do norte, do centro, do sul – que enviem, à frente (bem à frente), milhares, muitos milhares de soldados afegãos, os quais poderão vir

a constituir uma autêntica massa de carne para canhão (no significado total desta expressão). E são estes – os soldados afegãos (mais os que têm a infelicidade de estar no sítio errado, mais os jornalistas) – que morrem; e são aqueles – os soldados norte-americanos, os seus chefes e, por força das circunstâncias, os chefes afegãos – que... não morrem.

Quer isto dizer que, à excepção (certeza certa) dos chefes norte-americanos e (certeza quase certa) dos seus soldados, praticamente toda a gente que vive ou está no Afeganistão pode, de um momento para o outro, morrer.

Por isso, nada de estranho há no facto de, nesta guerra, terem morrido «mais jornalistas do que soldados americanos». O contrário, sim, é que seria motivo de grande estranheza.



Erro infantil

• Carlos Gonçalves

Nos últimos dias, alguns jornais deram à estampa especulações e desmentidos diversos sobre a coligação com o CDS/PP que – diz-se – Guterres procurará concretizar após as legislativas de 2003, caso o PS seja de novo o mais votado, sem maioria.

Postas assim as coisas, podemos estar perante uma manobra de contra-informação – ou do PSD para caçar votos PS e PP, ou do partido de PPortas para mais uma jura (falsa) de que sempre foi por uma AD recauchutada, ou do PS para repetir à exaustão a sua pretensa «equidistância» dos outros partidos. Pode até ser tudo isto junto num cambalacho de intrigas e politiquices.

Mas pode também ser «adivinhação» de quem conheça de facto o que se pensa no PS e tenha decidido «atirar o barro à parede».

E é neste quadro que surge, este domingo em Barcelos, a garantia categórica de Jorge Coelho de que «o PS não se aliará ao PP», que, com o devido respeito, vale coisíssima nenhuma.

Desde logo porque os imponderáveis são mais que muitos. Nem é líquido que o PS venha a ganhar as próximas legislativas nem que Guterres e Coelho continuem «ad eterno» a decidir e mistificar nestas matérias.

Depois, porque está mais que provado que nenhuma jura da actual direcção do PS negando alianças à direita merece credibilidade.

Porque as convergências

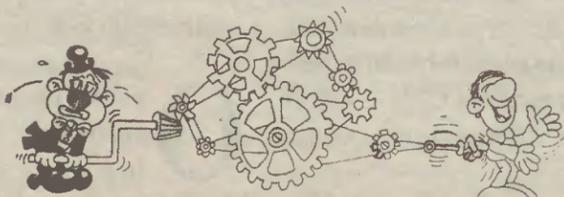
e coligações do PS com as forças à sua direita, sendo velhas e revelhas, são tão actuais e previsíveis no futuro, que se pode falar numa «never ending story» – uma história interminável.

No passado houve o governo PS-CDS, que durou seis meses em 78, e o do bloco central PS-PPD, que durou dois anos em 83/85, e no «guterrismo» temos, neste preciso momento, uma coligação formal do PS com o Movimento Humanismo e Democracia dos «dissidentes» do CDS/PP. E são várias as coligações autárquicas PS-PP, assumidas ou não.

E são incontáveis as convergências à direita em questões estruturantes. Agora mesmo com o PSD/Madeira do democraticamente inqualificável Jardim, dando nova machadada no Estado de direito para facilitar a negociata do segundo episódio do Orçamento Rectificativo.

No fundo é como se aqui e agora funcionasse um triângulo de segurança dos grandes interesses, em que PSD e PP, juntos ou nem tanto, assumidamente ou nem por isso, fizessem à vez o papel de tutor, ordenança, ou alcoviteiro do PS, para a consumação da política de direita.

Por isso, com este PS de Guterres são sempre previsíveis novas convergências e alianças à direita e os desmentidos nesta matéria não valem nem «meio tostão furado». Como há tempos dizia, em sentido diametralmente oposto, o próprio Jorge Coelho, qualquer ilusão a este respeito seria um «erro infantil».



O voto perdido

• Leandro Martins

Esta vez não escreverei sobre o Afeganistão, acerca do qual o nosso jornal não deixa de referir-se, porque ali se modela não apenas o domínio «ocidental» que pesará nas vidas sobreviventes dos povos que o habitam mas também sobre o mundo todo, na construção de um projecto totalitário liderado pelo imperialismo americano. Nem escreverei sobre a telenovela do lama Dalai, ontem em exposição no Museu de Arte Antiga – lugar apropriado – visitada pelo Presidente da República que tem vindo a mostrar um interesse absorvente pelas religiões arcaicas. Não deixarei de ceder, porém, à sedução das notícias, daquelas que envolvem os portugueses e o mundo, já que fomos talhados para estar presentes nos lugares onde se joga o futuro do planeta.

A notícia «caiu» na rádio, preocu-

pante como uma bomba pouco cirúrgica, fragmentando a ideia que um cidadão luso faz do seu país. Nada mais nada menos: perdemos, Nós, os Portugueses, o direito de voto na assembleia parlamentar da NATO. Isto porque não pagámos as quotas em devido tempo.

Bem vistas as coisas, o direito de voto não faz falta nenhuma aos portugueses naquela instância da suprema aliança. Duvido mesmo que alguém o haja exercido, em mandato dele-

gado pelos governos todos desde que a Aliança se formou para combater o império do mal e mais recentemente

para instaurar o bem. E se algum português ali votou foi, agachadamente, a mando e à vontade do dono imperial. Para isso não é preciso pagar, mesmo à borla o Governo de Guterres cumpriria a tradição.

Mas não pagar as quotas, senhores! Arrogar-se a gente o mesmo direito dos Estados Unidos que estiveram anos sem pagar um tusto à ONU à espera do momento de a poderem comprar quase por inteiro. É demasiada arrogância.

Talvez me engane. Talvez não tenha sido por distração, pobreza ou arrogância que o Estado não desembolsou os 4500 contos – se fosse o caso de dar um subsídio a um capitalista necessitado, Guterres seria capaz de o cumular de milhões. Talvez fosse apenas para dar a oportunidade, um dia destes, a mais um orçamento rectificativo...



Frases

“É uma pena ver a CIP convertida numa “CGTP dos patrões”, incrustada num mundo fechado de dogmas, empedernida pela defesa de posições conservadoras. Esta sua última demissão [acordo na Segurança Social] é a antítese do Pacto Social, que devia buscar a competitividade, que a nossa economia está a perder, e conciliá-la com objectivos de bem-estar e justiça social, que o país nunca verdadeiramente atingiu.”

(Sérgio Figueiredo, Público, 22.11.01)

“Os ministérios dão dinheiro por “lobbies” e não por interesse nacional.”

(João Pedro Gomes, Focus, 22.11.01)

“Os cartazes de Pedro Santana Lopes falam de uma cidade onde as coisas se fazem só de se nomearem, e isso é preocupante. Túneis abertos, ruas esventradas, casas no centro de Lisboa, creches e jardins, piscinas e estacionamento – tudo isso é mentira. Portugal não tem dinheiro para esses luxos.”

(Francisco José Viegas, Jornal de Notícias, 22.11.01)

“É lastimável – digo-o com sinceridade – que homens como Jorge Coelho desperdicem energias e qualidades prestando-se a servir de bombeiros itinerantes ao serviço de causas que não merecem ser vencidas e que não têm outro mérito que não o de servirem os interesses eleitorais do partido.”

(Miguel Sousa Tavares, Público, 23.11.01)

“Paulo Portas já começou a justificar a derrota. Agitando o fantasma da conspiração e elegendo como primeiro inimigo um caldo de cultura hostil ao CDS.”

(Raul Vaz, Diário Económico, 24.11.01)

“Fiz um teste psicotécnico que dizia que poderia vir a ser padre, jornalista, advogado ou político. Já fui tudo menos padre.”

(Paulo Portas, Focus, 22.11.01)

“A aviação norte-americana será certamente bem sucedida nos bombardeamentos do Afeganistão. Responde com fogo ao fogo que a CIA ateou. Os talibãs são um produto caseiro das suas habilidades. Veremos se consegue agora indicar os caminhos da paz.”

(Frei Bento Domingues, O. P., Público, 25.11.01)

“Manter os princípios de civilização em todas as circunstâncias é um princípio fundamental para evitar a corrupção do ideal democrático.”

(Eduardo Maia Costa, idem)

“As criaturas terroristas arregimentadas pela CIA viraram-se contra o seu principal criador, assassinando cidadãos e pondo em causa os interesses vitais dos EUA na Ásia Central e no Médio Oriente. Os velhos “combatentes da liberdade” contra a URSS transformaram-se em “terroristas fanáticos” contra os EUA.”

(Alfredo Barroso, Expresso, 24.11.01)

“Quando ganha cada vez mais fôlego a sábia teoria segundo a qual só os pobres são responsáveis pela sua própria miséria, não espanta a grande comoção que causa a morte em directo de gente boa e bonita nos países ricos, nem a total indiferença que provoca a morte em diferido de milhões de desgraçados em países tão miseráveis como o Ruanda, o Iraque ou o Afeganistão.”

(idem, ibidem)



Resposta à altura da afronta salarial na Administração Pública

A maior greve

A paralisação de anteontem foi «uma das maiores, senão a maior alguma vez feita na Administração Pública», disse ao *Avante!* o dirigente da Frente Comum de Sindicatos, Paulo Trindade, que à hora do almoço estava na Escola Passos Manuel, um dos estabelecimentos de ensino que em Lisboa ficaram encerrados.

«Esperamos que o Governo tenha em conta a expressão do descontentamento patente nesta greve, que é, sem dúvida, uma das maiores, senão a maior alguma vez feita na Administração Pública, e que inverta as suas posições, nomeadamente à mesa das negociações», afirmou Paulo Trindade. Se tal não acontecer, salientou, «o recurso é os sindicatos prosseguirem com novas e diversificadas formas de luta».

Paulo Trindade mede a amplitude da greve de 27 de Novembro, tanto pelo leque de estruturas sindicais que

marcaram a greve como pela participação dos trabalhadores.

Para além das três dezenas de organizações que integram a Frente Comum – filiadas na CGTP ou sem filiação confederal, e largamente representativas da grande maioria do pessoal nos diferentes sectores e profissões –, a greve foi também convocada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e apoiada pela FNE, um e outra filiados na UGT.

O dirigente da Frente Comum referiu que «há uma grande adesão mesmo em áreas onde, noutras lutas,

costuma haver índices muito baixos, frequentemente por os trabalhadores estarem mais ligados ao poder, mais directamente dependentes de membros do Governo». Esta acrescida participação na greve somou-se «à adesão tradicional, que se mantém elevada e subiu, como sucedeu na Saúde, na Educação, nas autarquias locais (nomeadamente na recolha do lixo)». «Mas o que vimos nesta greve é que também, em muitos casos, pela primeira vez, trabalhadores da área administrativa e técnica das autarquias aderiram e encerraram os serviços», realçou Paulo Trindade, acrescentando que «o mesmo sucedeu um pouco por todos os ministérios: o Instituto de Meteorologia não emite boletins, o Arquivo de Identificação Civil está com as portas encerradas, há uma grande adesão em serviços dos impostos».

Recusando a «guerra dos números» com o Governo, concluiu que «um pouco por toda a Administração Pública a adesão está a ser bastante significativa».

Quando questionado se é correcto inferir que os trabalhadores que não fizeram greve aceitam os 2,5 por cento de aumento salarial propostos pelo Governo, Paulo Trindade reagiu prontamente: «Nem

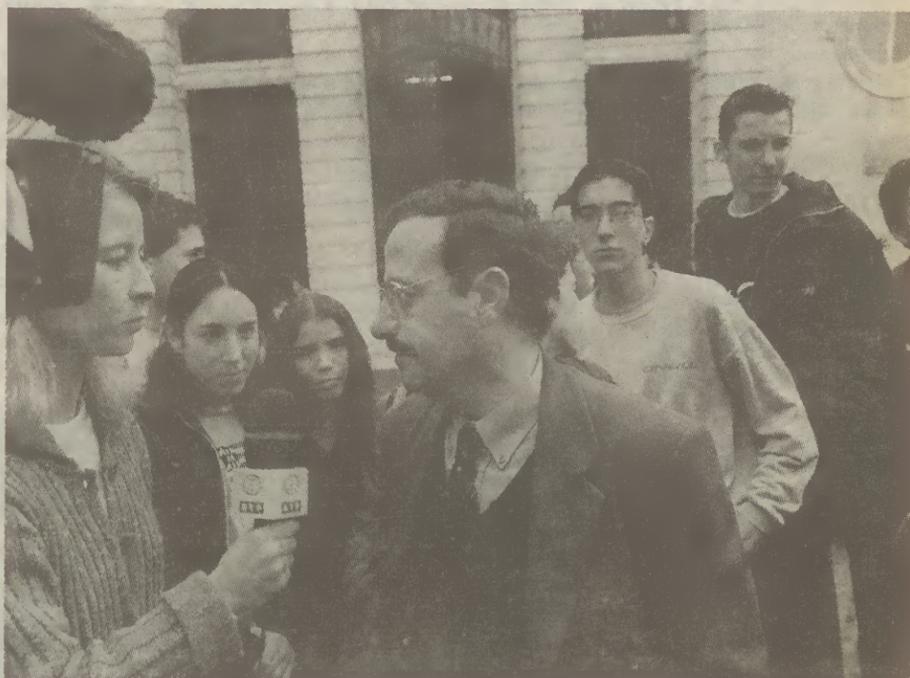
Autarquias com 80 por cento

A forte adesão à greve evidenciou o grande descontentamento contra a repetida contenção salarial

Ao princípio da noite, o STAL emitiu uma nota informando que, nas autarquias locais, a greve nacional da Administração Pública registou uma adesão global de 80 por cento, «com a paralisação total de muitas juntas de freguesia e serviços municipais». Também para o sindicato – que

nos 3 anos os trabalhadores sofreram uma forte quebra do seu poder de compra».

«Os 380 milhões de contos para benesses fiscais aos grandes grupos económicos, que o Governo inscreveu no Orçamento do Estado, e os milhões de contos gastos com salários chorudos e outras mordomias a gestores públicos são a contradição que provoca a revolta e prova a existência de capacidade financeira para a valorização dos salários dos trabalhadores e a consequente dignificação dos ser-



Proseguir a luta é o recurso que resta aos sindicatos e aos trabalhadores, caso o Governo insista em sacrificar os salários

Feitas as contas...

As propostas sindicais de actualização salarial na Administração Pública para 2002 foram apresentadas em Setembro. A 14 de Novembro, o Governo quantificou a sua contraproposta: actualização dos salários em 2,5 por cento, assegurando um aumento mínimo de 3 contos (o que significa mais 100 escudos por dia) e um subsídio de refeição de 700 escudos. Tais valores ficam abaixo da inflação verificada e previsível.

No ano em curso, a actualização dos vencimentos no Estado foi decretada com base numa inflação esperada de 3 por cento... que deverá atingir, pelo menos, os 4,3 por cento. Ficam os trabalhadores a perder 1,3 pontos.

Já em 2000, os salários tinham sido actualizados em 2,5 por cento e a inflação, estimada em 2 por cento, chegou aos 2,9.

É complicado fazer contas à vida, quando o «cabaz de compras» português supera o custo médio dos países europeus e os salários, também em média, nem chegam a metade do que recebem os trabalhadores dos restantes países da UE.

Mas, para o Governo, as contas são outras: os grandes empresários escapam impunemente ao pagamento de impostos, mostrando as estatísticas oficiais que a banca paga sobre os seus lucros milionários cerca de um terço do IRC que vigora para a generalidade das empresas. Os trabalhadores por conta de outrem continuam a suportar o maior peso dos impostos, quer através do IRS, a que não podem fugir, quer com o IVA e outros impostos indirectos.

Feitas as contas, justifica-se o protesto e a luta.

de perto, nem de longe!» E relatou, com indisfarçável emoção, que «inclusive, ontem tivemos muitos trabalhadores a telefonar-nos para dizerem que não iam fazer greve, porque têm salários muito baixos e não podiam perder o dia de ordenado, mas que estavam connosco».

abrange um sector em que os mais de 43 por cento dos trabalhadores têm vencimentos íliquidos situados entre os 57 e os 108 contos – «é inaceitável e imoral a insistência do Governo em aumentos de 2,5 por cento, quando se sabe que a inflação irá atingir valores bem superiores e que só nos últi-

viços públicos que prestam», protesta o sindicato.

A Frente Comum de Sindicatos estimou em 70 por cento a média global de adesão à greve nacional da Administração Pública.

As negociações com o Governo continuam no dia 3 de Dezembro, segunda-feira.

Carteiros

Estão em greve ao segundo período de trabalho, desde segunda-feira e durante duas semanas (até 7 de Dezembro), os carteiros dos CTT. Segundo o SNTCT/CGTP, verificou-se no primeiro dia uma adesão à greve acima dos 60 por cento, com impacto na distribuição da correspondência, agravado por esta paralisação ocorrer depois de duas semanas de greve às horas extraordinárias. Os carteiros lutam em defesa da instituição do horário de trabalho contínuo. Actualmente, o horário dos carteiros está distribuído por dois períodos, com um intervalo de uma hora ou hora e meia, mas muitos não fazem o intervalo por necessidade de serviço, acabando por trabalhar mais uma hora por dia sem pagamento extraordinário. Os carteiros dos centros de distribuição de Lisboa e do Porto, que não são abrangidos por estas duas semanas de greve, juntam-se aos restantes camaradas numa nova série de paralisações, nos dias 27, 28 e 31 de Dezembro.

Portucel

Vão fazer greve amanhã e quarta-feira os trabalhadores do grupo Portucel, exigindo melhores salários e redução do horário. De acordo com o Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, as propostas das administrações das fábricas de Setúbal, Cacia-Aveiro e Vila Velha de Ródão ficaram aquém das reivindicações dos trabalhadores. Ao ficar-se por apenas 4,2 por cento de aumento salarial, a Portucel assume uma posição «injusta», por não compensar a degradação dos salários e por não repercutir nas remunerações do pessoal os elevados lucros obtidos (mais de 11 milhões de contos nos primeiros 9 meses deste ano). A posição da Portucel é classificada pelo sindicato como «política», da responsabilidade dos administradores do grupo e da tutela governamental, «para tentar impor a contenção salarial».

Jornalistas

Já foram despedidos este ano mais de 200 jornalistas, disse Alfredo Maia à Lusa. O presidente do Sindicato dos Jornalistas manifestou-se «extremamente preocupado» com o momento que se vive na comunicação social, comentando que «mais uma vez, são os jornalistas a pagar os custos da crise, o que é extremamente injusto». Alfredo Maia lamentou que muitos projectos na Internet tenham sido sobredimensionados, o que resultou na sua falência. Na imprensa, depois do *Independente* ter dispensado 12 profissionais, o *Público* revelou segunda-feira que quer dispensar 15 jornalistas. O grupo de Balsemão, proprietário do *Expresso* e da *SIC*, entre outros, encerrou as revistas *Mundo Vip* e *Nova* e anunciou, quinta-feira, por e-mail dirigido a todos os funcionários da *SIC*, que estava aberta a porta para rescisão de contratos.

Denúncia pública na baixa lisboeta exige respostas firmes no material eléctrico

Multinacionais condenadas

As empresas que dominam o sector querem somar a laboração contínua aos despedimentos, à «deslocalização», à precariedade de emprego, impedimento da actividade sindical, desrespeito das pausas de repouso, proliferação da tendinite.

Várias dezenas de dirigentes e delegados sindicais reuniram-se, sexta-feira passada, na Rua Augusta, onde a FSTIEP/CGTP-IN realizou uma «tribuna pública de denúncia do mau comportamento das multinacionais» no sector do fabrico de material eléctrico e electrónico. A análise da situação social e laboral, feita pelos sindicatos e a

federação, foi complementada com depoimentos de trabalhadores e trabalhadoras.

Uma resolução, aprovada e depois entregue no Ministério da Economia, reclama «uma intervenção imediata do Governo» a fim de repor a legalidade. Foram lembrados os despedimentos resultantes de reestruturações, fusões ou deslocalizações, verificados na Texas-Instru-

ments, na Samsung, na Grundig e na Peh. Ficou o alerta para processos semelhantes em curso actualmente na Alcoa (ex-Indelma), na Alcatel e na Desco, bem como para sinais preocupantes de que outras empresas poderão seguir o mesmo caminho.

Neste importante sector, «a maioria das multinacionais actua na ilegalidade em relação aos direitos sindicais», impedindo a actividade sindical no interior das empresas. São praticados

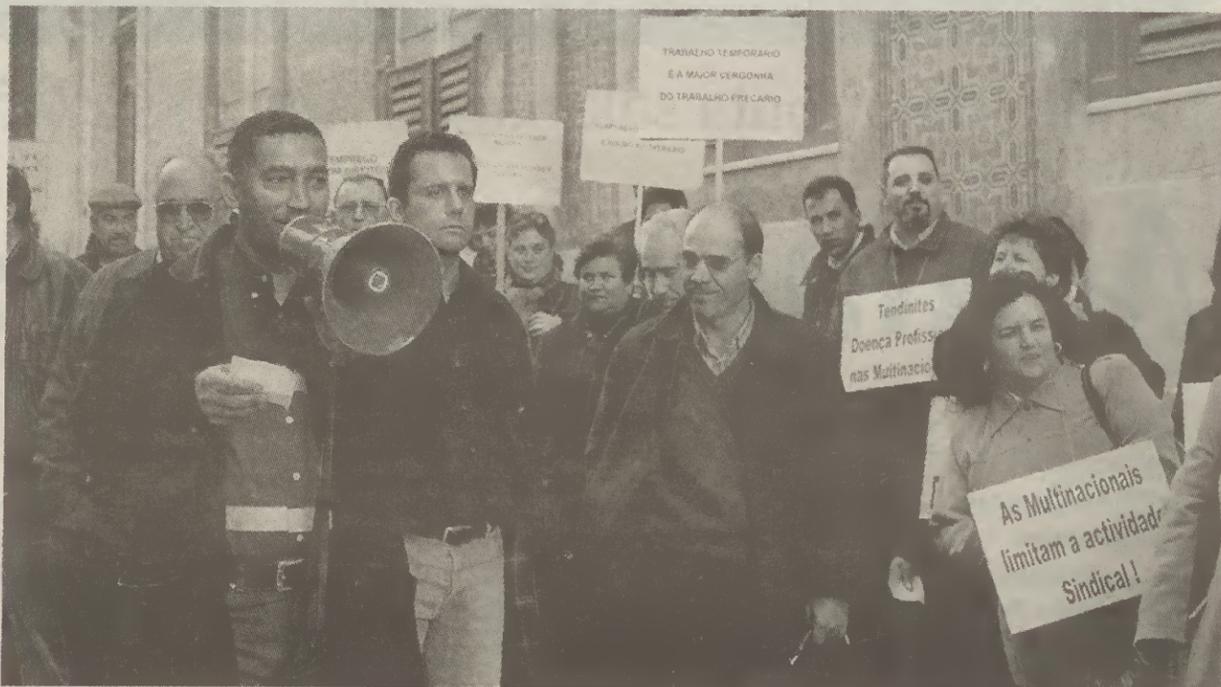
baixos salários, com elevados ritmos de produção e muito alto grau de precariedade de emprego. O desrespeito das normas de higiene, saúde e segurança faz com que milhares de trabalhadores, sobretudo mulheres, fiquem incapacitados por contraírem tendinite.

O Governo foi acusado de não ter «coragem política para colocar as multinacionais dos FMEE no seu lugar», já que, «oferecendo milhões de contos de apoi-

os financeiros e benefícios fiscais para a criação de postos de trabalho, muitas vezes utilizados pelas multinacionais para despedir trabalhadores, as convida a ter o comportamento explorador e ilegal a que temos assistido, abandonando o país na primeira oportunidade que lhes é conveniente».

Mesmo perante este quadro de ilegalidades, o Governo, através do Ministério do Trabalho, mostra disponibilidade para publicar um despacho autorizando o horário da laboração contínua nas empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico, o que, como se afirma na resolução, demonstra «completa capitulação face às exigências das multinacionais» e desprezo pelas «graves implicações que tal decisão teria na saúde e na vida particular, designadamente das mulheres trabalhadoras do sector».

Na tribuna interveio Vicente Merendas, que saudou a iniciativa e reafirmou o empenhamento dos deputados comunistas para, na AR, fazer ouvir os problemas dos trabalhadores e propor soluções justas, nomeadamente para prevenir as doenças profissionais e para evitar que, impunemente, multinacionais se instalem em Portugal e «levantem a tenda depois de receberem os subsídios».



Depois do protesto dos dirigentes e delegados sindicais, está em preparação uma concentração nacional

Emigrantes na Suíça à frente na luta

Os trabalhadores da construção na Suíça realizaram recentemente uma jornada de protesto a nível nacional, lutando por melhores salários e garantias de mais dignas condições de trabalho.

Durante várias horas, no dia 19, foram bloqueadas 300 obras, uma acção de luta pouco vista num país «tranquilo» como a Suíça – nota

Manuel Beja, dirigente sindical do sector. Em depoimento enviado ao *Avante!*, refere que «os operários portugueses são tidos como os melhores trabalhadores da construção na Suíça, pela sua qualidade de trabalho, pelo interesse na formação profissional, pela capacidade de integração e de solidariedade para com os camaradas de

trabalho e, também, pela sua tradicional humildade e o forte desejo de vencer na vida». São, actualmente, «cerca de 25 mil legalizados, mas há ainda muitas centenas, senão milhares» em situação irregular.

«Estes emigrantes estão na fila da frente das lutas sindicais, marcando presença e reivindicando os seus direi-

tos», salienta Manuel Beja. «Não se deixam vergar pelo canto de sereia do patronato», «sabem o que valem e o que querem» e, «quando o sindicato lança o grito de alerta, respondem como se estivessem em Portugal, com o mesmo espírito combativo», surpreendendo muitos sindicalistas suíços.

Problemas e reivindicações

Os trabalhadores da construção, na maioria emigrantes, são confrontados com as duras condições de trabalho, a pressão insuportável dos prazos das entregas das obras, a exposição às mais adversas condições meteorológicas e o elevado risco de acidentes de trabalho e as doenças profissionais. Por outro lado, refere ainda o sindicalista português, os salários demasiado baixos no sector e a flexibilização maciça do tempo de trabalho provocam um grande descontentamento.

Manuel Beja explica que «os sindicatos suíços, com o apoio dos trabalhadores, rejei-

tam energicamente todas as propostas patronais que pretendem cimentar esta situação ou mesmo agravá-la». Cita, como exemplos, a semana de 50 horas sem suplementos, facilidades para o trabalho aos sábados, alargamento do trabalho diurno até às 23 horas, etc. Foi apresentado um caderno reivindicativo, exigindo, nomeadamente: a reforma aos 60 anos ou após 40 anos de profissão; um sensível aumento salarial para todos, imprescindível para compensar os aumentos constantes das Caixas de doença e aproximar os salários da construção à média salarial na Suíça; soluções para regulamentar de forma mais clara as horas de trabalho, com o fim das horas flexíveis.

«A luta sindical no sector da construção suíço continua, com o fim de levar a cabo a assinatura de um Contrato Nacional de Trabalho auspicioso, possivelmente no final do mês de Março do próximo ano», afirma Manuel Beja, frisando que esta é «uma difícil luta que move muitos milhares de emigrantes portugueses».



Os portugueses emigrados na Suíça participaram em força nas recentes lutas no sector da construção civil e obras públicas

CDU desmente promessas demagógicas dos socialistas

Fernando Gomes foge ao debate

A candidatura da CDU ao concelho do Porto considera que o candidato do Partido Socialista, Fernando Gomes, teme confrontar a demagogia das suas propostas e está a fugir ao debate com os outros candidatos.

O candidato socialista à presidência da Câmara do Porto, o ex-presidente Fernando Gomes, recusa-se a participar em debates antes do início do período da campanha eleitoral. Para a CDU, esta decisão provoca uma «excessiva concentração de debates públicos entre os diversos candidatos, situação que, naturalmente, não é a mais desejável para nenhum dos

candidatos nem para a ocorrência de uma forte participação eleitoral no próximo dia 16 de Dezembro». A decisão do candidato socialista, apesar das consequências que acarreta, é legítima, afirma a CDU, que entende porém que esta não pode deixar de ser confrontada com o facto de Fernando Gomes, «ao mesmo tempo que se recusa a debater com os outros candidatos, se mul-

tiplica em declarações públicas e em promessas para a cidade, não tendo, neste aspecto, preconceitos de utilizar período pré-eleitoral para fazer campanha eleitoral».

Para a CDU, o que Fernando Gomes receia é que a demagogia das suas propostas seja confrontada com as outras candidaturas, nomeadamente em «termos de comparação daquilo que agora promete com aquilo que não fez enquanto presidente da Câmara Municipal do Porto».

Sendo o debate condição essencial à mobilização do eleitorado, e já que Gomes se recusa a participar em debates, a candidatura da Coligação Democrática Unitária lançou o repto ao can-

didato do PS para responder a uma série de questões que fazem parte das promessas socialistas.

À espera de resposta

Uma das principais promessas do ex-autarca do Porto prende-se com a realização de fortes investimentos na recuperação dos bairros.

criticou, contrariando as propostas da coligação, a possibilidade de criação de equipas multidisciplinares de intervenção rápida nesses bairros.

Fernando Gomes propôs também um investimento de 80 milhões de contos para a rede de eléctricos do Porto, e que, caso vença as eleições de Dezembro, a mesma se estenderia aos municípios

ta de implementar o Projecto de Requalificação do Mercado do Bolhão, a CDU recorda Fernando Gomes que esse projecto está concluído desde 1991 e que poderia ter sido incluído, «se tivesse havido vontade para tal, no Plano de Requalificação da Porto 2001 ou, como esteve previsto, no PROCOM». A CDU acusou ainda Fernando Gomes de nunca ter sido

**Gomes
recusa-se
a debater
mas vai-se
multiplicando
em promessas**

Continuar a reforçar a participação feminina

«O PCP e os seus aliados na CDU registam uma progressão na participação de mulheres nas suas listas aos órgãos municipais relativamente às eleições autárquicas anteriores», afirma a Comissão junto ao Comité Central para os problemas e movimento das mulheres em nota de imprensa da passada segunda-feira.

Nas candidaturas da CDU às assembleias municipais, a participação feminina evoluiu de 22,7 em 1997 para 28 por cento, sendo de 22,9 para 27 por cento a evolução no que concerne às câmaras municipais. Relativamente a cabeças de lista, a comissão destaca a ligeira evolução de mais duas cabeças de lista para as câmaras e mais cinco para as assembleias municipais.

No que se refere às assembleias de freguesia, a comissão realça, embora se trate de dados ainda incompletos, a participação feminina em alguns distritos, como Faro (29,6 por cento), Setúbal e Beja (25,8 por cento), Castelo Branco (23 por cento) e Évora (20 por cento).

Esta evolução na participação das mulheres nas listas da CDU corresponde, segundo a comissão, a «objectivos definidos na preparação do trabalho eleitoral pelo PCP e seus aliados na CDU, que assumiu o compromisso de reforçar o número de mulheres a eleger para os futuros órgãos autárquicos, confirmando a posição que esta coligação já hoje assume ao garantir a maior taxa de par-

ticipação feminina no poder local».

A comissão destacou ainda que, ao mesmo tempo que estes resultados são de valorizar, há que continuar a sublinhar que «tem sido muito lenta a evolução da participação das mulheres nos órgãos de poder local, pelo conjunto das forças políticas, nas sucessivas eleições».

A terminar, ficou o compromisso da CDU de continuar, para o próximo mandato, a aprofundar a sua intervenção nesta vertente, continuando a «ampliar a sua acção na promoção dos valores da igualdade de direitos» e combatendo imagens estereotipadas sobre o papel da mulher na sociedade.



Os actos do candidato do Partido Socialista quando dirigia a autarquia contrastam com as propostas que agora faz

ros municipais. Sobre esta questão, uma das grandes bandeiras da CDU local, a candidatura de Rui Sá lembrou o candidato socialista que, enquanto dirigiu a autarquia, «vários foram os anos em que as verbas investidas nesta área foram inferiores ao total das verbas arrecadadas com as rendas» e que sempre contestou e

vizinhos. A CDU lembra que, com esta proposta, para além de meter a «foice em seara alheia», o candidato do PS parece ter-se esquecido de que foi, ele próprio, «um dos principais promotores do ataque efectuado a rede de eléctricos do Porto, contribuindo para o seu desmantelamento».

Sobre a promessa socialis-

favorável à existência deste tipo de mercados, «como o demonstra o facto de praticamente não ter feito, enquanto presidente da Câmara, quaisquer obras de manutenção desses mercados nem autorizado a substituição dos vendedores que entretanto iam saindo, procurando condená-los, objectivamente, a uma morte lenta».

PS abusa de poder na Câmara do Montijo...

A Câmara Municipal de Montijo foi acusada de peculato pelo Ministério Público por violação da Lei Eleitoral. Em causa, a distribuição de uma publicação da autarquia dentro de um jornal regional que continha uma entrevista com a presidente da Câmara, a socialista Maria Amélia Antunes, e o seguinte título de capa: «As marcas do mandato – 4 anos de gestão socialista». O mandatário concelhio da CDU entendeu que, tanto entrevista como capa «se configuravam como grandes irregularidades no momento eleitoral que ora se vive» e solicitou à Comissão Nacional de Eleições uma apreciação sobre a revista. Este organismo considerou que capa e entrevista não respeitam o dever de imparcialidade dos agentes da administração pública face aos concorrentes às eleições autárquicas.

O crime de peculato,

prosegue Acácio Dóres, mandatário da CDU, acredita poder estar perante um crime de peculato, pois a revista custou ao erário municipal cerca de 3 mil e seiscentos contos.

«Para quem tanto apretingo moral, rigor, transparência, cumprimento da lei, a prática – e não só esta – é desastrosa», acusou o mandatário.

... e de Sintra

Também em Sintra, a CDU acusou a Câmara Municipal, e a sua presidente – e candidata do Partido Socialista – Edite Estrela, dos crimes de peculato de uso e violação dos deveres de neutralidade e imparcialidade. Em causa está, segundo a CDU, a carta que a autarca escreveu aos munícipes do concelho, onde, para além de utilizar o seu lema de campanha, «ataca os restantes

candidatos à presidência da Câmara e, em especial, a CDU».

Depois de acusar a autarca de «violar as regras mais elementares de vivência democrática e do Estado de Direito», Baptista Alves acusou-a ainda de se colocar à margem da lei, já que os crimes cometidos são punidos, tanto à luz do Código Penal como da Lei Eleitoral.

Na carta em questão, a presidente da Câmara Municipal de Sintra, nesta qualidade, acusa os vários candidatos de procurarem protagonismo nos jornais, passando uma má imagem do concelho e termina com a promessa de que «eu darei o exemplo e tudo farei para que o nosso concelho continue a mudar», sendo o slogan de campanha da mesma Edite Estrela, mas na condição de candidata do Partido Socialista, «continuar a mudar». As comparações são inevitáveis...

Matosinhos

Degradação urbanística a crescer

Honório Novo, candidato da CDU à presidência da Câmara de Matosinhos, visitou no passado domingo, acompanhado por outros candidatos da coligação, a zona de Amieira, em S. Mamede de Infesta, para contactar moradores e conhecer melhor os problemas existentes, nomeadamente os relacionados com a habitação.

No local, a delegação da CDU foi recebida por moradores que a informaram dos problemas existentes e constatou a existência na urbanização de quatro barracas, ali existentes há cerca de 20 anos, ocupadas por quatro famílias, em condições extremamente precárias – sem energia eléctrica, água ou instalações sanitárias.

No final, Honório Novo deu a conhecer os aspectos essen-

ciais de uma declaração sobre a política de habitação para o concelho de Matosinhos. Nessa declaração, o candidato deu conta da sua grande preocupação com a «crescente degradação urbanística do concelho», provocada, em muito, pela autarquia, que licencia todos esses empreendimentos.

Ao mesmo tempo que os interesses especulativos tomam conta do urbanismo municipal, Honório Novo alerta para a subida de preços dos terrenos e das habitações, que sobem diariamente, «sem que a Câmara intervenha no âmbito das suas atribuições», preferindo assistir «impávida e serena a esta espiral especulativa, da mesma forma que continua a não resolver o problema dos clandestinos no concelho –

onde continua a haver centenas por legalizar e outros tantos por recuperar ou substituir». O candidato comunista alertou ainda para o número de fogos de habitação social entregues não ter atingido os anunciados há oito anos, aquando do lançamento do Programa Especial de Realojamento, não conseguindo a autarquia esconder as grandes carências ao nível de equipamentos sociais nos bairros, sem os quais não estão asseguradas «condições de vida minimamente dignas aos moradores e suas famílias».

A revisão do PDM, a legalização de todos os clandestinos e a recuperação e qualificação de todos os bairros sociais do concelho são as propostas da CDU para este problema.

Carlos de Sousa acusa a autarquia de Setúbal de não ter política cultural e avança com propostas e objectivos

Potenciar a criação popular

O candidato da CDU à Câmara de Setúbal, depois de uma série de encontros com associações e grupos culturais do concelho, apresentou as suas propostas para a política de cultura, educação e juventude.

«A política cultural da Câmara governada por Mata Cáceres caracteriza-se, essencialmente, por um conjunto de iniciativas avulsas, sem objectivo claro e sem qualquer impacto no contexto nacional», afirmou Carlos de Sousa à imprensa no passado dia 20. A realização destas iniciativas avulsas foi acelerada nos últimos meses, «para transmitir aos setubalenses a falsa ideia de que há intervenção cultural concertada na cidade promovida pela autarquia», prosseguiu, considerando que, na verdade, não há.

O candidato da CDU lembrou o ano de 1997, em que Mata Cáceres, em plena campanha eleitoral, prometeu a instalação de um Centro Cultural num quartel da cidade e que, tendo assumido neste mandato o pelouro da cultura, o presidente da Câmara de Setúbal não cumpriu a sua promessa e o centro continua por construir, «além de que Setúbal continua a não ter uma estratégia de intervenção cultural compatível com o estatuto que deve ter como terceira cida-

de, como nós, CDU, pretendemos que volte a ser».

A Câmara tenta passar a ideia de que existe política cultural em Setúbal

Em 2001, Mata Cáceres afirma que, se for eleito, assume o pelouro da higiene e limpeza, «reconhecendo que, nesta área, a acção municipal tem sido bastante deficiente, como se o problema fosse de outros e não do presidente da Câmara Municipal de Setúbal», afirmou Carlos de Sousa, que questionou se autarca de Setúbal fará com o pelouro da higiene e limpeza, caso vença – cenário em que o candidato da CDU não acredita –, o mesmo que fez com o da cultura. O candidato acredita, inclusive, que a ligação entre a política cultural e a higiene e limpeza não é tão forçada como possa, à primeira vista, parecer, pois «quanto mais Setúbal for um concelho onde a produção de cultura é estimulada, em conjugação com políticas eficazes em matéria de higiene e limpeza, maior será o cuidado dos que cá vivem com a sua rua, o seu bairro, a sua cidade», pois só assim poderão ter mais orgulho no local onde vivem.

Muito há a fazer

A CDU «assume a necessidade de uma intervenção estruturada, com projectos e objectivos bem definidos, potenciando as múltiplas possibilidades de participação e criação popular, nomeada-

que pode contribuir para a recuperação da identidade colectiva dos setubalenses e da região» e apresentou uma série de projectos tendentes a colocar Setúbal «no mapa cultural do País». Uma dessas medidas, baptizada de Projecto Bocage, visa promover a

fia – será assegurado pelo Projecto Luísa Todi.

José Afonso será o nome do projecto que visará, uma vez eleita a maioria CDU na Câmara de Setúbal, o apoio às actividades associativas, «dando expressão organizada à criatividade popular e propi-



A CDU criará as condições para a criação e fruição cultural nas suas diversas expressões, assegurou o candidato

mente com a intervenção organizada das colectividades e associações culturais, proporcionando uma oferta cultural diversificada e de qualidade e realizando as infra-estruturas culturais de que o concelho tanto carece», afirmou Carlos de Sousa. O candidato considera que a promoção do desenvolvimento cultural do concelho é «um dos factores

cultura popular, activando e desenvolvendo bibliotecas e museus, bem como realizando outras iniciativas, que tenham em conta as especificidades culturais e étnicas da população que, actualmente, reside no concelho.

A criação das condições de fruição cultural, nas suas diversas expressões – canto, dança, teatro, cinema, fotogra-

ciando condições de ocupação útil dos tempos livres, com o reforço da participação social e cultural». A criação, recuperação e modernização de infra-estruturas culturais no concelho e o aproveitamento do património cultural edificado do concelho para fins de criação e fruição cultural são outros dos objectivos da coligação para o concelho sadino.

Outras propostas

Além da cultura, Carlos de Sousa enunciou também as propostas da coligação para as áreas da juventude e da educação e ensino.

Com o objectivo de «proporcionar aos jovens condições de animação e assunção de projectos pessoais e colectivos com a criatividade e a vida própria da juventude», a CDU prevê dinamizar a Casa Municipal da Juventude, que servirá de base a uma rede municipal de espaços de acolhimento de projectos da juventude, bem como se compromete a criar o Fórum Municipal da Juventude, congregando todas as organizações juvenis do concelho – formais ou informais – e que sirva para fomentar o associativismo juvenil. A organização do Mês da Juventude e de um Festival de Novos Talentos, a criação de Ciberespaços em vários pontos do concelho, incluindo os mais distantes do centro, e de um parque de skates são outras das propostas da CDU visando o «desenvolvimento pessoal e a promoção social dos jovens».

Ao nível da educação e do ensino são objectivos da CDU, «no sentido de facilitar a integração entre a escola e meio, articular as escolas de uma forma mais efectiva na programação do pelouro da cultura e do ambiente» e colocá-las como primeiro centro difusor e fomentador da cultura e educação ambiental.

O apoio ao Ensino Profissional, desenvolvendo a Escola Profissional e articulando uma rede de escolas das profissões, apostando em valorizar a formação em profissões em que o concelho e a região estejam carentes é outra das propostas apresentadas pelo candidato.

Outro dos compromissos deixados pelo candidato prende-se com um dos principais problemas do concelho nesta área – a carência e mau estado dos estabelecimentos e equipamentos do ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico. Para o resolver, a CDU propõe implementar um Programa Municipal de Recuperação das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico – cujas instalações são de responsabilidade municipal.

A cooperação com diversas instituições de ensino, como a Escola de Turismo e Hotelaria, a Escola Superior de Artes do Espectáculo, apoiando a criação e construção das mesmas são outros dos compromissos deixados pelo candidato da CDU.

Évora

Repor a verdade

A Câmara Municipal de Évora emitiu um comunicado que desmente as afirmações feitas pelo Partido Socialista, segundo o qual a autarquia eborense tinha conseguido menos fundos comunitários do que as câmaras socialistas de Elvas e Reguengos de Monsaraz. Com estas afirmações, pretendiam, segundo a autarquia, conceder às câmaras geridas por esse partido uma maior dinâmica comparativamente à de Évora.

A par de utilizarem dados parciais da aplicação do Quadro Comunitário de Apoio (QCA), os socialistas procu-

raram, «através dos mais diversos mecanismos, atrasar processos, na tentativa de desacreditar o trabalho do município, sendo esta a forma com que querem dar qualidade de vida às populações, procurando impedi-las de beneficiar do desenvolvimento do seu concelho e do Alentejo», assegura a autarquia.

Das candidaturas propostas pela autarquia no quadro do III QCA e aprovadas contaram-se projectos como a rede viária principal da cidade, o Parque de Recreio das Coruñeiras, o aeródromo municipal, uma ETAR e um cami-

nho municipal, tudo no valor de quase 1 milhão e meio de contos. Após 1998, e no âmbito do segundo Quadro Comunitário de Apoio, o concelho de Évora viu aprovadas candidaturas no valor de mais de 100 mil contos.

À espera de aprovação encontram-se candidaturas orçadas em cerca de 1 milhão de contos. Muitos outros projectos esperam aprovação, nomeadamente os que se prendem com a remodelação do espaço público, no valor de mais de meio milhão de contos. Apesar do compromisso público assumido pelo

ex-secretário de Estado Osvaldo Castro, esta candidatura foi inviabilizada por não haver mais verbas disponíveis no segundo QCA, tendo sido, por esta razão, transferida para o terceiro. Entregue novamente em Fevereiro de 2001, a candidatura ainda não está aprovada, ultrapassando assim todos os prazos legais, o que não impede a Câmara Municipal de Évora de ter concretizado a obra, estando «grande parte desta já realizada».

Em resumo, o município de Évora conseguiu atrair desde 1998, no âmbito dos dois

quadros comunitários de apoio, do Polis, e de outros programas, investimentos na ordem dos seis milhões e meio de contos. À espera de aprovação desde 1999 continuam projectos de mais de 11 milhões de contos, valores que, na «máquina de calcular do PS, somam 496 mil contos», acusa a autarquia. Todos estes valores e projectos foram omitidos pelo candidato do PS à Câmara Municipal de Évora, José Ernesto, que é igualmente presidente da Comissão de Coordenação da Região Alentejo e gestor dos fundos comunitários.

Vila Nova de Gaia

Confrontar ideias, projectos e concepções

A CDU de Vila Nova de Gaia tomou a iniciativa de redigir aos candidatos à Câmara de Gaia pelas forças políticas com representação municipal, a proposta de realização de um debate público, a efectuar ainda antes do período oficial da campanha, entendendo que esta seria a melhor oportunidade de «confrontar ideias, projectos

e concepções de desenvolvimento». O debate é convocado expressamente para este período pois, segundo a coligação, é nesta altura que existem as melhores condições de atenção e serenidade para o esclarecimento dos eleitores, «que é dever dos candidatos mobilizar para uma votação mais consciente e participada».

Dos contactos feitos, a CDU recebeu resposta afirmativa do PS, que propôs um painel de presenças que a CDU aceita, tendo a candidatura da coligação PSD/PP rejeitado essa proposta.

Para a CDU, tal atitude da candidatura da direita não surpreende, pois há muito que esse candidato, o actual presidente da Câmara, Luís

Filipe Menezes, «parece preferir o auto-elogio permanente e utilizar a informação municipal para fazer propaganda». Ao proceder deste modo, prossegue a CDU, «fugindo ao debate, demonstra, afinal, que não está tão seguro dos méritos de que se arroga, preferindo o conforto do monólogo com aplausos garantidos ao diá-

logo revelador da verdade objectiva que a todos esclarece».

A candidatura da CDU lamenta o facto e reafirmou a sua inteira disponibilidade para participar em debates com todas as candidaturas, seja antes, que entende ser mais vantajoso, ou «durante o curto período oficial da campanha».

Distrito de Santarém Penalizar a governação do PS

Foi no Couço, num encontro com mais de 200 pessoas na passada segunda-feira, que o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas apelou ao voto na CDU, também como produto de uma reflexão conducente à penalização da política de governação do PS tão negativa, em especi-



Valdemar Henriques

al para reformados e estudantes.

À noite, o secretário-geral comunista esteve em Alpiarça num jantar de apoio à candidatura da CDU, com mais de 300 pessoas, e destacou o esforço efectuado pela CDU no contacto com a população, referindo a importância das

acções porta a porta e realçando o espírito da dinâmica presente, denotadora de uma perspectiva de vitória.

Em ambas as iniciativas, Carlos Carvalhas encontrou, e destacou, o grande entusiasmo e determinação com que as populações receberam as propostas da CDU e a vontade destas darem o seu contributo para o êxito da coligação no próximo dia 16 de Dezembro.

No dia 24, Carvalhas havia já visitado o distrito de Santarém, tendo participado, com mais de 150 pessoas, num convívio em Alcanena. Na iniciativa interveio, para além do secretário-geral do PCP, o candidato à presidência da autarquia, o vereador Valdemar Henriques. O trabalho realizado pelo candidato no executivo da autarquia foi destacado pelo secretário-geral, que referiu que a CDU está de cabeça erguida, dada a qualidade das propostas que apresenta, conducentes «à melhoria da qualidade de vida dos munícipes» do concelho.

Horta

Prometer o que deveria estar feito

A CDU da Horta inaugurou, no passado dia 22, a sua sede de candidatura às eleições autárquicas de 16 de Dezembro próximo. Na sessão de inauguração, o candidato da CDU, António Bulcão, afirmou que o «trabalho do PS ninguém vê». António Bulcão acusou ainda o candidato do Partido Socialista e actual presidente da Câmara de ter tido uma prestação bizarra nesta campanha eleitoral, prometendo «tudo aquilo que deveria ter feito», nos onze anos que foi vereador e no ano que foi, e é, presidente da Câmara. O candidato do PS apresentou cerca de 112 propostas para o concelho, propostas essas que António Bulcão acredita que serão equivalentes às «suas promessas ao longo de 12 anos». Desta imensidão de propostas, o socialista destacou 12, o que levou o candidato da CDU a contestar os destaques, pois «normalmente destaca-se o mais importante». O candidato da CDU considerou prioritária a construção da

segunda célula do aterro sanitário, «para que este não continue a funcionar como lixeira a céu aberto», a asfaltagem das estradas e a resolução do abastecimento de água a Castelo Branco para que os seus habitantes deixem de beber água salobra». Quanto aos destaques do presidente e candidato socialista, António Bulcão considera que alguns referem-se a medidas secundárias e de fácil implementação, outros a obras que já deviam, há muito, estar realizadas e outros considera-os pouco originais, pois no que se refere à intenção de candidatar a Horta a património cultural da humanidade — uma das «ideias» socialistas —, essa partiu da CDU e o presidente não a aproveitou até à data da campanha eleitoral.

Em seguida, Bulcão apelou aos munícipes para votarem CDU, pois se com maioria relativa do PS, o Faial fica prejudicado relativamente, com a maioria absoluta, «ficaremos prejudicados absolutamente».

CDU quer reconquistar autarquias do Algarve Continuar a obra interrompida

A CDU apresentou no passado dia 22, o Manifesto Regional da CDU do Algarve «Mais autarquias CDU, por um novo Algarve», perante vários candidatos. José Neto, da Comissão Política do PCP, Carlos Cabrita, do PEV, e Luís Catariño, da ID, estiveram presentes.

«Manter Aljezur, sermos de novo a primeira força em Vila Real, em Silves e Vila do Bispo, onde somos alternativa necessária para continuar a obra que foi interrompida, são objectivos ambiciosos, mas vale a pena lutar por eles», afirmou Mário Sousa, candidato à presidência da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, na apresentação do Manifesto Regional da CDU. Estes são os grandes objectivos eleitorais da coligação, que pretende «alterar o quadro actual de bipolarização existente entre o PS e o PSD, tanto mais que os principais problemas do desenvolvimento regional se agudizam, fruto da incapacidade destes dois partidos conduzirem, quer no Governo quer nas autarquias, políticas adequadas aos interesses da região».

Por outro lado, onde a CDU é poder, as autarquias «deram resposta às necessidades básicas das populações», como se pode constatar, segundo Mário Sousa, vendo o «panorama do distrito de Setúbal ou as cidades e vilas do Alentejo». No Algarve, onde a coligação tem 169 eleitos — entre os quais 12 vereadores em 7 câmaras e 49 eleitos em 14 assembleias municipais —, a CDU «tem provas dadas nas autarquias que gere em maioria», considera o candidato que ressalva que, mesmo em minoria, os eleitos da CDU são pessoas «conhecidas pelo seu

activismo, pelo seu trabalho e pela validade das suas propostas».

Os candidatos da CDU — 1813 no total da região, dos quais 800 são independentes, 510 mulheres e 300 têm menos de trinta anos —, uma vez eleitos, «continuarão a ser a voz que não se calará na denúncia do que está mal, mas igualmente na reivindicação do que verdadeiramente interessa e faz

**PS e PSD
não conseguiram
conduzir políticas
favoráveis
à região**



A pesca, bem como a agricultura e a indústria, é fundamental para o desenvolvimento do Algarve

falta nos concelhos e freguesias da região», referiu o candidato que lembrou que a CDU não dispõe dos aparelhos de poder e dos meios milionários dos outros partidos, residindo a sua força nas convicções e na determinação dos seus apoiantes.

muitos imigrantes que trabalham no Algarve foram outras das preocupações de Mário Sousa na intervenção de apresentação do Manifesto, que dá um grande relevo à necessidade de uma autarquia a nível regional que «permita a resolução rápida e descentralizada dos proble-

mas, em vez da actual dispersão por direcções regionais dependentes dos ministérios e da desconcertada bicefalia da CCRA e Governo Civil». Sobre a Associação de Municípios do Algarve, a CDU entende que é necessário reforçar o seu papel «como organismo de uma só voz das autarquias, com base no diálogo entre forças políticas diferentes».

No documento vem expressa a defesa do reforço das competências e dos meios das câmaras e assembleias municipais. Decisões desta natureza cabem ao Governo e à Assembleia da República, pelo que não é indiferente «para a capacidade de intervenção do Poder Local Democrático a política do Governo, tanto mais favorável às autarquias quanto mais próxima de

uma orientação no sentido da esquerda, o que actualmente não se verifica, com o Governo PS». Daí a convicção de que uma grande votação na CDU no Algarve contribuiria não só para resolver os problemas dos algarvios mas também para o processo de mudança na política nacional.

Vila Real

PSD partidariza autarquia

A candidatura da CDU à Câmara Municipal de Vila Real considera «reprovável e inaceitável o comportamento da candidatura e do candidato do PSD à Câmara Municipal de Vila Real» que, utilizando o facto de desempenhar as funções de

presidente da Câmara, visita instituições em campanha partidária, utilizando horários, meios e *staffs* municipais, «desenvolvendo a sua campanha eleitoral, num claro afrontamento das mais elementares regras de honestidade democrática e desres-

peito pelas restantes candidaturas».

A CDU acusa o PSD de estar a partidarizar a acção e os meios municipais em benefício pessoal do seu candidato e exige que o autarca, e o PSD, ponham fim «ao uso indevido dos meios públicos,

ao mesmo tempo que deve suspender as funções de presidente, para democraticamente e em pé de igualdade com as restantes candidaturas, tal como manda a lei, apresentar as suas propostas e ideias ao eleitorado vila-realense».

Óbidos

... e PS faz «baixa política»

A CDU de Óbidos denunciou o uso de poder para retirar dividendos políticos, por parte do presidente da Câmara local, José Pereira Júnior. Segundo a imprensa noticiou, a Inspeção-Geral da Administração do Território — IGAT — propôs, pela segunda vez, a perda do mandato do presi-

dente da Câmara, por concessões ilegais a terceiros.

A CDU relembra, em comunicado datado de 24 de Novembro, que o primeiro processo encontra-se em julgamento e o segundo «beneficiou de uma decisão do secretário de Estado da Administração Local, José Augusto Car-

valho. Se bem que nenhum destes processos prejudicará politicamente o autarca, que não se recandidata, a «outra verdade é que esta gestão autárquica prejudicou Óbidos e os obidenses», afirma a CDU, que considera que estas «engenharias de baixa política têm constituído uma rotina na

governação PS», em que estas situações encontram, muitas vezes, apoio na administração central.

A coligação considera que está nas mãos dos eleitores dar resposta a isto, que podem optar por «mais do mesmo» ou podem votar pela mudança, ou seja, na CDU.

Castelo Branco Nem equitativo nem justo

A Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP subordina a apreciação das propostas do PIDDAC a três questões: obedecerem a uma repartição equitativa e justa; corresponderem às necessidades de desenvolvimento do distrito, diminuam as assimetrias regionais.

No que respeita à primeira questão, a DORCB diz que o PIDDAC distrital tem vindo a baixar em termos percentuais relativamente ao PIDDAC nacional - 2,57% em 2000, 2,33% em 2001 e 2,25% em 2002 -, o mesmo se verificando em termos de valores absolutos, já que o distrito passou de 10.º lugar, em 2000, para o 12.º, em 2001, e para o 13.º, em 2002. Logo, se todos os anos vem atribuindo menos ao distrito, é porque «não é equitativo e justo». Aliás, relativamente a 2001, o PIDDAC sobe mais nos sete distritos da faixa litoral do que nos onze restantes do interior, onde o crescimento é mínimo.

Apesar de os deputados do PS terem sobrevalorizado o crescimento das verbas desde 1995, e verdade, diz o PCP, é que a um aumento de receitas do OE - e, em consequência, a uma maior distribuição no investimentos -, deve corresponder a mesma distribuição percentual, o que não se verificou em Castelo Branco que recebe percentualmente menos que outros distritos.

Assimetrias agravam-se

Quanto às assimetrias regionais, a política governamental tem-nas agravado, como prova, de resto, o PIDDAC que, independentemente da propagação do Governo sobre uma «pretensa viragem» para o interior e o mundo rural, é a continuação, como provam dados do Censos 2001, «do esvaziamento humano destas regiões do interior», designadamente do distrito de Castelo Branco.

Ou seja, diz a DORCB, o PIDDAC 2002 apresenta-se «incapaz de aproveitar as potencialidades existentes» e de «travar e inverter a desertificação», não correspondendo, por isso, às necessidades do distrito.

Mas os comunistas de Castelo Branco exigem, também, maior rigor na orçamentação, elaboração e concretização do PIDDAC, para que não aconteça - como agora - que se orçamentem obras a que no ano seguinte são retiradas avultadas verbas, ou que desaparecem mesmo da proposta do PIDDAC. E o Governo, como fazem os municípios, deve apresentar junto com a proposta de PIDDAC de cada ano a taxa de execução dos anos anteriores.

O PCP, tendo em conta os interesses da economia regional e das populações, decidiu, pois, enviar para o seu Grupo Parlamentar um conjunto de propostas de obras que considera fundamentais.

Matosinhos PS presta mau serviço

Honório Novo, deputado do PCP e candidato da CDU à Câmara Municipal de Matosinhos, considera lamentável que os deputados do PS eleitos pelo distrito do Porto, nomeadamente os que mais ligação têm a Matosinhos, tenham votado contra propostas do PCP que visavam a construção de importantes obras para o concelho.

Em declaração pública sobre a votação de propostas de investimento para o concelho de Matosinhos apresentadas ao PIDDAC 2002, Honório Novo sublinha que «nem um só dos catorze novos projectos» mereceram a aprovação dos socialistas, ainda que se tratassem de propostas conhecidas e que há anos eram consensuais para as várias forças políticas.

Trata-se, assim, de uma posição «cega e profundamente sectária» da parte dos deputados do PS, que prejudicou gravemente o

concelho de Matosinhos e os matosinhenses.

Para o deputado comunista é sobretudo «inaceitável» que o presidente da Comissão Política do distrito do Porto do PS, Narciso Miranda, «não tenha agido em defesa dos interesses do concelho do qual é presidente da Câmara». É que, prossegue, «não basta organizar operações de «charme mediático» para tentar fazer crer «que não tem nada a ver» com a «ineficiência e a ineficácia» do Governo do PS...

Ao contrário, o PCP e a CDU honram na Assembleia da República o que afirmam na autarquia, o que dizem à população, os compromissos que assumem, garante Honório Novo, acusando o PS e Narciso Miranda de «terem prestado um mau serviço à causa do desenvolvimento do Concelho de Matosinhos e da Área Metropolitana do Porto».



Já no ano passado, o distrito de Aveiro sofreu um corte de 5,2% relativamente ao ano anterior

PCP faz pedido formal de esclarecimento
ao governador civil do Distrito de Aveiro

PIDDAC não serve o distrito

O PIDDAC/2002 não serve o distrito da Aveiro, pois não passa de «um somatório de propostas dos diversos organismos desconcentrados do poder central e de uma ou outra proposta do poder central».

Quem o diz é a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, para quem o documento também não permite «vislumbrar, de forma nítida, nem prioridades nem estratégias».

Numa primeira avaliação à proposta de PIDDAC para 2002, a DORAV começa por referir o aumento de verbas proposto para o distrito - 214 239 contos (0,38%) -, concluindo não haver qualquer aumento de verbas para investimento no distrito caso o montante global de verbas inclua os 300 143 contos afectos à travessia por *ferry-*

boat entre Castelo de Paiva e Entre-os-Rios.

O distrito, que já no ano passado tinha sofrido um

**Do PIDDAC
desapareceram
15 obras com
verbas previstas
para 2002**

corte de 5,2% no PIDDAC, passa agora de 4.º para 6.º lugar na ponderação nacional, sendo que dos nove concelhos em que se regista

uma baixa no investimento (Águeda, Albergaria, Anadia, Estarreja, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, S. João Madeira, Vale de Cambra), cinco deles vêem esta situação repetir-se (Águeda, Albergaria, Ovar, S. João Madeira e Vale Cambra).

Entretanto, apesar de não existir de novo uma avaliação à execução do PIDDAC/2001, as organizações do PCP, pelo conhecimento que têm da realidade, podem já afirmar que aquela será, no final do ano, «extraordinariamente baixa», o que faz ressaltar ainda mais a injustiça da actual proposta.

Obras adiadas

A verdade é que dos projectos ou obras sociais de interesse para as populações, constantes no PIDDAC de 2001, mais de meia centena vê a sua conclusão adiada, sendo que, para além disso, ainda desaparecem 15 obras que tinham verbas previstas para 2002. É o caso, entre muitos outros, do Tribunal Judicial de Águeda, do Hospital Distrital de Espinho, do Lar de

Idosos de Ílhavo ou de vários Centros de Saúde.

O facto de vários destes investimentos virem adiados de anteriores orçamentos ilustra, segundo o PCP, a «incapacidade do Governo em concretizar as obras prometidas», transformando o PIDDAC «num mero instrumento de propaganda momentânea».

A DORAV, querendo, pois, uma explicação sobre o destino dos milhões de contos que não foram utilizados nas obras inscritas no PIDDAC 2001, vai enviar um pedido formal de esclarecimento ao governador civil do Distrito de Aveiro. Entretanto, apresentou já ao Grupo Parlamentar do PCP um conjunto de propostas de alteração que, «não modificando profundamente o sentido da apreciação» que faz do documento, representa, contudo, «aspirações há muito sentidas pelas populações».

Açores

Um orçamento sem alma

A proposta de Plano e Orçamento 2002, apresentada pelo Governo Regional do Açores, é fundamentalmente «um instrumento de gestão corrente dos meios que se apresentam disponíveis», que «antecede inflexões já esboçadas» mas que não tem «alma própria», afirmou o deputado, do PCP, José Decq Mota.

Enunciando alguns aspectos negativos do Orçamento - que mereceu o voto contra do PCP -, Decq Mota refere, entre outros, o valor global da Receita Total prevista (7,1% inferior ao que fora previsto para 2001), a diminuição do peso relativo do Plano no conjunto do Orçamento (33,3% face a toda a despesa), o corte efectuado no Programa das Calamidades (24,4%, ou seja, 2 milhões e cem mil contos).

Por outro lado, conforme declarou numa segunda

intervenção, «há hoje crescentes preocupações» relativamente à evolução da política de saúde, já que aos cortes nas Infra-estruturas de Saúde (14,5% em relação ao previsto no PMP) e Desenvolvimento do Sistema de Saúde (7,1%) se podem associar a ausência da regulamentação do SRS, a demora em tomar decisões correntes e a ausência de reflexão sobre a evolução qualitativa do SRS nas diversas ilhas.

Por sua vez, no que respeita ao Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social, verifica-se um corte de 18,9%, que «deixa no ar» a ideia de que toda a área designada por «valorizar e aumentar os níveis de protecção da sociedade açoriana», educação incluída, iniciou um percurso de perda de importância relativa com o corte global de 10,2% que sofreu.

Concluindo, o voto contra dos comunistas deve-se, por um lado, ao «acentuado desfasamento, na postura do poder, entre orientações e objectivos afirmados, práticas desenvolvidas e distribuição de investimento decidido», por outro ao desvio «quantitativo e qualitativo» que o Plano e Orçamento apresenta em relação ao PMP. Ainda para além disto, «muito do que se faz, em algumas áreas», diverge do pensamento dos comunistas.

Contradições

O deputado Paulo Valadão, por seu lado, fez uma análise aprofundada ao Orçamento, lamentando concretamente que, no sector agrícola, haja, em 2002, menos um milhão e meio de euros para investir do que se previa no início do

ano; que, na reabilitação das estradas regionais, haja menos três milhões e meio de euros; ou que, no Programa das Calamidades, haja menos nove milhões de euros.

Para Paulo Valadão, o Governo Regional, a prosseguir, no sector agrícola, «esta «orientação política de abandono progressivo dos investimentos fundamentais da responsabilidade do Governo», e a «teimar em não apresentar as medidas que a União Europeia coloca à disposição da Região», está, «de forma progressiva, descapitalizando a Região e asfixiando os lavradores».

Aliás, a política deste Governo «põe em causa a convergência, internamente com o País e externamente com a União Europeia», transformando cada vez mais «numa miragem» a convergência real que o Governo Regional diz prosseguir.

AVEIRO

Promessa a cumprir

A deputada comunista Odete Santos visitou, há dias, o Colégio Alberto Souto, encontrando-se, na altura, com as trabalhadoras da cozinha, auxiliares técnicos de Educação, técnico-profissionais de Reinserção Social e pessoal auxiliar que aproveitaram a ocasião para lhe apresentar a injustiça de que são alvo pelo facto do decreto-lei 404/98 sobre regulamentação de carreiras não ter sido ainda regulamentado nem aplicado a estas carreiras, o que, para estes trabalhadores, significa um avultado corte nos seus salários.

Logo após a visita, no decurso da discussão do Orçamento do Estado na especialidade, Odete Santos questionou o ministro da Justiça sobre a aplicação daquele decreto-lei, tendo recebido, da parte do ministro da tutela, a garantia de que o problema seria resolvido nas duas semanas seguintes. A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, que acompanhou a deputada na visita ao Colégio Alberto Souto, reclama, agora, o cumprimento dessa promessa.

BEJA

Ilegalidades do PS

A integração de Agostinho Moleiro, candidato à Câmara de Beja, numa delegação de candidatos do PS às instalações da GNR desta cidade, «constitui uma ilegalidade» e «prefigura uma postura de desrespeito das normas mínimas de utilização de cargos públicos em proveito particular e partidário».

A afirmação pertence à Direcção da Organização de Beja do PCP que, a provar que Agostinho Moleiro estava perfeitamente ciente da ilegalidade que cometia, refere o facto de o convite dirigido aos agentes da GNR ter sido feito na qualidade de ex-governador civil - e não de candidato -, ainda que, à saída da visita, o próprio candidato tivesse reconhecido a uma rádio local encontrar-se numa acção de pré-campanha eleitoral.

Aliás, Agostinho Moleiro já havia revelado «não olhar a meios para atingir os fins», dizem os comunistas, lembrando a publicação encomendada por Agostinho Moleiro de uma revista de promoção pessoal e partidária que, segundo ele próprio, terá custado 1750 contos, utilizando para o efeito o cargo de governador civil de que então era detentor.

SANTA MARIA DA FEIRA

Falta ponte junto à Rodhe

A DORAV do PCP entregou hoje ao presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira um abaixo-assinado com cerca de 600 assinaturas de trabalhadores da RODHE - Empresa de Calçado Luso-Alemã, reclamando a construção de uma ponte sobre a linha férrea.

O abaixo-assinado, igualmente dirigido à administração da Rodhe, deve-se ao facto de centenas de trabalhadores desta empresa, pondo em causa a sua segurança, serem obrigados a atravessar diariamente a linha férrea, designadamente para apanhar os autocarros, no recinto da feira, por não existir uma alternativa de acesso que permita a circulação de pessoas. O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, reconhecendo a responsabilidade da Câmara Municipal na resolução do problema, assumiu o compromisso de avançar a curto prazo com os estudos e projectos para a construção da referida ponte.

CDU – juventude no Poder Local

Motivar o interesse pela vida e pela intervenção política é, para nós, uma tarefa necessária a cada momento.



Luísa Araújo
Membro da Comissão Política

Não se chega a este ponto da participação de jovens na CDU, como activistas, candidatos e membros das estruturas coordenadoras da campanha, sem que tenha havido ao longo de anos uma atitude de relação, de envolvimento, de integração e de responsabilização de sectores juvenis através da intervenção autárquica e, principalmente, através do trabalho de organização e de iniciativa partidária.

Sem deixar de sublinhar o contributo das outras componentes da Coligação para o rejuvenescimento da CDU no seu todo, valoriza-se a

para Câmaras Municipais) e a Região Autónoma da Madeira (32% para Câmaras Municipais e 30% para Assembleias Municipais).

Não é indiferente ter ou não ter a participação juvenil neste projecto autárquico. Contar com mais jovens na batalha da CDU leva a um melhor conhecimento sobre as análises, os anseios, as propostas e as motivações da juventude em geral. Cria condições indispensáveis para a nossa relação com este importante sector da população. Imprime novas dinâmicas na acção eleitoral e reforça o conteúdo da nossa intervenção nos futuros órgãos autárquicos.

O PCP tem reforçado a capacidade de integrar no seu trabalho quadros mais jovens e através deles trazer, também, para as nossas batalhas outros jovens que igualmente tomam a consciência de que

na política (como em tudo) «não são todos iguais». Confirma-se a razão da desmistificação que temos feito relativamente a certos «mimos» de que em absoluto a juventude tem sido alvo como, por exemplo, «não liga à política». Isto é uma agressão à inteligência das novas gerações e fomenta ideias erradas sobre o seu espírito crítico e a sua qualidade de intervenção.

Reforçar estímulos

Participar na batalha eleitoral da CDU corresponde a um desenvol-

vimento político e social e a uma vontade de participação democrática e cívica. A integração de jovens no projecto CDU constitui o aprofundamento dos seus direitos de participação e de assunção de responsabilidades ao nível da luta política e do poder político e demonstra a sua vontade e capacidade de intervir na transformação progressista da sociedade, associando a luta social à intervenção nas instituições.

Reforçar a CDU junto de camadas mais jovens é essencial para aprofundar o entendimento ideológico do poder político e da sua relação com os interesses de classe. O trabalho dos eleitos CDU no poder local tem dado um contributo importante para o entendimento de que a política para a juventude é transversal às várias políticas e que o projecto autárquico da CDU identifica-se com as aspirações da juventude.

É fundamental o papel das autarquias nos estímulos e nos apoios à actividade juvenil. Mas é igualmente fundamental garantir as condições para a intervenção dos jovens na vida em geral, motivando a sua participação em projectos para a comunidade onde se inserem e na definição e concretização das nossas políticas autárquicas.

Além de aprofundar estas linhas de trabalho, temos que fazer muito mais para alargar na população juvenil a consciência de que a participação é essencial à resolução dos problemas, para incentivar novas mentalidades quanto à intervenção política e o exercício do poder, para despertar sentimentos que se transformem em combates da juventude contra as políticas de direita e reforçar o seu apoio eleitoral à CDU.

“Milhares de jovens estão a intervir na batalha eleitoral da CDU”

acção do PCP e da JCP para se ter alcançado este nível de participação de jovens, nomeadamente como candidatos. É necessário aprofundar os números em geral, mas desde já pode-se dar como exemplo os candidatos de idade até aos 30 anos nas listas às Câmaras e Assembleias Municipais que aumentou de 15 para 21% e de 17 para 19% respectivamente, das eleições autárquicas de 1997 para as deste ano. Destacam-se os distritos de Beja (29% para Câmaras Municipais e 25% para Assembleias Municipais), de Portalegre (30% para Câmaras Municipais), a Região Autónoma dos Açores (25%



Carlos Carvalhas desafia Primeiro-Ministro

Na sequência da visita feita, na semana passada, à Molin, os deputados Carlos Carvalhas e Honório Novo apresentaram um requerimento ao Governo alertando para a grave situação dos 150 trabalhadores da empresa, em perigo de encerrar. Na ocasião, o secretário-geral do PCP desafiou também o Primeiro-Ministro a visitar a Molin, no que foi secundado pela Comissão de Trabalhadores, e chamou a atenção para o facto de a empresa, pela sua «magnífica localização», ser um alvo «apetecível» dos interesses imobiliários.

Apesar de a Molin, Materiais de Desenho Mário Lino, SA, situada em Canelas, Vila Nova de Gaia, ter grandes potencialidades e uma importante carteira de encomendas, a administração decidiu, em Julho passado, parar a laboração e mandar os trabalhadores para casa. Estava, então, a decorrer um processo de recuperação da empresa.

A má situação da empresa, segundo consta, deve-se a uma decisão errada de investimento na África do Sul ou, de acordo com a comunicação social, a dívidas acumuladas e ao facto de o IAPMEI ter inviabilizado a sua possível recuperação.

Em causa está, porém, o futuro de 150 trabalhadores e das suas famílias, pelo que o PCP considera que o Governo não pode «lavar as mãos como Pilatos», devendo intervir para evitar o desemprego daqueles trabalhadores e o encerramento da única empresa portuguesa produtora de material escolar e de desenho.



PCP recebe advogados

Uma delegação do PCP, integrando o deputado António Filipe e Carlos Gonçalves, membros do Comité Central, recebeu, na segunda-feira, no CT Soeiro Pereira Gomes, a Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses que apresentou cumprimentos ao PCP, aproveitando, ainda, a ocasião para referir algumas iniciativas em curso e principais aspirações da Associação.

... e utentes da Ponte 25 de Abril

Também na segunda-feira, Jorge Pires, da Comissão Política do PCP, e Rui Fernandes, do Secretariado, encontraram-se, no CT Soeiro Pereira Gomes, com a Associação de Utes da Ponte 25 de Abril que manifestou a estes dirigentes as suas preocupações quanto à eventualidade do aumento das portagens a pretexto da entrada em vigor do euro.



Sem política de emigração, Portugal limita-se a dar respostas pontuais a situações concretas

Falta informação

A Direcção da Organização na Emigração do PCP promoveu, na semana passada, uma audição sobre «Segurança Social, Acordos e Convenções e a Emigração», na qual participaram representantes de várias organizações, a investigadora Helena Rato, o conselheiro da Comunidade Portuguesa de França, João da Fonseca, e ex-emigrantes.

Entre as organizações presentes, destacava-se o Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social, a Associação de Reencontro dos Emigrantes, a Federação dos Trabalhadores da Função Pública, o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas no Estrangeiro e a Obra Católica Portuguesa de Migrações.

O deputado Rodeia Machado, que, juntamente com Anselmo Dias, colaborador da DOE, e Rui Fernandes, do Secretariado do Comité Central, presidiu aos trabalhos, começou por referir o facto de os governos em Portugal não terem uma política de emigração digna desse nome, limitando-se a dar respostas pontuais a situações concretas, mesmo na

Assembleia da República. O deputado comunista lembrou, ainda, que o PCP tem procurado ir ao encontro

O PCP tem procurado ir ao encontro dos interesses dos emigrantes

aos interesses dos emigrantes, nomeadamente suscitando questões e avançando com propostas em relação a esta matéria, referiu o projecto de lei que cria um

«Fundo de Apoio Social aos Emigrantes Portugueses», cujo relatório foi aprovado por unanimidade na respectiva Comissão.

Outros intervenientes colocaram questões que afectam muitos emigrantes e ex-emigrantes. Júlio Rosado aludiu ao facto de um ex-emigrante que receba em Portugal uma reforma paga pelo Canadá, despenhar para este país um imposto de 25%, enquanto para outras emigrações este imposto é menor.

Jorge Veludo, secretário-geral do STCDE, citou a existência de inúmeros trabalhadores consulares portugueses nos EUA a quem não são conferidos os direitos de natureza previdencial e de assistência à saúde.

Debate prossegue

Adelino Rodrigues, presidente da ARE, sublinhou, por sua vez, a ausência de informação aos emigrantes, em particular através da RTPi, sobre questões que lhes interessam, nomeadamente referentes às pensões.

Foi mencionada a situação de emigrantes regressados de França que, por falta de informação, não estão a receber a reforma de acordo com o período de desconto efectuado naquele país, situação para qual o organismo francês «Direction des Assures de L'Etranger» tem chamado a atenção, inclusive através do envio de notas informativas às Câmaras Municipais portuguesas, em contraste com os organismos oficiais portugueses que nada fazem.

Maria José Solipa Lambeiro, do DRISS, referiu, a propó-

sito, o facto de este organismo oficial, responsável pela assinatura de Acordos e Convenções com outros países, poder, também, prestar informações e ajudas aos emigrantes que o necessitem e desde que se lhe dirijam.

Uma outra questão bastante debatida diz respeito à tributação e dupla tributação sobre as pensões, geradoras de situações de profunda injustiça, como os exemplos referidos atestaram. É o caso de emigrantes da Suíça que regressam definitivamente a Portugal, trazendo a totalidade do valor da pensão a que teriam direito, serem obrigados a declarar em Portugal, no mesmo ano fiscal, esse valor como se fosse um rendimento anual, ou o caso das reformas tributáveis no país de origem que, por atingirem um determinado valor, são também tributáveis em Portugal.

Rui Fernandes encerrou os trabalhos, agradecendo o valioso contributo dado pelos participantes nesta audição, primeira iniciativa pública que irá prolongar-se pelo próximo ano, com vista a contribuir para um melhor conhecimento e aprofundamento dos problemas da emigração e das comunidades portuguesas no século XXI.

Porto

Habitação é problema grave

A «Habitação no Porto» foi tema de uma conferência de imprensa da CDU, em que Rui Sá, cabeça de lista da Coligação, «abre uma perspectiva inovadora» para a «resolução quantificada em termos financeiros e em tempo de concretização» daquele que é para parte significativa dos portugueses «o mais sério problema da cidade».

Começando por abordar a questão dos bairros municipais — onde vivem mais de 40 mil pessoas —, a CDU alerta para a grande incidência de pobreza (associada muito ao desemprego) e de idosos que neles se verifica, não retratando, embora, «o estado real de degradação» da maioria desses bairros.

Na verdade, a maior parte dos bairros municipais foi

construída segundo uma lógica de «gueto», com grande parte das habitações em situação de sobrelotação, não tendo nunca a Câmara Municipal do Porto, como principal senhorio, implementado uma política de manutenção e conservação das habitações que impedisse o agravamento dos problemas, cuja resolução implica agora o dispêndio de milhões de contos.

Assim, ou a Câmara Municipal opta por manter a actual política de «pequenos remendos», ou implementa um verdadeiro Plano de Intervenção nos Bairros Municipais. A CDU defende naturalmente a segunda opção e, para a sua concretização, propõe medidas que passam pelo levantamento exaustivo, até final de

2002, da situação de cada Bairro Municipal em matéria de conservação e pela definição de um Plano de Intervenção Integrado que, num prazo de 20/25 anos, renove totalmente o parque habitacional municipal.

É possível intervir

Quanto às «ilhas» — tipo de alojamento característico da cidade do Porto, onde vivem perto de 20 mil habitantes, na sua maioria idosos e de baixos recursos económicos —, são actualmente constituídas por habitações muito pequenas e degradadas, a maior parte oferecendo condições de habitabilidade e sanitárias piores que alguns aglomerados de barracas. Daí que a

CDU preconize a implementação de um Plano Especial de Realojamento de Ilhas que se caracterize pela criação de parcerias entre o Estado, a Câmara Municipal do Porto e os senhorios.

No que se refere, por fim, à habitação privada degradada, a CDU remete para um estudo feito recentemente para a Sociedade Porto 2001 que revela a existência de 404 edifícios «significativamente devolutos», 91% deles a necessitarem de uma intervenção qualquer e 26% de uma intervenção urgente, num total de 2293 edifícios (cerca de metade dos quais caracterizados como «edifícios em ruínas, maus ou degradados»). Ou seja, que a função residencial da Baixa está em «crise» e a Baixa «ao abandono» e «em degradação», exigindo uma intervenção rápida e sistematizada.

Tratando-se de uma área onde os municípios não têm competências, a CDU considera, contudo, haver um conjunto de mecanismos que permite àqueles intervir no sentido de minimizar o problema. São, por exemplo, programas como o RECRÍA, o RECRUP e o REHABITA.

Mas, na opinião da CDU, a resolução estrutural deste problema carece de uma intervenção concertada da Administração Central com as Autarquias Locais, que implemente uma Política Habitacional Integrada.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Carlos Espain

Faleceu, aos 54 anos, vítima de doença prolongada, o camarada Carlos Espain, natural de Cedofeita, Porto.

Professor na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Carlos Espain aderiu ao PCP em 1975, tendo sido membro do Sector Intelectual do Porto. Actualmente era membro da Direcção da Cidade do Porto do PCP, tendo integrado a sua Comissão Permanente.

Foi membro da Assembleia Municipal do Porto, tendo sido eleito, durante mais de uma dezena de anos, na Assembleia de Freguesia de Vitória. Foi também membro do organismo de direcção das Ribeirinhas (zona histórica do Porto).

César António Reis Teixeira

Natural de Gondomar, faleceu, no passado dia 25 de Novembro, no Hospital dos Covões, em Coimbra, o camarada César António Reis Teixeira, de 42 anos de idade. Participou no Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) em 1973 e esteve organizado na freguesia da Anta, concelho de Espinho. É, desde 1983, funcionário da Festa do Avante, a cuja célula actualmente pertencia. Homem muito bom e solidário, trabalhava na equipa das águas, onde criou profundas amizades com numerosos camaradas que, durante 18 anos, estiveram na implantação da Festa do Avante, no Alto da Ajuda, em Loures e na Atalaia.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP apresente projecto de lei Por serviços públicos de qualidade

Tornar mais efectivo o direito dos consumidores a auferir serviços públicos de qualidade e com segurança, eis, em síntese, o principal objectivo de um projecto de lei do PCP agora entregue no Parlamento.

Na base desta iniciativa legislativa está a consideração de que não basta a existência do dispositivo constitucional que acolhe tal direito. Do mesmo modo que não é suficiente, do seu ponto de vista, a introdução no nosso ordenamento jurídico de mecanismos e regras, como já existem, tendo como finalidade a protecção do utente dos serviços públicos essenciais, como, entre outros, o fornecimento de energia eléctrica ou de gás, as telecomunicações, os transportes colectivos, os serviços de saúde.

O que falta - e é esse vazio que os deputados comunistas pretendem colmatar - é um dispositivo eficaz que responsabilize as empresas prestadoras de serviços

públicos, nos casos em que o consumidor alegue ter sido lesado por incumprimento pleno do serviço por si utilizado. Sob pena - a não existir essa efectiva

capacidade de defesa - de as medidas de protecção vigentes serem letra morta.

Em caso de litígio entre o consumidor e a empresa, cabe a esta provar o cumprimento das suas obrigações

Daí a importância deste diploma da bancada comunista no qual se estabelece, como grande objectivo, numa tentativa de reforçar a responsabilização das empresas que prestam serviços públicos, «a inversão do ónus da prova» nos casos de litígio entre a empresa e o consumidor.

Ou seja, sempre que alguém se considere lesado pela não prestação de um serviço público de qualidade e com segurança, compete à empresa prestadora

daquele serviço fazer a prova em tribunal, ou no âmbito de um recurso para a administração pública, que a anomalia no fornecimento não é da sua responsabilidade. O que é uma situação distinta da actual em que recai sobre o consumidor o ónus de prova quanto ao incumprimento do serviço por parte da empresa.

«Quando o utente, que se considere lesado pela não aplicação do princípio da prossecução do interesse público, apresentar perante um tribunal ou outra instância elementos constitutivos da presunção do não cumprimento, incumbe à entidade prestadora provar que não houve violação desse princípio», estipula o articulado do diploma.

A inversão do ónus da prova, segundo a bancada do PCP, visa assim «garantir uma maior eficácia na prestação do serviço público», conferindo aos consumidores o efectivo direito a auferirem «serviços públicos de qualidade e segurança».

Audição na Saúde

O PCP quer ouvir na Comissão Parlamentar de Saúde e Toxicoddependência o Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria. Entender a situação assistencial nesta unidade hospitalar foi a razão apontada pelos deputados comunistas Bernardino Soares e Natália Filipe no pedido por si formalizado junto do presidente daquela comissão parla-

mentar para a audição, que requerem com carácter de urgência.

Esta iniciativa surge na sequência de afirmações proferidas pelo titular da pasta da Saúde, durante a discussão do Orçamento de Estado para 2002, a propósito do objectivo do Governo de «empresarializar» os estabelecimentos hospitalares, em que teceu considerações tidas como nada abonatórias

para o Hospital de Santa Maria.

Importa por isso esclarecer, na perspectiva do PCP, o sentido das palavras do principal responsável pelo Ministério da Saúde, tanto mais que, como lembra na carta em que solicita a audição, vêm frequentemente a público «situações que envolvem administração, profissionais e utentes dos hospitais públicos».

Postos de trabalho em risco

Mais 250 postos de trabalho estão em causa se a administração sufica da empresa ERES, no Fundão, levar por diante os seus intentos de despedimento. Os trabalhadores foram surpreendidos pelo plano e continuam a aguardar por explicações da administração que, até agora, não conseguiu justificar a sua atitude. Por si decidido foi já, no entanto, encetar um processo de luta em defesa dos postos de trabalho, e por conseguinte, da própria empresa.

Esta é uma empresa de grande importância para a região, em termos económicos e sociais, o que levou já o deputado comunista Vicente Merendas a requerer ao Governo esclarecimentos

sobre a eventual participação do Sistema de Incentivos à Revitalização e Modernização Empresarial (SIRME) neste processo, bem como sobre as medidas que pensa adoptar com vista à salvaguarda dos postos de trabalho e da empresa.

Entretanto, um outro conflito laboral motivou idêntica iniciativa por parte daquele parlamentar do PCP. Trata-se da VESTUS Confecções, Lda, em Santa Marta de Corroios, empresa que pretende suspender a prestação de trabalho de 360 trabalhadores, ao abrigo da «lay-off», pelo prazo de seis meses, eventualmente renováveis.

Desta sua intenção deu já a administração da empresa conhecimento à comissão sindical, sem no entanto

conseguir demonstrar os seus fundamentos económicos, financeiros e técnicos.

«A alegada «fragilidade e instabilidade generalizada dos mercados» nada tem a ver com a desculpa dos acontecimentos de 11 de Setembro, tanto mais que a empresa nos nove meses de 2001 efectuou 72 por cento das vendas realizadas no ano 2000», refere a propósito Vicente Merendas no requerimento por si dirigido ao Governo.

Lembrado é igualmente o facto de esta multinacional já ter antecedentes desta natureza no distrito de Setúbal, nomeadamente com a deslocalização de trabalhadores e encerramento de empresas, sempre na mais completa impunidade.

A Mulher - ser humano racional

● Odete Santos

No recente Congresso de Medicina Fetal organizado pela Maternidade Alfredo da Costa, o Painele dedicado ao Aborto revelou um profundo sentimento humanista por parte dos médicos que mais especialmente são tocados pelas graves consequências do aborto clandestino.

O importante estudo da Dr.^a Maria José Alves e do Dr. Repas Gonçalves, mostra que há médicos obstetras solidários com a luta das mulheres pelo alargamento da despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Se a sua voz não foi suficientemente audível aquando dos últimos debates sobre os projectos de lei do PCP relativos à despenalização, isso ter-se-á devido à pressão e coacção insuportáveis do intolerante movimento do «Não à despenalização», que após o rótulo de criminosas sobre as mulheres. O debate travado durante o Congresso revelou, no entanto, a falta de vontade política, por parte dos sucessivos governos desde 1984, na aplicação da lei existente. É que o poder político deixou os médicos entregues a si mesmos na interpretação da lei. E não só acalentou a formação nos Hospitais de umas Comissões que se formaram para se sobrepor à decisão da Mulher que pretende, no quadro legal, interromper a gravidez, como não esclareceu, não orientou os médicos sobre a correcta interpretação da Lei, e os procedimentos a adoptar. Por isso, foram múltiplas as interrogações colocadas durante o debate.

Recenseemos as mais importantes.

1. Cabe denunciar vigorosamente a ilegalidade da sujeição a umas ditas Comissões de Ética, ou Comissões de IVG, do pedido de interrupção da gravidez apresentado pela mulher.

Com efeito, o artigo 142.º n.º 2 do Código Penal apenas exige, como condição para a não punibilidade, que a verificação das circunstâncias que tornam a interrupção da gravidez não punível, seja certificada em atestado de médico, escrito e assinado antes da intervenção por médico diferente daquele que realiza a interrupção. Sujeitar tal atestado e a solicitação da mulher, ao parecer e decisão de quaisquer Comissões (algumas delas até têm integrado padres da Igreja Católica) é uma ilegalidade. É, para mais, uma desconfiança inadmissível sobre o médico que escreveu e assinou o atestado. E é sobretudo a reprodução de ideias retrógradas sobre a condição feminina.

A instituição de tais comissões corresponde à velha ideia de que as mulheres não têm o discernimento necessário para decidir. O Ministério da Saúde deve promover, de imediato, a extinção de tais Comissões. Para que se restitua à mulher a capacidade de decisão.

2. Qual o papel do médico que vai realizar a intervenção, se

não for objector de consciência?

Apresentado o atestado e solicitada a interrupção da gravidez, se o atestado for grosseiramente falso (e para a arguição de falsidade não são suficientes questões médicas passíveis de outras interpretações) o médico que for realizar a interrupção terá de solicitar a intervenção das entidades de polícia criminal, realizando embora a interrupção se não houver resposta adequada a remover as dúvidas dentro do período em que a interrupção pode ser realizada. O médico exime-se assim, da sua responsabilidade, que vai posteriormente recair sobre a mulher e sobre o médico que passou o atestado.

3. O que é que se exige para realizar a interrupção nos casos de gravidez resultante de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual? É exigível a prova de que se participou o crime aos órgãos de polícia criminal?

Já durante os debates sobre a despenalização, em 1997, pude constatar que a classe médica laborava num erro. Erro que ainda persiste, como pôde ser comprovado no Congresso.

É que com as alterações ao Código Penal, em 1995, foi suprimido, quanto ao aborto ético, o requisito da participação do crime, que até à lei de alterações, figurava como condição de não punibilidade da interrupção da gravidez.

É o atestado passado pelo médico que observa a mulher que tem de assegurar a probabilidade séria de a gravidez ter resultado de um crime - violação, coacção sexual, abusos sexuais, etc.

A lei de 1995 foi, neste aspecto, justa e humana para com as mulheres.

Na medida em que as dispensou do calvário dos interrogatórios policiais e judiciais.

Mas por que é que os sucessivos Ministérios da Saúde não levaram as alterações ao conhecimento dos médicos?

4. Será lícito fazer intervir qualquer Comissão Técnica de avaliação no caso do aborto eugénico, para averiguar se a doença do feto é grave, se a malformação congénita é incurável?

Mais uma vez a resposta é não. Valendo as considerações que se fizeram na resposta dada em 2. O aborto eugénico é permitido não só em função da viabilidade de existência do nascituro, mas também em função da qualidade de vida previsível. E aqui a decisão é da mulher. E não de quaisquer considerações médicas.

Em conclusão:

os sucessivos ministérios da Saúde têm permitido a proliferação de práticas que retiram à mulher a liberdade de decidir.

É preciso recordar a lição de Descartes: a Mulher, como ser humano que é; participa, com o homem, da racionalidade.



Hugo Neto, presidente da Federação Académica do Porto

Portugal vai sofrer as consequências desta política

Depois da manifestação, do ensino superior da semana passada, Hugo Neto, presidente da Federação Académica do Porto, em entrevista ao *Avante!*, acusa o Governo de ser o grande responsável pelo estado da educação em Portugal e avisa que, se não se fizer um investimento, quem vai sofrer é o País.

— Qual é a vossa posição em relação à proposta de Orçamento de Estado para 2002?

— Está inserida numa lógica de falta de aposta na educação, falta de aposta efectiva pelo menos. A aposta a

nível de discurso tem existido, desde a «paixão» ao reitar o discurso da importância da educação, mas na prática vemos que não é isso que acontece.

Isso preocupa-nos. Quer a nível da qualidade de ensino

e da resolução de muitos dos problemas dos estudantes, Educação, não está a ser cumprido. O orçamento-

mas sobretudo a nível do futuro do País. Para recuperarmos o atraso estrutural que temos em relação aos restantes países na Europa, a aposta na formação e na educação são fundamentais.

Isso não tem acontecido. O orçamento padrão, acordado em 1993 entre os reitores e o Ministério da

«O facto do sistema de acção social estar muito aquém das necessidades é uma causa do abandono escolar»

sobrevivessem, funcionassem com qualidade.

«Temos um sistema injusto e bastante

— Quais são os principais problemas da Universidade do Porto?

— São muitos. Temos no pólo de Campo Alegre 12 mil estudantes sem uma única cantina. O pólo 2 — talvez o maior pólo estudantil do País — não tem residências, tem problemas graves ao nível de segurança, de trânsito e estacionamento. É um pólo mal estruturado. As instituições foram crescendo como cogumelos, sem qualquer visão de conjunto. Temos quase uma cidade fantasma a partir das seis da tarde, em contraponto ao caos durante o dia.

Há problemas graves em cada uma das instituições, que têm a ver com o subfinanciamento crónico do ensino superior. Há aulas sobrelotadas, laboratórios que não funcionam a cem por cento, há falta de verbas para contratar modelos para os estudantes de Belas-Artes. Há instituições completamente degradadas, em que os estudantes não se podem sentir minimamente bem. Há estudantes a ter aulas num barraco, nomeadamente na Faculdade de Nutrição. As faculdades que foram construídas há pouco tempo também têm problemas.

— Estes problemas reflectem-se na formação dos estudantes?

— Claro que sim. Quando dizemos que é possível apostar na educação, não estamos a fazê-lo de forma egoísta. É claro que temos direito a um ensino com qualidade, mas para além disso estamos a reivindicar uma qualidade de ensino que se reflecta no futuro do País.

Se um estudante de ciências não tem um laboratório a funcionar a cem por cento e tem de se

aglomerar com um conjunto de colegas para ter acesso a uma acção experimental, vai ficar menos preparado.

— Os valores das bolsas de estudo são suficientes?

— Não, as bolsas não são minimamente dignas. A acção social não garante uma verdadeira igualdade de oportunidades. Quando se diz que cerca de 50 por cento dos alunos abandonam o ensino, é preciso saber que há estudantes que vivem grandes dificuldades. Há estudantes deslocados que têm um conjunto de custos que não podem ser suportados com base numa bolsa que não está à altura das necessidades.

— Essa é uma das causas do insucesso escolar?

— Não tenho dúvida que o facto do sistema de acção social estar muito aquém das necessidades ser uma das causas do abandono escolar, sobretudo porque as famílias portuguesas

são aquelas que, na Europa, mais encargos têm com a educação dos seus filhos. Temos um sistema injusto e bastante elitista, o que não é digno de um Governo que se diz de esquerda. Uma das nossas reivindicações é que se assegure os 11 meses de bolsa, em vez dos 10 meses.

— Que medidas podem ser tomadas para resolver o problema das saídas profissionais?

— Quando há mais de 26 mil licenciados inscritos nos centros de emprego há qualquer coisa de muito grave. O Governo tem de tomar uma posição e a criação de um Observatório de Emprego que efectivamente funcionasse seria fundamental.

Por outro lado, temos um sistema de *numerus clausus* que funciona apenas de acordo com as necessidades financeiras das instituições. Uma das traves mestras do financiamento tem a ver com o número de alunos e as instituições alargam as



• Isabel Araújo Branco texto
• Jorge Caria e Jorge Cabral fotos



O que acontece é que infelizmente assistimos todos os anos a uma lógica exactamente inversa, não de uma solução estrutural para o financiamento, mas de soluções conjunturais. Dá-se o suficiente às instituições para que elas sobrevivam e continuem de portas abertas. Isso não é minimamente aceitável.

Qual será o estudante ou o dirigente associativo que acredita que no próximo ano não haverá novos cor-

tes orçamentais? Por isso, o orçamento inicial deixá-nos insatisfeitos porque está aquém do que foi prometido em 1993, mas com certeza vamos assistir a meio do ano a novos malabarismos.

Há verbas que são anunciadas e que depois não são descaídas. Temos um bolo que vai emagrecendo e que vai fazendo com que as instituições estejam cada vez mais com a corda na garganta.

elitista»

vagas independentemente da qualidade de ensino que poderão assegurar. Temos instituições que estão sobrelotadas e que aumentam consecutivamente o número de vagas, porque é a forma que encontram de sobreviverem. É essa situação que faz com que, em largas áreas do mercado de trabalho em que há uma sobrecarga, se continue a alargar o número de vagas.

É ainda importante referir que alguns dirigentes associativos e sobretudo os reitores não estão a assumir o seu papel de defesa de soluções estruturais e estão a aceitar soluções conjunturais, como o que fizeram para o mero pagamento de salários, sem assegurar uma solução para o problema do financiamento. Nesta altura há uma promiscuidade entre os responsáveis das instituições e o Governo como nunca houve, o que os leva a estar claramente manietados.

— Se o Orçamento de Estado se mantiver, quais são as consequências para os estudantes e para as instituições?

— Mais do para as instituições e para os estudantes, convém transmitir quais são as consequências para o País. Vamos continuar a ter provavelmente as mesmas taxas de insucesso escolar, não vamos ter uma verdadeira igualdade de oportunidades no acesso e continuidade no ensino superior porque as bolsas não vão ser dignas, e não vamos ter cantinas e residências em número adequado.

Para além disso, vamos ter o mesmo tipo de problemas que temos este ano: instituições degradadas que não são reestruturadas, novos edifícios por construir, sobrelotação de salas de aula, laboratórios que não funcionam a cem por cento... Tudo isso não vai ser melhorado com um Orçamento de Estado que não satisfaz minimamente as nossas expectativas.

— Que importância tem a convergência de estudantes, professores e funcionários?

— Tem havido alguns aspectos positivos, sobretudo quando falamos da ques-

tão estrutural do ensino superior, quando falamos do facto do modelo de financiamento ter atingido o ponto de ruptura e estar completamente falido. O facto de não haver uma visão estratégica para o ensino superior e de não haver uma aposta significativa na educação de estudantes, professores e funcionários é cada vez mais visível que começa a unir toda a sociedade portuguesa. Isso advém das lutas ao longo dos tempos, que fazem com que os problemas que os estudantes sentem na pele no seu dia-a-dia se tornem mais visíveis.

Evidentemente, dou importância significativa a isso, no entanto acho que professores, estudantes e funcionários terão de ter cada um a sua própria dinâmica, sob pena de termos, em função de uma convergência, atrasar cada um dos processos que já estão em curso.

— Essa convergência pode aumentar as possi-

bilidades do Ministério da Educação recuar?

— Penso que a questão não se coloca tanto a esse nível. Nos últimos dois

«Uma das traves do financiamento tem a ver com o número de alunos e as instituições alargam as vagas independentemente da qualidade de ensino que poderão assegurar»

anos, tivemos quatro ministros da Educação. Neste momento os estudantes já não acreditam verdadeiramente num ministro — independentemente das qualidades técnicas que têm sido — como interlocutores para resolver os problemas dos estudantes. Para resolver questões específicas relativas a uma ou outra academia sim, mas não resolverão com certeza o problema global das bolsas e da igualdade de oportunidades na acção social, os problemas do financiamento, do insucesso escolar e da empregabilidade.

Para isso é preciso coragem política e peso político. Com o sucessivo corrupção na 5 de Outubro e com a falta de aposta de todo o Governo, independentemente das qualidades técnicas do ministro que está ou daquele que com certeza irá chegar dentro de pouco tempo, não é possível.

Preferia não ter que comentar, mas não teve a importância que alguns lhe quiseram atribuir, até porque a resposta esteve no número de estudantes presentes. Estiveram presentes associações da Universidade Técnica e estudantes de instituições que não se fizeram representar. Dentro desta lógica, cada vez mais se vê que não são as superestruturas não mandam na vontade das associações de estudantes e estas não mandam nos estudantes.

Independentemente de um ou outro dirigente associativo, por uma questão de protagonismo ou de estratégia, achar que não faz sentido participar numa manifestação, elas vão cada vez mais aumentar porque os estudantes sentem mais problemas. Independentemente das entrevistas que alguns dão aos jornais ou às televisões no sentido dos estudantes não aparecerem, eles vão aparecer cada vez mais. É incontornável e vai ser cada vez mais uma realidade no nosso país enquanto as coisas não mudarem.

— Que balanço fazem da manifestação?

— Foi um momento histórico o facto de terem estado mais de 4500 estudantes na rua, no início do ano lectivo e depois da campanha de desmobilização feita por algumas associações e por algumas estruturas mais governamentalizadas. Leva a crer que este ano lectivo será um ano de mudança, os estudantes

«Foi um momento histórico o facto de terem estado mais de 4500 estudantes na rua, no início do ano lectivo e depois da campanha de desmobilização feita por algumas associações», afirma Hugo Neto

- Gustavo Carneiro texto
- Jorge Caria e Jorge Cabral fotos

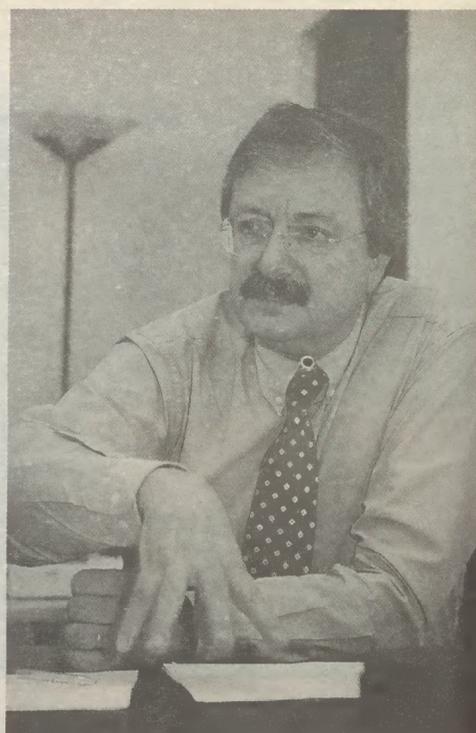
António Abreu é o primeiro candidato do PCP à Câmara Municipal de Lisboa, cidade em que o Partido concorre coligado com o PS e «Os Verdes», no âmbito da coligação «Amar Lisboa». Numa longa conversa, falou-se da relação do PCP com o PS na autarquia, do problema da habitação, da erradicação das barracas e da demagogia dos candidatos da direita.

Porquê a coligação com o Partido Socialista?
Concorrer coligado com o Partido Socialista colocou-se em 1989 e foi decidido entre os dois partidos. Por um lado, já havia um influência de esquerda significativa em muitas freguesias e por outro tinha-se criado ao longo dos anos aquilo que podemos chamar a «massa crítica» suficiente para conceber uma estratégia para o desenvolvimento da cidade para as décadas seguintes. A cidade de Lisboa era governada pela direita, embora a sua maioria sociológica fosse, efectivamente, de esquerda. Isso implicou um entendimento com o Partido Socialista – que não é possível à escala nacional – e que parte da consideração de que a maioria em Lisboa só pode ser obtida à esquerda pelo entendimento entre as duas forças

estilo que imprimimos a esse trabalho. E hoje, com doze anos de trabalho em conjunto entre socialistas e comunistas na cidade de Lisboa, há coisas que se alteraram no trabalho de uns e de outros, normalmente de forma positiva. E o programa que nós fazemos, não é o programa que nós faríamos sozinhos, mas também não é o programa que o PS faria sozinho. Portanto, nós só estamos dispostos a prosseguir um caminho que seja simultaneamente aceitável para ambas as partes e em que nós tenhamos uma palavra a dizer...

O PS está no Governo. Como é que se processa a oposição à política de direita dentro da autarquia?
Sempre que há que criticar o Governo dentro da Câmara, critica-se. Dou-te alguns exemplos que se passaram

«Quem acabou com as barracas fomos nós», afirmou António Abreu



António Abreu fala ao Avante! sobre a coligação «Amar Lisboa»:

«Sempre que há que criticar o Governo, critica-se»

políticas para que seja possível ter a presidência e a maioria na Câmara.

Isso não é contraditório?
Só aparentemente. Em Lisboa, nós temos um programa que é aceite pelas duas partes e na base do qual se desenvolveu a coligação. Esta não foi feita apenas com base num mero acordo de distribuição de pelouros, mas sim na base de um acordo político em torno de algumas questões essenciais e que determinaram posteriormente o desenvolvimento do acordo noutros aspectos, nomeadamente no que respeita à distribuição de responsabilidades ou à forma de funcionamento. É importante que se diga que este acordo era simultaneamente aceite pelas duas partes e que não implicava necessariamente acordos com políticas à escala nacional.

Que grau de independência tem o PCP nesta coligação?

Nós gerimos as nossas áreas com autonomia. É da nossa responsabilidade esse trabalho. Quanto às reuniões de Câmara, as agendas das ordens de trabalhos são acordadas previamente entre nós e os vereadores do Partido Socialista. É claro que, por mais que uma vez, temos votado contra propostas do PS. E, por vezes, o PS vai encontrar apoios noutros vereadores de outras forças políticas para tal ou tal proposta, com a qual nós não estamos de acordo. Mas, no geral, as reuniões são preparadas e há uma convergência praticamente total nas propostas a decidir.

Mas não haverá um problema de visibilidade por parte dos comunistas na Câmara?

Sim, temos um problema de visibilidade pública, que é inegável e com o qual já contávamos à partida. Prende-se com o facto da Câmara ser, normalmente, identificada com o seu presidente. E isto é um pouco complexo de resolver. Resolve-se com o trabalho dos nossos vereadores nos seus pelouros e com o

comigo. Fiz várias vezes aos sucessivos ministros da Educação, críticas públicas, e a Câmara acompanhou-me nessas críticas, incluindo os vereadores socialistas. O trabalho em conjunto também implica o conhecimento dos problemas e das razões pelas quais estamos em confronto com o Governo que leva a que, não poucas vezes, a Câmara no seu conjunto esteja em oposição ao Governo. Agora, os socialistas são socialistas. Eles têm concordâncias com a política geral praticada pelo Governo que nós, obviamente, não acompanhamos.

Mas essa política geral reflecte-se na cidade. Como é que se gere uma coisa destas?

Nas questões em que há um confronto com as posições do Governo, temos procurado, e temos conseguido, convergir posições contra o Governo ou a reivindicar algo ao Governo, normalmente em matéria de polícia, transportes públicos, saúde... Quando não é possível tomar posições comuns, não se toma. Mas isso é a propósito de tal ou tal proposta concreta – com cujos pressupostos nós não estamos de acordo – ou uma ou outra moção sobre questões de política geral. Mas já nos habituámos a trabalhar em conjunto. Eles já sabem o que nós não aceitamos. É óbvio que, por vezes, há discussões, mas nós procuramos que sejam resolvidas internamente.

Não receias a desmobilização do eleitorado comunista devido à má imagem do PS?

É um problema real. Aliás, os próprios vereadores do PS têm feito um grande esforço por se distanciarem do Governo. Mas isso é um problema que temos de discutir politicamente com as pessoas. Não há outra solução. A coligação que existe é a forma que temos de influenciar positivamente o curso da administração em Lisboa e estamos confiantes na vitória. Mas para isso é decisivo que os militantes do PCP, que têm tido um importante papel na campanha, mobilizem o eleitorado comunista.

«As expectativas das pessoas elevaram-se»

Da obra realizada pela coligação, o que destacarias mais?

Neste mandato, destaco o fim das barracas. Depois, questões como a requalificação do Centro Histórico ou a animação cultural da cidade. Por insuficiência, sentida muitas vezes por quem aqui vive ou trabalha, destaco a questão do estacionamento, a limpeza e arranjo de espaço público e, claro, as questões da segurança. Nos últimos doze anos, devido ao facto da coligação ter mostrado que resolve, de facto, os problemas, as expectativas das pessoas elevaram-se, bem como o seu nível de exigência. Mas isso é um processo perfeitamente natural, que não tem nada de contraditório. É positivo e desejável que assim seja.

Querem mais porque tiveram mais...

Tiveram mais, exactamente. Nós temos a perfeita consciência do muito que foi feito. Mas também que uma autarquia não pode resolver os problemas de uma sociedade capitalista, há problemas que nos escapam quase completamente, como é o caso do emprego, da instalação da actividade económica, que afectam muito as condições de vida na cidade e em relação às quais nós só indirectamente podemos intervir. O tipo de construção e os projectos apresentados são ditados pelos interesses particulares, que têm em vista o lucro. A capacidade da Câmara de construir certas coisas existe, intervém para condicionar essas projectos em benefício da cidade. Com meios próprios ou com financiamentos do Estado, mas tem limitações.

Além disso, nas outras áreas, o que te parecem mais importante?
Destacaria, por exemplo, a animação. Nós não escolhemos o nome «Amar Lisboa» por acaso. Isto tem a ver com uma atitude daqueles que aqui vivem,

Falaste há pouco, pela negativa, da segurança. Mas o campo de acção da Câmara, nesse campo, é escasso.

Nos dois últimos anos, a criminalidade diminuiu em Lisboa. Porém, acontece que o «mapa dos medos» da cidade de Lisboa, não coincide com o mapa das ocorrências criminosas. Isto tem a ver com os efeitos da propagação através da comunicação social, particularmente da televisão, de acontecimentos que já no passado se verificavam, mas que passaram a ocupar primeiros lugares nos alinhamentos dos telejornais. E isto verifica-se quando se pergunta a uma pessoa que mora em determinado local se a cidade é insegura e ela responde que sim. Se lhe perguntarmos se se sente insegura quando sai ao fim-de-semana ou à noite na zona onde reside, responde que não. Portanto, há uma sensação de insegurança que é «metida» nas pessoas, mas que depois não se manifesta nas ocorrências policiais. O que temos feito é disponibilizar instalações para que aumente o número de esquadras da Polícia, combatendo a tendência que nasceu no cavaquismo de fechar as esquadras de bairro e concentrar os efectivos nas superesquadras.

Hoje, fazemos o percurso inverso, incentivando a política da «polícia de proximidade».

Além disso, nas outras áreas, o que te parecem mais importante?
Destacaria, por exemplo, a animação. Nós não escolhemos o nome «Amar Lisboa» por acaso. Isto tem a ver com uma atitude daqueles que aqui vivem,

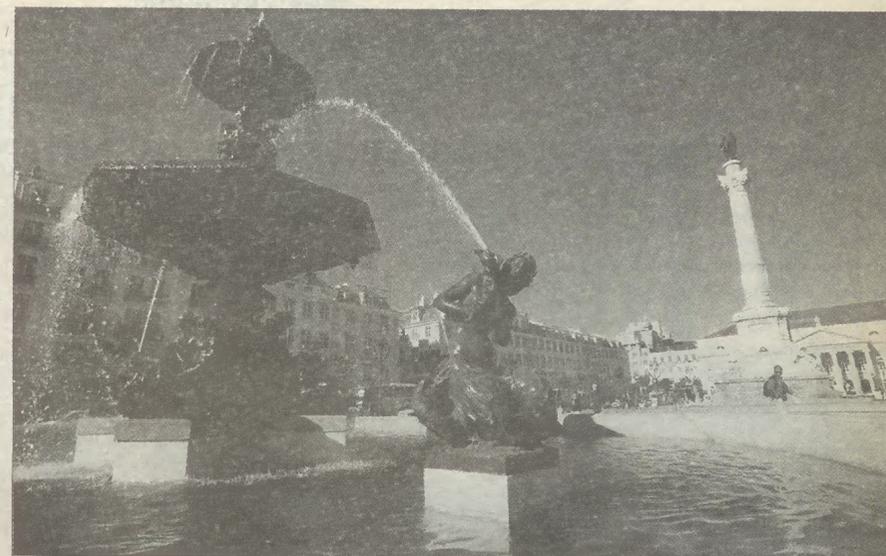
«Não nos venham com tretas...»

Que comentários te merecem as «propostas» da oposição?

O Santana Lopes e o Miguel Portas a quererem gerir os transportes públicos... É um disparate! Então e o Governo não tem que pagar os custos da capitalidade? É também o caso do «cheque-saúde» de Paulo Portas. Não faz sentido. As câmaras não têm competências na área da saúde. Nós já temos tantas dificuldades em assumir hoje as competências que as câmaras têm porque não temos meios suficientes e ele ainda quer averbar mais essa competência?

O candidato do PP promete também recuperar 500 prédios por ano... Ora, Paulo Portas, que é a expressão mais acabada dos interesses dos proprietários, que os convença... Quanto à sua exigência de «mais 1500 polícias nas ruas»... quem manda no número de polícias que estão em Lisboa não somos nós, é o Ministério da Administração Interna. E por que não mil? Ou dois mil?
E a Polícia Municipal não tem competências de segurança...
Nem nós achamos que deva ter... tem competências de vigilância, pode vir a

A recuperação do Rossio e de outras importantes praças da cidade é fundamental para o repovoamento e atractividade da zona histórica de Lisboa



ter na questão do estacionamento, passagem de multas, etc. Agora, quem manda na polícia é o Governo e o que nós podemos fazer para responder ao argumento de que há poucas polícias é contribuir para reduzir os custos de instalação das unidades policiais e entregar esquadras prontas, de chave na

ansios das populações. Por exemplo, ele colocou umas «caixinhas» que afirmam que ele resolverá o problema do Parque Mayer. Eu gostava de lhe perguntar como. Aquilo é propriedade privada e só o proprietário o poderá reabilitar. Ora, os proprietários querem construir habitação, que é mais

candidato como o Santana Lopes ou o Paulo Portas diga que vai resolver os problemas. Mas a questão é esta: quantos presidentes de câmara, quase desde a Segunda Guerra, disseram «eu vou acabar com as barracas»? E quem é que acabou com elas? Desde quando é que as pessoas se queixavam que

mão, que é o que temos feito nos últimos anos...

Que é para lá das competências municipais...

É, mas nós somos adeptos de que haja mais polícias de giro, que outras pessoas possam assumir as tarefas administrativas dentro das esquadras para libertar agentes para actividades de vigilância.
A julgar pela sua campanha, parece que Santana Lopes surge com «soluções» para todos os problemas da cidade...
Ele tem publicitários a trabalhar para ele, que lhe fazem certo tipo de recomendações, depois de estudarem os

rentável. O que nós temos feito, e neste caso já se vê luz ao fundo do túnel, é tentar garantir que é construída a mesma área que existia anteriormente para actividades culturais. Agora, não nos esqueçamos que o Santana Lopes foi secretário de Estado da Cultura no momento em que houve maior contestação dos meios da cultura em Portugal e nada fez em relação às solicitações que a Câmara lhe fez. Foi um zero. Portanto, que não nos venha agora com esta treta. Porque já temos a experiência de quando ele passou por aqui...
Não fez nada...
Pois. É que é sempre possível que um

«Com o fim das barracas avançamos na requalificação urbana»

«O fim das barracas vai-nos permitir deslocar meios para a reabilitação da habitação de outras zonas que não barracas, que será uma das componentes do trabalho do próximo mandato», afirmou António Abreu. O vereador comunista lembrou que essa requalificação – que já atingiu cerca de 30 por cento dos edifícios, por exemplo, nos bairros históricos – é um «processo de longo curso e não uma corrida de velocidade». Este processo poderia ser mais rápido «se nós aceitássemos que os prédios fossem vendidos a outros proprietários ou os seus habitantes expulsos, que fossem pessoas ricas a viver ali». «Como nós queremos manter a população residente como o essencial dos habitantes dessas zonas, procuramos que, por nosso intermédio ou dos proprietários, os edifícios sejam reabilitados.» António Abreu afirmou ainda que o grande bloqueio à requalificação urbana dos bairros históricos de Lisboa prende-se com a atitude de muitos proprietários, que estão interessados «numa atitude especulativa, e portanto preferem deixar degradar as casas praticamente até à derrocada para as reconstruir e depois arrendar a preços muito mais altos». Para resolver o problema da habitação degradada na zona mais antiga da cidade, António Abreu encontra duas vias, a do convencimento dos proprietários no sentido de realizar obras necessárias no seu património – que se faz de modo muito mais célere do que se for a autarquia, devido à necessidade desta de seguir os trâmites legais das obras públicas – e a da criação de legislação que exproprie os proprietários dos seus fogos devolutos, «legislação essa que

não existe e que a Câmara Municipal de Lisboa defende que exista». A constante intervenção da autarquia em habitações de privados – mais de 90 por cento das habitações existentes – faz com que não haja oportunidade para intervir mais no património próprio da autarquia, o que leva a que todo o processo de requalificação se atrase, por falta de fogos para realojamento. Entendendo que esta questão é fundamental para repovoar a cidade, António Abreu considera que este repovoamento deve ser feito, essencialmente, por jovens. Por esta razão, lembrou que foram criadas pela autarquia nos últimos anos duas residências de estudantes, cerca de duas mil habitações para jovens a custos controlados e duas cooperativas de habitação jovem nos bairros históricos. Isto é particularmente importante na Baixa Pombalina. Mas esta questão, sendo indispensável, não garante, por si só, a atractividade da zona. É neste âmbito que surgiu, confessou António Abreu, a decisão de revitalizar importante praças – 25 em toda a cidade – como o Rossio, a Praça da Figueira, o Largo de Camões, a Praça do Município ou o Largo de São Carlos, ao longo deste mandato. A libertação dos pisos térreos dos actuais ministérios na Praça do Comércio para a instalação de actividades culturais e de restauração também contribuiria, confessa o vereador comunista, para tornar a Baixa mais atractiva, quer ao turismo quer à instalação de habitação. Mas, para isso, há que convencer o Poder Central, que «não paga um tostão» pelo espaço que ocupa na capital...

JCP lança campanha nacional sob o lema «Para que não sejas tu a pagar... luta!» com o objectivo de informar e consciencializar os estudantes

Fazer frente aos problemas do ensino superior

O Governo continua a não eleger a educação como área prioritária. As consequências são sentidas todos os dias nas universidades e politécnicos pelos estudantes. A JCP continua a apoiá-los, desta vez com uma campanha nacional.

A JCP lançou a semana passada uma campanha dirigida aos estudantes do ensino superior, sob o lema «Para que não sejas tu a

pagar... luta!». O objectivo é informar os estudantes e motivá-los para a luta, que, segundo os jovens comunistas, é a única

forma de modificar a política educativa do Governo.

«A educação é um espelho da própria sociedade em que vivemos, das suas contradições, das suas injustiças, da sua capacidade de responder ou não às aspirações individuais e necessidades colectivas», considera a JCP, num comunicado à imprensa.

Os jovens comunistas afirmam que «a realidade encontrada e vivida nas escolas do ensino superior é da máxima gravidade e não é mais do que a consequência da prática continuada de políticas neoliberais, ora levadas a cabo pelo PSD ora pelo PS, para as áreas sociais, nomeadamente a educação».

«Esta política tem conduzido ao estrangulamento deste sector fundamental para o desenvolvimento do País e tem privado dezenas de milhares de jovens a um direito constitucionalmente garantido», considera a JCP.

«A educação é um direito que tem estado bastante longe de ser cumprido para os mais de 35 mil estudantes do ensino superior. A realidade concreta desmente todos os dias o discurso "cor-de-rosa" do Ministério da Educação e compromete a "paixão" do engenheiro Guterres», declaram os jovens comunistas.

A JCP afirma que o discurso do Ministério da Educação é desmentido quando «somos confrontados com as propinas e demais taxas e emolumentos ou com os recentes cortes orçamentais que se apoiam numa lei de financiamento que há muito deveria ter sido revogada, e que já provocaram consequências bastante nega-

tivas no ensino superior, agravando ainda mais as condições para as instituições proporcionarem um ensino de qualidade. É cada vez mais evidente que quem vai pagar estes cortes são os estudantes e as suas famílias».

O insucesso escolar

permanece por as suas

causas não serem combatidas

Seis exemplos

Os jovens comunistas apresentam seis exemplos

de problemas concretos, surgidos directamente da política do Governo. A acção social escolar é a primeira a ser abordada, por continuar a não garantir bolsas de estudo justas, alojamento para os estudantes deslocados, preços sociais nos bares e nas cantinas e estruturas de apoio ao desporto, à saúde e à cultura.

O insucesso escolar é outra questão que se arrasta por as suas causas não serem combatidas: sub-financiamento, o sistema de acesso ao ensino superior, desigualdades económicas e sociais, ausência de formação e avaliação do desempenho pedagógico do corpo docente.

A diferenciação de tratamento entre politécnico e universidades é também abordada, com a JCP a denunciar a discriminação do primeiro sistema em relação ao financiamento, às verbas para a acção social e à formação do corpo docente.

A crescente dificuldade em garantir emprego aos jovens recém-licenciados, a inexistência de contractualização entre os estudantes e as instituições do ensino particular e cooperativo e a degradação do modelo de gestão democrática das escolas são outros problemas apontados.



A educação é um direito que tem estado bastante longe de ser cumprido

Direcção Nacional da JCP Jovens são fundamentais nas eleições

A Direcção Nacional da JCP, reunida em Lisboa no dia 17, destaca a importância da participação dos jovens na campanha eleitoral e nas eleições autárquicas, nomeadamente a sua presença nas listas da CDU e o facto de haver várias cabeças de lista com menos de 30 anos.

«Nesta recta final da batalha eleitoral é fundamental que a JCP, em conjunto com muitos outros jovens, se envolva ainda mais na elaboração dos programas, nas diversas acções e iniciativas da CDU, valorizando o trabalho feito pelos eleitos da coligação e apresentando as nossas propostas. Os jovens comunistas devem ter em conta a capitalização do con-

tacto com milhares de jovens independentes e da dinâmica criada em torno do espaço de unidade que a Juventude CDU representa para o reforço orgânico da JCP e do Partido através do recrutamento» lê-se na resolução política aprovada.

Como já foi anunciado pelo Avante!, o 7.º Congresso da JCP foi marcado nesta reunião para o último trimestre de 2002 e é apontado pela Direcção Nacional como «um momento de fundamental importância para os jovens comunistas e para a juventude», pelo que «exige dos nossos militantes uma atenção, preparação, empenho e esforço redobrado para o seu sucesso e para o reforço da intervenção da JCP».

OE alarmante

«O momento actual é de intensa actividade da JCP», diz a Direcção Nacional. Por isso, é preciso reforçar e intensificar a presença da organização junto das massas, «afirmando o nosso ideal e apresentando o nosso projecto e propostas. Neste sentido devemos continuar a dar especial atenção às campanhas de afirmação junto dos estudantes do ensino secundário e superior». Por seu lado, o trabalho junto das empresas e dos jovens trabalhadores necessita de novas medidas nas organizações e a nível central.

Para a JCP, a política neoliberal do Governo torna-se

ainda mais evidente na proposta de Orçamento de Estado para 2002, na qual os cortes nas verbas destinadas à educação e juventude são «alarmantes e vergonhosos, ao mesmo tempo que os aumentos dos salários e os direitos dos trabalhadores são preteridos em favor dos interesses do capital».

A Direcção Nacional recorda que o PCP apresentou na Assembleia da República diversas propostas de alteração ao Orçamento de Estado, entre as quais o reforço do apoio directo ao associativismo juvenil e o reforço das verbas de funcionamento e o 11.º mês de bolsa para os estudantes do ensino superior.

Vila Franca de Xira festeja 22 anos da JCP

Mais de seis dezenas de pessoas participaram no jantar-convívio de comemoração do 22.º aniversário da JCP, que se realizou na semana passada em Vila Franca de Xira, no centro de trabalho do PCP. Para a organização, esta iniciativa constituiu «uma clara demonstração do ideal comunista e da força e vitalidade da JCP no distrito de Lisboa».

Durante o jantar houve lugar para algumas intervenções de dirigentes da JCP e

do PCP, bem como uma breves palavras de José Neves, cabeça de lista da CDU à presidência da autarquia local. De destacar os aplausos dos jovens presentes aquando da leitura da saudação ao aniversário enviada pelo líder comunista, Carlos Carvalhas.

Após o jantar cantou-se os parabéns. Os festejos prosseguiram no bar, decorado especialmente para a ocasião com cartazes das últimas acções da JCP. Foi aí que funcionou uma banca de materi-

ais de propaganda inserida na campanha de recolha de fundos da organização.

Como destaca a JCP, «a animação e o convívio continuaram pela noite fora num espírito de amizade e camaradagem que nós conhecemos, tendo ficado bem demonstrado que é também com estas iniciativas que afirmamos o nosso projecto e propostas. Agora é continuar com empenho e confiança todo o trabalho que temos pela frente».

Greve hoje no Superior de Lisboa

Os estudantes do ensino superior de Lisboa estão hoje em greve, cumprindo a decisão da Assembleia Magna de dia 8. «Após um vergonhoso corte de cinco por cento do orçamento para o ensino superior em 2001 (três vezes maior que o do restante da função pública), assistimos a uma inqualificável desresponsabilização deste Governo face a uma das áreas primordiais para o desenvolvimento social, económico

e cultural», acusa a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.

«Chega de cortes e de desinvestimento. É preciso agir e mostrar que não iremos assistir impávidos à progressiva degradação da educação. Só unidos os estudantes têm a pedra que ganha à tesoura», defende a AE, acrescentando que «é altura de ter um ensino superior público de qualidade».

«Não fiques sentado a ver televisão. O que está em causa é a tua educação», alerta a associação aos estudantes.

Para além de protestar contra os cortes orçamentais, a greve visa reivindicar uma melhor acção social escolar (residências, cantinas e bolsas de estudo) e um verdadeiro combate ao insucesso escolar e à falta de saídas profissionais para os licenciados.

Novo Hospital de Sintra

Saúde e negócio

O Hospital Amadora-Sintra está uma vez mais no centro das atenções. Em causa, e para além da polémica em torno da construção do Hospital de Sintra, um modelo de gestão entregue a privados.

As pretensões do grupo Mello Saúde de obter, por ajuste directo, a concessão do futuro hospital de Sintra, foi agora posta em causa, face ao parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR).

O parecer sustenta que o contrato existente com o grupo Mello Saúde não comporta a possibilidade de ser alargado à concepção, planeamento, financiamento, construção e gestão de uma nova unidade hospitalar do Serviço Nacional de Saúde em Sintra, pelo que terá que ser objecto de um novo contrato e sujeito a concurso público.

Da parte da sociedade gestora do Hospital Amadora-Sintra, as reacções foram clarificadoras. Em declarações à Agência Lusa, um representante do conselho de administração considerou como «inevitável» a renegociação do contrato com o Estado, pois a unidade de Sintra vem alterar para uma situação de concorrência o que até agora seria considerado como exclusivo: a pres-

tação de cuidados de saúde à população dos concelhos de Amadora e Sintra.

Assim, o que está em causa, é a própria adopção de um modelo comercial na área da prestação de cuidados de saúde às populações. Uma experiência que, apesar de muito contestada, poderá vir a ser repetida noutros hospitais públicos.

Um relatório muito crítico

A gestão do hospital Amadora-Sintra foi recentemente objecto de um relatório, muito crítico, da Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa, que nomeadamente apontará para custos que ultrapassam em muito os dos hospitais públicos.

Neste quadro, a Plataforma Sindical da Saúde, que reúne a Federação Nacional dos Médicos (FNAM), o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, o Sindicato dos Técnicos Paramédicos e a Federação

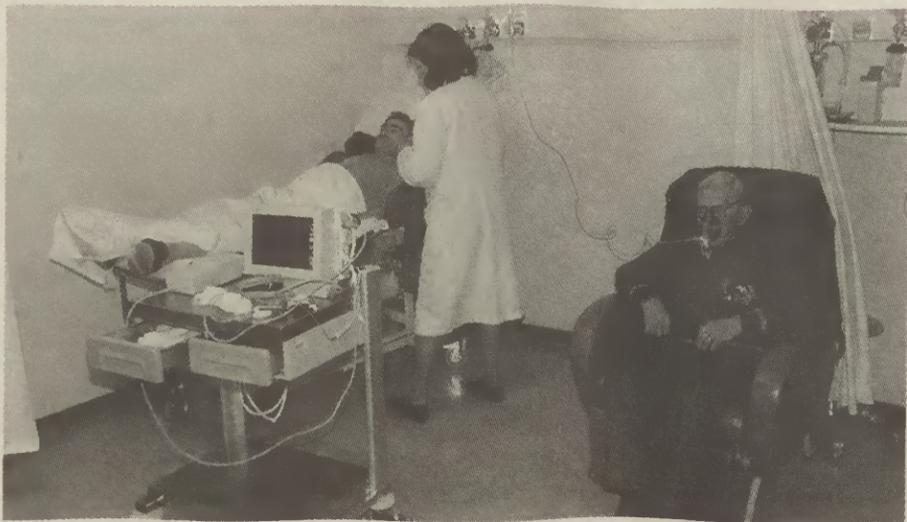
da Função Pública exige que este relatório não seja metido na gaveta e uma discussão pública do documento, «porque ele comporta matéria extremamente grave».

O presidente da FNAM, Cílio Correia, considera que o actual ministro da Saúde está a «destruir o serviço público de saúde, transformando-o num qualquer bem de consumo para quem pode pagar».

«Devemos retirar das experiências inovadoras aquilo que elas ensinam e não o que nos querem ensinar», sublinha, defendendo que o modelo de gestão do Hospital Amadora-Sintra «deve ser questionado».

Na Assembleia da República, a deputada ecologista Isabel Castro apresentou um requerimento ao Governo em que exige envio do relatório elaborado pela ARS de Lisboa.

Em nota de imprensa, «Os Verdes» frisam que «em causa está o direito de informação sobre um modelo de gestão hospitalar entregue a privados, que o actual titular da pasta da Saúde pretende generalizar, embora o balanço desta experiência se tenha vindo a revelar de duvidosa vantagem» e reclamam do Governo «o conhecimento das medidas preconizadas face às críticas formuladas pela ARS, críticas essas que as sistemáticas queixas dos utentes que recorrem àquela unidade hospitalar confirmam».



A gestão do Hospital Amadora-Sintra, objecto de relatório crítico

Manifestação contra taxa de alcoolémia

Milhares de vitivicultores e agricultores manifestaram-se, na passada segunda-feira, no Terreiro do Paço, em Lisboa, pela anulação da taxa de alcoolémia de 0,2g/l. Uma manifestação organizada pela Fenadegas, e que contou com o apoio e presença da CNA – Confederação Nacional da Agricultura, Confagri – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, ARESP – Associação de Restauração e Similares de Portugal e representantes de todas as adegas cooperativas do país.

A descida da taxa de alcoolémia de 0,5 (valor reco-

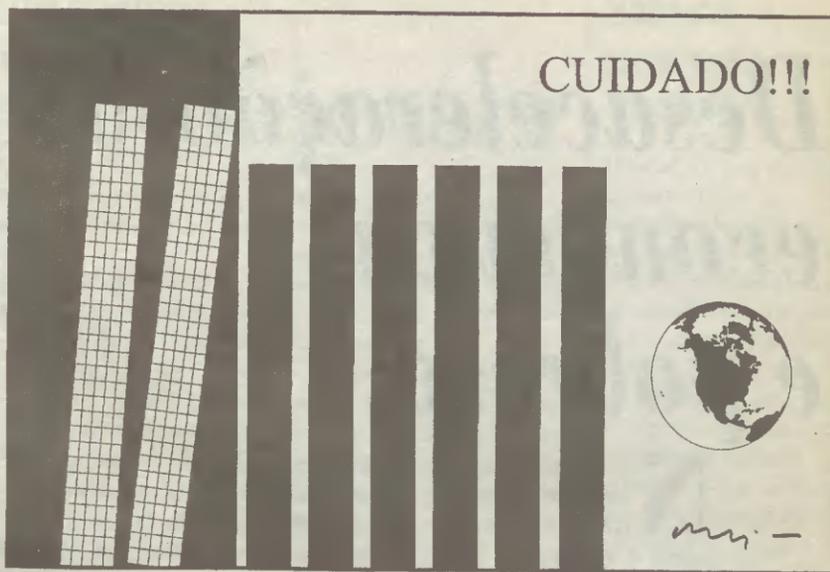
mendado pela União Europeia) para 0,2gramas/litro já originou e continua a provocar graves prejuízos para os vitivicultores, adegas cooperativas e restantes fieiras, num sector da economia nacional considerado estratégico. Em contrapartida, assinalaram os manifestantes, o número de mortes na estrada não sofreu qualquer redução e, segundo o secretário-geral da Confagri, entre 12 e 18 de Novembro, registou-se mesmo «o maior número de mortos nas estradas em Portugal».

Os impactos negativos são vários. Desde 1 de Outubro, as vendas de vinho regista-

ram uma quebra de 31 por cento. Com a produção não escoada, o litro de vinho branco já desceu quase 90 por cento. As quebras são sensíveis também ao nível dos sectores de hotelaria e turismo.

Representantes da Confagri e da Fenadegas foram entretanto recebidos pelo secretário de Estado da Administração Interna.

No próximo dia 6 de Dezembro, as cooperativas agrícolas vão ser recebidas pelo primeiro-ministro, para discutir a reivindicação dos vitivicultores de repor a taxa de alcoolémia nos 0,4 gramas/litro.



● Sérgio Ribeiro

Processo & «picos»

O processo histórico não é linear. Faz-se de acelerações e

travagens, de períodos de aparente estagnação e de saltos. Por isso, há «picos» e há travessias temporais pantanosas. Isto para quem se revê no materialismo histórico, como quadro para a compreensão do que foi vivido, para o entendimento do (e intervenção no) que se está a viver, de perspectiva para o que vai ser vivido ainda por nós e por outros. Quem aqui viveu quase meio século de fascismo, terá tido a sensação de que nada ou pouco mudava, apesar da guerra vizinha na Península, da 2.ª guerra mundial, da guerra colonial de que éramos, portugueses, os principais ou os mais visíveis intérpretes. Na verdade, foi a resistência à mudança, foi o travão salazarento ao que o próprio Salazar chamou os «ventos da História» que agravou o atraso económico, político, social, de Portugal relativamente ao continente em que o Estado-nação se configurou (e onde, aliás, é/somos dos de maior identidade como Nação e como Estado).

Acresce que o tempo tem uma dimensão elástica e esse quase meio século tanto pode ter parecido uma eternidade (para quem o viveu) como foi um momento fugaz na História e o 25 de Abril de 74 foi um «salto», corresponde a um «pico». À nossa portuguesa dimensão e não só. Estas reflexões derivam do sentimento de se estar a viver um momento histórico de mudança, uma aceleração, um «salto». Embora não se saiba bem como ele será dado, qual a sua amplitude e onde iremos cair.

Muitas vezes, ao longo da vida de quem já viveu uns anitos, algo de parecido foi anunciado. «Desta vez é que é...», «isto está quase...», «a crise «deles» é geral e irrecuperável e «nós» estamos a «apanhá-los»...» e outras parecidas, foram frases que nos transmitiam essa ideia, que algo tinha, também, de voluntarismo. Como, aliás, se comprovou. Agora, é diferente. Depois da última década do século XX ter começado por parecer o ruir de um caminho iniciado e o adiar sem prazo de muita esperança, e depois, talvez surpreendentemente, se ter recuperado mais depressa do que se poderia prever, o sentimento de que há mudanças inevitáveis que estão a/para acontecer instala-se. O 11 de Setembro veio, em alguns de nós, vincar essa convicção, e fê-la germinar noutros.

Becos e crise

Noções e conceitos marxistas, como o da composição orgânica do capital e implicações na criação e apropriação de mais-valias, a pauperização, a militarização da economia, a financeirização e a extensão da economia especulativa, terão ganho renovada força como suportes do entendimento do que se passa. O médio ou o longo prazo virão confirmar, e já o estarão fazendo, que uma economia que mais se preocupa em transferir, concentrar e centralizar mais-valias criadas do que em produzir riqueza que é onde elas se criam, está a caminho de becos, agudizando gravemente desigualdades e assimetrias e, também, sobre-acumulando o que vai escasseando. E desses becos só há saídas violentas.

A imagem dos balões que se enchem e que só não rebentam porque neles se vão formando bolhas adequa-se às especulações bolsistas e à ocorrência de crises aqui e ali mas que são de todo o lado... de todo o balão que se vai enchendo de bolhas. Mas também é certo que a resistência dos materiais faz com que os balões não rebentem por si, sozinhos, e que o seu contínuo enchimento desencadeia condições objectivas e subjectivas para que se tente provocar o seu rebentamento ou para que alguns pequenos estoires se verifiquem por via de picadelas no balão ou nas bolhas.

É significativo, ou poderá sê-lo se enganado não estou, que depois de 11 de Setembro tenha havido uma espécie de «errar fileiras» por parte dos dirigentes maiores do capitalismo transnacional. E tanto teria sido assim que se puseram ao trabalho para evitar situações complicadas ou desesperadas. Não estou a falar de Bush e Blair, que fazem o papel que lhes cabe no que teve de ser improvisado, ou já estaria ensaiado, mas de quem conseguiu controlar as bolsas e movimentos especulativos, assim a modos de quem entendeu que o momento era muito grave e se impunha agarrar em cordelinhos. E não me canso de reler o Director do Banco Mundial que fez um verdadeiro alerta, ou aviso às navegações. Pois se ele até disse que se tem de passar a olhar os outros de outra maneira, como seres humanos embora diferentes, veja-se lá... E nós estaremos a ser capazes de passar do sentimento difuso à tomada de consciência da importância do momento?

Desaceleração económica e pobreza

• Ilda Figueiredo

Não é segredo para ninguém que o contexto económico internacional se agravou consideravelmente nos últimos meses, com as principais regiões do mundo a experimentar uma desaceleração do crescimento, situação que é anterior a 11 de Setembro, embora se tenha agravado a partir de então, com algumas empresas e governos a utilizarem esse pretexto para provocar falências, despedir trabalhadores, impedir aumentos salariais, contribuindo, assim, para agravar a situação económico-social, mesmo que momentaneamente alguns grupos capitalistas ganhem com isso. Nas recentes previsões económicas do Outono para o período 2001-2003, a Comissão Europeia afirma que a economia da zona euro deve provavelmente enfrentar um final do ano de franca atonia e crescer apenas, em média, 1,6 por cento no corrente ano, não prevendo que a taxa de crescimento seja, em média, melhor, apesar de admitir uma recuperação gradual em 2002, que conhecerá uma aceleração em 2003. Quanto a Portugal, a Comissão prevê taxas muito inferiores às do Governo português, admitindo que as taxas de crescimento de 3,4% em 1999-2000 diminuam para 1,7%, em 2001, e apenas 1,5% em 2002, apenas se invertendo a tendência em 2003, passando, então, para 2,3%. De qualquer modo, uma tão baixa taxa de crescimento económico é manifestamente insuficiente para manter o crescimento do emprego, e, segundo a Comissão, vai novamente seguir-se um acréscimo do desemprego, pondo em causa o cumprimento das metas previstas na Cimeira de Lisboa de, até 2010, o crescimento do emprego na comunidade atingir uma média global de 70%, e de aumentar de 51 para 60 por cento a taxa de emprego das mulheres.

No entanto, não há da parte dos responsáveis da União Europeia uma decisão de rever outros compromissos que também contribuem para o agravamento do desemprego, designadamente a liberalização de sectores fundamentais na área dos correios, energia, transportes e outros serviços. O que é tanto mais grave quanto reconhecem nos Planos Nacionais de Inclusão Social, elaborados este ano, que a luta contra a pobreza e a exclusão social continua a ser um desafio importante para a União Europeia, dado o número de pessoas em alto risco exclusão e pobreza.

Segundo a Comissão, o impacto de conjunturas económicas e de emprego favoráveis entre 1995 e 2000 ajudou a estabilizar a situação, que se havia deteriorado em muitos Estados-membros devido à recessão económica que marcou os anos intermédios da década de 90. Mas, mesmo assim, cerca de 18% da

população da União Europeia, ou seja, mais de 60 milhões de pessoas, pertence a agregados familiares em que o rendimento se situa abaixo dos 60% da mediana do rendimento nacional e, de acordo com o relatório conjunto da Comissão sobre os 15 planos nacionais elaborados este ano com o objectivo de lutar contra a pobreza, cerca de metade desses 60 milhões de pessoas tinha vivido abaixo desse limiar de pobreza relativa durante três anos consecutivos.

Ora, tendo os governos dos quinze Estados-membros da União Europeia assumido sucessivamente, nas Cimeiras de Lisboa, de Estocolmo e de Nice o compromisso de pôr em marcha uma estratégia de luta contra a pobreza, para as políticas públicas o principal desafio consiste em garantir que os principais mecanismos de distribuição de oportunidades e de recursos - o mercado de trabalho, o sistema fiscal, os sistemas de protecção social, de educação, de habitação, de saúde e outros serviços - se tornem suficientemente universais para prover às necessidades daqueles que se encontram expostos ao risco da pobreza e exclusão social e lhes facultar o acesso aos seus direitos fundamentais.

A verdade é que, como o demonstra a análise aos planos nacionais, são, geralmente, os países com sistemas de previdência mais desenvolvidos e níveis de despesa social *per capita* mais elevados, aqueles que obtêm maior êxito na tarefa de garantir o acesso a bens de primeira necessidade e em manter a percentagem de pessoas em risco de pobreza muito abaixo da média comunitária.

Daí que não se entenda como num período de desaceleração do crescimento económico e de novo agravamento do desemprego se possa continuar a insistir na necessidade de manter o Pacto de Estabilidade, com absoluta prioridade para a estabilidade dos preços, quando o que era essencial era dar prioridade à criação de empregos de qualidade, com direitos, e ao combate à pobreza e exclusão social, mesmo que a estabilidade dos preços fosse algo afectada e as políticas monetaristas secundarizadas. Tal como não se pode admitir que em Portugal, onde se mantêm os mais baixos salários da União Europeia, a mais elevada taxa de pobreza (23%) e as maiores desigualdades na repartição do rendimento, se insista na contenção salarial e nas restrições do consumo privado e do investimento público. É tempo de dizer BASTA às políticas do neoliberalismo e de exigir que as prioridades sejam o emprego de qualidade, com direitos, e o combate à pobreza e exclusão social, o que, por sua vez, contribuirá para diminuir os impactos da desaceleração do crescimento económico internacional.

França e Alemanha afirmam-se como motor da construção europeia

Cartas na mesa

A França e a Alemanha juntaram-se no fim-de-semana em Nantes para defender a ideia de uma «Constituição Europeia» como «etapa essencial do processo histórico de integração», que pretendem liderar.

Numa declaração conjunta adoptada a apenas algumas semanas da cimeira europeia dos Quinze, em Laeken, que deverá lançar a reforma das instituições até 2004, o presidente e o primeiro-ministro franceses, Jacques Chirac e Lionel Jospin, e o chanceler alemão, Gerhard Schröder, formularam o voto de «uma clarificação das funções legislativas e executivas» no seio da UE.

Reiteraram, neste âmbito, a necessidade de estender os domínios nos quais os votos se poderão fazer por maioria qualificada em detrimento das tomadas de decisão por unanimidade, questão que, à semelhança

do que aconteceu na cimeira da UE em Junho de 1997 em Amsterdão, dividiu os Quinze em Nice em Dezembro de 2000.

Mas eles não desistem e já se congratulam com a «próxima aplicação da Convenção composta por representantes dos Estados membros, dos parlamentos nacionais, do parlamento europeu e da Comissão Europeia» destinada a preparar as reformas institucionais.

«A Alemanha e a França partilham posições idênticas sobre grande número destas reformas, como por exemplo, a integração da Carta dos Direitos Fundamentais da UE na futura

Constituição Europeia» ou «uma organização das competências mais compreensíveis e transparentes», assinalaram.

Afirmando quererem ser «um motor da integração europeia» e «reforçar a dinâmica do projecto europeu», Paris e Berlim declararam-se «dispostos a procurar, constante e continuamente, acordos sobre todas as questões».

Na frente do Afeganistão, os dois países não se coibiram de apelar à formação de uma «administração transitória» no período «mais breve possível», enquanto não ganhar corpo um governo de reconciliação nacional.

«O nosso objectivo é a formação no Afeganistão, o mais rapidamente possível, de uma administração transitória, seguida da entrada em funções de um governo legítimo, alargamente representativo, multiétnico e decidido a instaurar os direitos humanos», lê-se na declaração franco-alemã.

Turquia bloqueia defesa europeia

A quarta sessão de negociações entre turcos, norte-americanos e britânicos sobre a defesa europeia saldou-se de novo, segunda-feira passada, por um fracasso.

A três semanas da cimeira europeia de Laeken, o Governo turco continuou a bloquear um acordo sobre o acesso da UE aos dispositivos da NATO, exigindo participar no processo de decisão apesar de não ser membro da UE.

Apesar disso, a Europa da

Defesa vai ser formalmente declarada operacional no próximo Conselho dos Quinze, a 14 e 15 de Dezembro, na Bélgica. Nesta data, as estruturas decisórias da UE em matéria de «gestão de crises» estarão prontas e a União poderá conduzir operações militares.

O acesso aos dispositivos da NATO é considerado vital para as acções da UE, tendo em conta, nomeada-

mente, o objectivo colocado de tornar operacional em 2003 uma força de intervenção rápida de 60 mil homens.

Certamente que para tentar resolver este incómodo diferendo, soube-se logo na segunda-feira que o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, irá a Ancara nos dias 4 e 5 de Dezembro para uma curta visita no quadro do seu périplo europeu.

Portugueses entre finalistas do prémio Descartes

O prémio Descartes foi atribuído, na passada terça-feira, em Bruxelas ex-aequo a um trabalho sobre o desenvolvimento de novos fármacos contra o vírus da imunodeficiência humana e a um estudo visando racionalizar a produção de químicos industriais.

Entre os finalistas deste prémio que tem um valor de 200 mil contos e distingue feitos científicos e tecnológicos de excepção resultantes da investigação europeia conjunta, estavam cientistas portugueses envolvidos em dois dos sete projectos candidatos ao galardão.

Um deles é o BIODEPTH, o mais abrangente estudo ecológico terrestre já realizado, envolvendo uma rede

multidisciplinar de cerca de 50 cientistas de oito países (Portugal, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Suécia, Reino Unido e Suíça), incluindo cinco investigadores do Departamento de Engenharia Florestal do Instituto Nacional de Agronomia (ISA) e uma da Universidade de Coimbra.

O objectivo do projecto foi determinar qual o impacto da redução da biodiversidade vegetal (em declínio na Europa devido a factores como práticas agrícolas intensivas, abandono da terra ou poluição) no funcionamento dos ecossistemas. «A conclusão é que esta redução não é indiferente, ou seja, os ecossistemas funcionam em parte baseados na biodiversidade»,

explicou, à Agência Lusa, João Santos Pereira, do ISA, que coordenou a equipa portuguesa no consórcio.

Por outro lado, o «Safe-train» (comboio seguro), do consórcio de 16 parceiros liderado pela Bombardier Transportation SA em Portugal (antiga Sorefame e ADTranz), tem por objectivo melhorar a segurança ferroviária na Europa.

A partir de um estudo sobre colisões ferroviárias baseadas em 500 acidentes ocorridos em 12 empresas na Europa entre 1991 e 1995, o consórcio procurou determinar os tipos de acidentes mais comuns e iniciou a tarefa de projectar um comboio resistente a choques.

UE nega independência a Montenegro

O alto representante para a Política Externa europeia, Javier Solana declarou, terça-feira, em Belgrado, que a União Europeia é «claramente» contra a independência do Montenegro e continua a ser favorável à manutenção da federação jugoslava. «A UE tem agora uma ideia clara do que deverá acontecer. Pensamos que a melhor solução é a manutenção de uma federação que será reestruturada e no seio da qual o Montenegro terá o seu lugar», disse Solana, acrescentando que «qualquer outra alternativa será prejudicial». Solana que sublinhou estar mandatado pela UE «para tentar ajudar a encontrar uma solução positiva e criativa para o problema das relações entre a federação e o Montenegro», avisou que «é um erro pensar que a separação conduziria mais rapidamente a uma integração no seio da União Europeia. Os que pensam desse modo cometem um erro», asseverou. O governo do Montenegro pretende organizar um referendo sobre esta matéria 2002, defendendo um projecto de uma associação de dois estados independentes, cada um com o seu lugar na ONU.

Farinhas de carne regressam

O comissário europeu para a saúde e defesa dos consumidores defende a reintrodução sob condições das farinhas de carne na alimentação de alguns animais como os porcos. Num texto que publicou no jornal alemão *Bild am Sonntag*, David Byrne considera que «não há nenhuma razão para os omnívoros não possam comer restos de carne ou de ossos — e as farinhas animais nada mais são que isto — provenientes de animais cujo consumo pelo homem é autorizado». O alto responsável europeu avança outro argumento relacionado com os restos: «Dezasseis milhões de toneladas de restos saem por ano dos matadouros europeus. A sua eliminação coloca um grande problema ambiental.» No entanto, admite que «é muito cedo para reflectir» sobre este tema, e uma medida neste sentido só poderá ser tomada «sob condições (de segurança) reforçadas e se os consumidores estiverem convencidos de que é seguro». Recorde-se que a União Europeia decidiu, em Junho, no Luxemburgo, avaliar periodicamente a interdição das farinhas de carne na alimentação animal.

Comissões bancárias Harmonização pode sair cara

Os Quinze aprovaram, na segunda-feira, em Bruxelas, um regulamento que obriga as instituições bancárias a igualar as taxas bancárias em todo o espaço europeu. Contudo, os utentes podem sair prejudicados.

O texto legislativo, aprovado pelos representantes dos governos dos Quinze, pretende que os bancos passem a aplicar, a mesma tabela de comissões aos pagamentos em euros, quer estes sejam efectuados no território nacional ou entre países europeus. Este regulamento que prevê igualmente que, a partir de Julho,

sejam facturados custos idênticos sobre os pagamentos com cartões de crédito e levantamentos nas caixas automáticas. A harmonização das tabelas de comissões abrangerá igualmente as transferências bancárias a partir de a partir de Julho de 2003. Por exemplo, uma transferência entre dois países

terá de custar o mesmo do que igual transacção dentro de um Estado.

Este princípio aplica-se por enquanto apenas a operações que não ultrapassem os 12.500 euros, mas a partir de Janeiro de 2006, este limite subirá para os 50 mil euros.

Comissões atingem 30 por cento

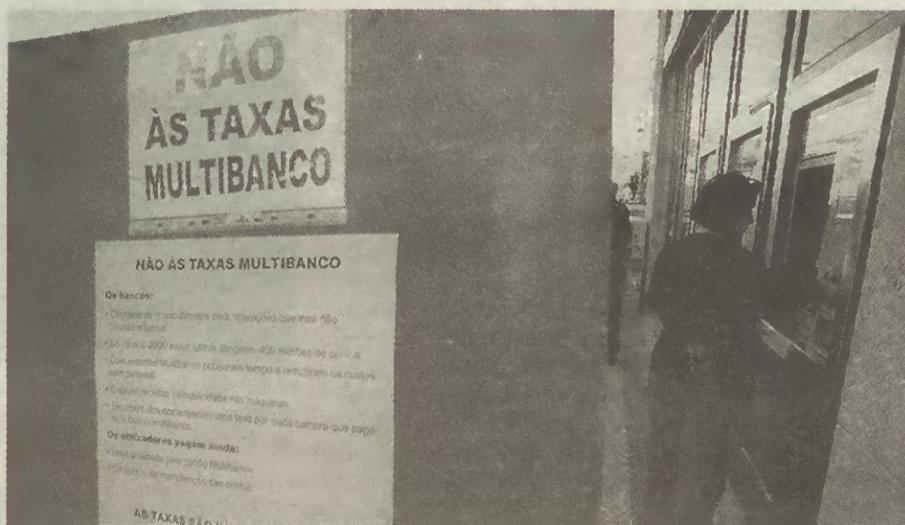
No entanto, e apesar desta medida ter sido concebida por se constatar que os bancos continuam a cobrar aos utentes somas excessivas sobre transferências para outros países, o regulamento não prevê

nenhum mecanismo que impeça estas instituições de agravarem as transacções nacionais de modo a compensarem a baixa nas operações transfronteiriças.

O texto comunitário ao referir-se expressamente ao nivelamento de taxas nas transacções além-fronteiras com cartões electrónicos acaba também por dar uma «ajudinha» designadamente aos bancos portugueses que já anunciaram a intenção de taxar cada utilização das máquinas multibanco.

Actualmente, os europeus pagam em média cerca de 24 euros (perto de cinco contos) para transferirem 100 euros (20 contos) de um país para outro, dentro da zona euro, onde como se sabe os bancos viram eliminado o risco de flutuação do câmbio. Em Portugal, estas comissões são ainda mais elevadas, chegando a representar 30 por cento do montante transferido.

A proposta de Bruxelas, apresentada em Julho pela Comissão Europeia, recebeu mais tarde o apoio dos chefes de Estado e de Governo, reunidos em Outubro, e, finalmente, foi aprovada pelo Parlamento Europeu na última sessão plenária, do passado dia 15. Os eurodeputados deverão ainda dar o seu aval final a este regulamento que entrará em vigor já no próximo ano.



A taxa multibanco tem em Portugal forte oposição por parte dos utentes que não aceitam mais custos bancários

Internet sob vigilância apertada

Países membros do Conselho da Europa, mais os Estados Unidos, Canadá, Japão e África do Sul, num total de 30, subscreveram na passada semana, em Budapeste, a primeira Convenção internacional contra a delinquência na Internet.

O documento, cuja redacção vinha sendo trabalhada há quatro anos, é o primeiro instrumento jurídico na matéria em termos mundiais e irá aplicar-se nos estados membros do Conselho da Europa, bem como naqueles que optarem por subscrevê-la.

A representante do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Jennifer Martin, falou de «urgência» na aplicação de tal documento, alegando que, só no ano em curso, o Ministério da Defesa já registou perto de 24 mil tentativas de violação dos seus sistemas informáticos.

«Mais recentemente tornou-se terrivelmente evidente que os ataques cibernéticos colocam em perigo a vida dos nossos cidadãos e a nossa capacidade de proteger a segurança nacional», acrescentou.

De facto, como explicou o secretário-geral adjunto do Conselho da Europa, Christian Krueger, a Convenção já prevê uma reacção aos actos terroristas cometidos contra os sistemas informáticos e a recolha de provas electrónicas de infracções ligadas ao terrorismo.

Os Estados Unidos, Japão, Canadá e África do Sul assinaram a Convenção, bem como 26 dos 43 países do Conselho da Europa, doze dos quais membros da União Europeia, tendo ficado de fora o Luxemburgo, Irlanda e Dinamarca.

Responsáveis do Conselho da Europa realçaram o facto de 30 estados terem assinado o documento o que constitui uma situação sem precedentes.

Sanções pesadas

O Conselho da Europa exigiu garantias de respeito pelos Direitos do Homem, nomeadamente o respeito pelo segredo da correspondência, mas várias associações de fornecedores de acesso à Internet já qualificaram o documento de «intervencionista e cúmplice de uma nova era de vigilância generalizada».

O texto fixa regras a propósito das infracções contra a confidencialidade e integridade dos sistemas, das infracções informáticas (fraudes) e das ligadas à propriedade intelectual (cópia e contrafacção).

O artigo 9 do documento estabelece medidas para sancionar a recolha, arquivamento e distribuições de imagens de pornografia e prostituição infantis.

Outra das preocupações é o combate às fraudes com cartões de crédito que totalizaram em 1999 cerca de 91,2 milhões de contos.

Ainda segundo dados do Conselho da Europa, os prejuízos desencadeados pelos vírus informáticos custaram, no mesmo período, cerca de 2800 milhões de contos e as perdas da indústria vítima das cópias ilegais estima-se da ordem dos 57 mil milhões de contos anuais. A UNICEF indicou que, só nos Estados Unidos, a pornografia infantil gera um volume de negócios da ordem dos 684 milhões de contos anuais.

Indústria aeronáutica suplica ajuda

Representantes da indústria aeronáutica pediram na segunda-feira ajuda aos deputados do Parlamento Europeu para defrontar a crise que se seguiu aos acontecimentos de 11 de Setembro.

Perante a Comissão dos Transportes, explicaram que as linhas transatlânticas sofreram uma redução de mais de 30 por cento, os voos europeus

de 15 por cento, que duas companhias europeias já declararam falência e que milhares de trabalhadores perderam os seus empregos.

A delegação que incluía membros de diversas associações europeias do sector, exprimiram a sua preocupação quanto ao futuro da aviação civil, admitindo que a seguir à Sabena e à Swissair,

outras companhias e aeroportos poderão muito em breve ser obrigados a fechar as suas portas.

Um dos principais problemas é o custo do seguro que subiram em flecha desde os atentados de 11 de Setembro e, embora os estados tenham assumido estes encargos até final do próximo mês de Dezembro, nada está garanti-

do após esta data. A consternação que manifestaram aos deputados resulta ainda da ausência de apoios estruturais por parte da União Europeia e dos governos nacionais, em contraste com os Estados Unidos que rapidamente responderam aos problemas da sua indústria aeronáutica concedendo ajuda financeira.

Sabena processa Swissair

O Estado belga e a ex-Sabena iniciaram vários procedimentos perante o Tribunal do Comércio de Bruxelas pedindo à Swissair, ex-accionista da companhia aérea, cerca de dois mil milhões de euros (mais de 400 milhões de contos). O ministro da tutela acusou a holding da Swissair, o SairGroup e as SairLines de não terem respeitado as obrigações resultantes dos acordos de Janeiro e Agosto de 2001, nomeadamente a cobertura das necessidades de tesouraria da Sabena e a recuperação de uma encomenda de nove aparelhos. Segundo o ministro belga, outras medidas contra o SairGroup e a SairLines estão em análise, entre as quais iniciativas conjuntas de Portugal Alemanha e França. A Sabena, companhia aérea belga criada em 1923 e que empregava 13 mil pessoas, entrou em processo de falência.

Fontaine apoia adesão de Chipre

A presidente do Parlamento Europeu, em visita ao Chipre, afirmou na passada semana que o PE não irá consentir a adesão de certos países, em detrimento da ilha. Depois de ter visitado a linha que separa o lado helénico do turco, Fontaine salientou que a adesão de Chipre à UE serve de «catalisador» para a solução política do problema local. Esta visita sublinhou o apoio da UE a Chipre, em vésperas da cimeira — a primeira desde 1997 — que, em 4 de Dezembro, juntará os líderes cipriota e turco, com vista a relançar o diálogo entre as partes. A ilha está dividida entre as duas comunidades desde 1974, na sequência do conflito entre helénicos e turcos.

Reconversão da frota de pesca

Os Quinze aprovaram por unanimidade na terça-feira, o plano de reconversão das frotas pesqueiras portuguesas e espanhola que operava nas águas de Marrocos até à expiração do acordo entre aquele país e a União Europeia. O plano acolheu os pedidos apresentados pelos espanhóis no sentido de serem melhoradas as ajudas sociais aos pescadores afectados, prevendo-se igualmente a inclusão dos pescadores e armadores que receberam ajudas por paragem de actividade durante um período mínimo de seis meses, em vez dos nove inicialmente exigidos por Bruxelas.

Simpósio em Pequim

«Socialismo: Realidade e Desenvolvimento» foi o tema de um simpósio internacional promovido de 12 a 14 de Novembro em Pequim pelo Centro de Estudos Mundiais Contemporâneos, no qual participaram, além de numerosos sociólogos e historiadores chineses, representantes de vários países, como Cuba, Vietname, Federação Russa, Japão, França, Espanha, Alemanha, Roménia e Polónia. No simpósio, Aurélio Santos, membro do Comité Central do PCP, apresentou uma intervenção sobre a apreciação do PCP quanto às experiências da luta pelo socialismo e sobre as vias e objectivos que o PCP apresenta, para Portugal, no seu programa para uma democracia avançada no limiar do século XXI.

Sindicalista brasileiro assassinado

O dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Aldanir Carlos dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Electricidade, foi assassinado sábado com um tiro na cabeça no Rio de Janeiro. Aldanir Carlos dos Santos, 39 anos, candidato do Partido dos Trabalhadores pelo Rio de Janeiro às eleições legislativas de Outubro de 2002, foi assassinado em Bangu, a Norte da cidade, ao regressar de uma reunião política. Segundo fontes sindicais, este assassinato é o nono de um sindicalista no Rio de Janeiro em 10 anos.

Polícias protestam em Paris

Cantando a «Marselhesa» (hino nacional) e assobiando, 30 mil polícias manifestaram-se na passada quinta-feira em Paris contra a escalada da insegurança e a falta de meios com que se debatem. Segundo os seus organizadores, citados pela Lusa, o protesto foi o culminar de três semanas de sentimentos de revolta pela morte de dois polícias, a 16 de Outubro, no Plessis-Trévise (periferia parisiense). Os manifestantes empunhavam cartazes reclamando aumentos de salários e meios para lutar contra a criminalidade.

Fim do bloqueio em Marselha

O bloqueio do porto de Marselha, no Sul de França, foi levantado domingo, depois de 12 horas de negociações entre o sindicato CGT e a administração daquela estrutura. Segundo o director-geral do porto, Eric Brassart, representantes do CGT submeteram o projecto de acordo obtido no 12.º dia de greve às bases do sindicato. «Em sinal de apaziguamento, levantaram-se as barreiras» para permitir aos funcionários que não aderiram à greve retomar o seu trabalho no porto, acrescentou aquele responsável. Entre as razões para esta greve está a oposição do CGT à «privatização» de um posto de descarga no porto.

Israel prossegue com a política de assassínios «selectivos» de palestinianos tornando mais difícil a missão norte-americana para relançar o processo de paz

EUA dizem apoiar independência da Palestina

George W. Bush garantiu ao rei Abdallah da Jordânia que promoverá a criação de um estado palestiniano «independente e viável», numa carta que a casa real hachemita divulgou sexta-feira.

Na missiva, entregue ao monarca pelo deputado norte-americano Mark Kirk, Bush «proclama o seu total empenhamento na conquista de uma paz justa e definitiva no Médio Oriente». O texto indica também que as declarações proferidas pelo secretário de Estado norte-americano, Colin Powell — que expressou o apoio do seu país a um estado palestiniano e à retirada de Israel dos territórios árabes ocupados, segundo as resoluções da ONU —, «reflectem exactamente a atitude da presidência dos Estados Unidos».

Neste contexto, Bush convidou o rei Abdallah a «trabalhar ombro a ombro com os Estados Unidos para conseguir que estas declarações conduzam à criação de um estado palestiniano independente e viável, e que o estado de Israel possa conviver com os seus vizinhos árabes dentro de fronteiras seguras e reconhecidas».

«Os Estados Unidos utilizarão todo o seu peso para instar as duas partes (israelita e palestiniana) a regressarem à mesa das negociações e aplicarem as recomendações da Comissão Mitchell e do Plano Tenet», lê-se ainda.

A Comissão Mitchell, que estudou a origem da violência palestino-israelita, recomendou, entre outras coisas, um cessar-fogo imediato e medidas de confiança entre as partes para poder haver um regresso à mesa das negociações de paz. O cessar-fogo, nunca respeitado, consta do Plano Tenet, acordado entre israelitas e palestinianos com o patrocínio do director da CIA (serviços secretos norte-americanos), George Tenet.

Um dia sangrento

Sexta-feira foi um dia de morte entre os palestinianos, já considerados como um dos piores desde o reinício da Intifada, a 28 de Setembro de 2000. Num primeiro balanço, nove palestinianos foram assassinados pelas forças israelitas.

Na Faixa de Gaza, um homem foi morto e três ficaram gravemente feridos quando as forças israelitas abriram fogo sobre um carro em que seguiam, em Rafah. De manhã, celebravam-se as cerimónias fúnebres de cinco crianças, vítimas de uma explosão de um obus israeli-

ta. Durante o funeral, um adolescente palestiniano morreu e dois outros ficaram feridos num tiroteio iniciado pelo exército israelita.

A Fatah também não foi poupada. Numa explosão, dois elementos do movimento do presidente da Autoridade Palestiniana foram assassinados, na região de Nablus, a norte da Cisjordânia.

Muhmoud Abu Hannoud, um dos principais chefes militares do movimento palestiniano

Hamas, foi também assassinado quando militares israelitas dispararam dois mísseis sobre o carro onde seguia com outros dois activistas do movimento islâmico.

Estas mortes fazem parte da criminosa política de Israel de eliminar «selectivamente» elementos palestinianos que constam na «lista negra» israelita. Uma prática condenada pelos EUA que enviaram este fim-de-semana uma missão diplomática para relançar o processo de paz israelo-palestiniano.

Queixa contra Sharon

Um grupo de seis palestinianos, pais de crianças mortas na Faixa de Gaza,

apresentaram na passada semana uma nova queixa na justiça belga contra o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon.

A nova queixa, apresentada à juíza, de Bruxelas, Sylviane Verstreken, acusa Sharon de «crimes contra a humanidade e crimes de guerra». Além de Sharon, a denúncia é extensiva ao ex-primeiro-ministro israelita Ehud Barak, ao actual titular da Defesa, Benjamin Ben Eliezer, ao general Shaoul Mofaz, chefe do exército, e a vários soldados israelitas.

Os queixosos baseiam a sua acção na justiça numa lei belga de 1993 e noutra de 1999, que prevêem a possibilidade de os tribunais do país julgarem pessoas de qualquer nacionalidade, incluindo personalidades políticas, por crimes de guerra, de genocídio e crimes contra os Direitos Humanos cometidos no estrangeiro.



O funeral do dirigente do Hamas, Mahamoud Abu Hanoud, realizou-se em Jenin e contou com a presença de milhares de pessoas (foto de arquivo)

Israelitas aceitam Palestina

A maioria dos israelitas é a favor da criação de um Estado palestiniano independente, segundo uma sondagem da Gallup publicada esta sexta-feira pelo diário Maariv.

Dos inquiridos, 59 por cento manifestou-se a favor de um Estado palestiniano independente, 36 contra e 5 por cento não emitiu opinião sobre esta questão.

O primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, pronunciaram-se recentemente a favor da criação deste Estado, embora Sharon tivesse admitido que apenas cederia neste ponto mediante algumas condições.

Na sua maioria, os israelitas defendem que

o governo deveria redobrar os seus esforços para chegar a acordo com os palestinianos.

À pergunta «Deve Israel redobrar os seus esforços para chegar a um acordo, declarar uma guerra total à Autoridade Palestiniana ou conservar a actual situação?», 55 por cento inclinou-se para a primeira opção, 20 por cento pela segunda e 19 por cento pela terceira, enquanto que 6 por cento disse não ter opinião formada.

Por outro lado, os israelitas declararam-se satisfeitos com a política de Sharon em matéria de segurança, porém muito descontentes com o balanço económico, segundo esta sondagem.

Recessão nos EUA

cada vez mais longe», afirma John Challenger, executivo-chefe da Challenger.

Entretanto, a recessão da economia norte-americana deverá ser decretada oficialmente nos próximos dias pelo Gabinete Nacional de Investigação Económica (GNIE), anunciaram, sábado, vários jornais dos EUA. Segundo a imprensa, a recessão começou em Março, antes dos ataques de 11 de Setembro.

O organismo baseia esta evolução na análise de quatro indicadores económicos mensais: a produção industrial, o emprego, o comércio grossista e retalhista e o rendimento das famílias. A confirmar-se o anúncio, trata-se da primeira recessão na economia norte-americana desde 1999/01, pondo termo ao mais longo período de crescimento económico nos EUA desde a II Guerra Mundial.

No quarto trimestre do ano, a economia nos EUA

deverá continuar a ter crescimento negativo, com uma descida entre um e dois por cento do Produto Interno Bruto.

Despedimentos na Europa

O número de desempregados da maior economia da Zona Euro — a Alemanha — aumentou em 27 mil no passado mês de Outubro. Os números divulgados confirmam o fraco desempenho da economia alemã, na medida em que várias companhias anunciaram despedimentos numa tentativa de redução de custos.

O Executivo alemão reviu recentemente em baixa a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto para 2001. As estimativas apontam agora para um crescimento de 0,75 por cento, contra os anteriores dois por cento.

No início do mês, o Deutsche Bank, o maior banco alemão, anunciou o despedimento de 4500 trabalhadores, a juntar aos 2600 despedimentos já em curso.

Entretanto, mais de 4300 pessoas ficaram desempregadas na Grã-Bretanha durante o mês de Outubro. O total de desempregados no Reino Unido é agora de 1,5 milhões.

Por seu lado, a empresa holandesa de telecomunicações KPN anunciou esta semana o despedimento de 1300 trabalhadores. Em Outubro, a KPN comunicou a eliminação de 4800 postos de trabalho. A Getronics, a terceira maior produtora de serviços de computadores em rede, irá despedir 1000 trabalhadores.

Em Espanha, a companhia aérea Ibéria vai despedir 2516 trabalhadores, com o objectivo de reduzir os custos para combater a crise no sector.

Em nome da segurança EUA preparam julgamentos sumários

Notícias contraditórias sobre o Afeganistão e especulações sobre a cimeira de Bona fazem passar quase despercebido o ataque, nos EUA, ao direito internacional.

George W. Bush ordenou, a 13 de Novembro, a criação de tribunais militares para o julgamento de presunháveis terroristas. A ordem, dada por Bush na qualidade de chefe supremo das Forças Armadas dos EUA, pôs de imediato em marcha os planos do Pentágono para agir como entender, fazendo tábua rasa dos mais elementares direitos internacionalmente consagrados.

A notícia vem no diário *The New York Times* de domingo. Tanto quanto se sabe, os tribunais militares apenas divulgarão o nome dos acusados e a sentença, permanecendo tudo o resto no segredo dos deuses enquanto as autoridades norte-americanas assim o entenderem.

Segundo o jornal, ao contrário do que se passa nos tribunais civis, nos tribunais militares o ónus da prova será da responsabilidade da defesa e não da acusação, sendo que a defesa pode ser atribuída a oficiais impostos por

decisão do presidente do tribunal; os acusados e respectivos advogados só terão acesso aos documentos que a acusação entender fornecer-lhes; para pronunciar a sentença - a cargo de comissões de oficiais e não de jurados -, não será necessário que a culpabilidade seja estabelecida «para além de toda a dúvida razoável», mas apenas que a maioria dos membros da comissão considere as provas «razoáveis».

Das sentenças proferidas nestes julgamentos, que poderão vir a ter lugar em barcos de guerra ou bases militares norte-americanas no estrangeiro, não haverá direito a recurso.

Jogo viciado

Destinados exclusivamente a estrangeiros, estes tribunais violam inclusivamente as garantias constitucionais norte-americanas, mas isso não atrapalha a administra-

ção Bush, que agitando o fantasma do medo e invocando a «segurança dos EUA» aposta na complacência interna e na convivência internacional.

Para Bush, estes tribunais militares têm a suprema vantagem de serem rápidos, de não se deterem com «detalhes» como os direitos dos acusados e, sobretudo, de estarem mais inclinados a ditarem a pena de morte. E tudo isto bem longe da opinião pública e sem necessidade de dar explicações a ninguém. Uma ditadura não faria melhor.

Anestesiados pelos atentados de 11 de Setembro, os norte-americanos tardam em reagir. Entretanto, longe dos EUA, continua a matança no Afeganistão, com um número crescente de tropas americanas no terreno, e o Iraque é já abertamente apontado como o próximo alvo. Em Bona, a conferência promovida pela ONU para debater o futuro do Afeganistão assemelha-se cada vez mais a um jogo com as cartas marcadas: dos 21 participantes, onze (metade mais um) são da Aliança do Norte. Burhanuddin Rabbani está tão confiante nos resultados que afirma que «o estado islâmico do Afeganistão entregará o poder à Administração provisória que saia da conferência de Bona».

Prendas de Natal

A semana do Dia de Acção de Graças é uma das mais importantes festividades familiares nos EUA. Milhares de pessoas viajam para se reunirem com as suas famílias. É também um momento económico crítico, pelo elevado consumo associado e por iniciar o período de compras de Natal. Este ano será determinante para a saúde económica do país. Em Outubro, mais de 420 000 empregados foram postos na rua, a maior queda mensal num quarto de século. Uma fracção significativa terá sido como resultado directo dos ataques terroristas de Setembro. A taxa de desemprego nacional atingiu os 5,5%, o valor mais alto desde 1996, e afectou sobretudo os trabalhadores nas áreas de serviços e as minorias étnicas. O desemprego entre os hispânicos e africano-americanos subiu 2,2% desde o ano passado, atingindo neste caso um total de quase 10%. Os números absolutos poderão não impressionar um

que deram mais de 14 milhões de dólares aos Comitês Nacionais dos partidos Republicano e Democrata. Foi um investimento lucrativo.

Preocupações

Com a crise dos ataques de antraz agora mais calma (segundo o FBI, as suspeitas parecem cair numa fonte doméstica), as atenções estão sobretudo viradas para os sucessos da Aliança do Norte (AN) no Afeganistão. Imagens de jovens com jogos de vídeo, homens cortando a barba, mulheres mostrando a face, tentam reforçar a ideia da AN como movimento de libertação. A sensação de iminente vitória anglo-americana sobre os talibãs e a Al-Qaeda apaziguam os que temiam uma intervenção longa. Os comentadores mais excitados urgem com cada vez maior veemência que se aproveite a embalagem e se «liberte» o Iraque. Mas as preocupações que se levantavam antes persistem.

Derrotar os talibãs não equivale a uma eliminação da Al-Qaeda ou do risco de novos ataques. A presença de forças ocidentais e a ascensão da AN não contribuem para a estabilidade na região. A AN não é uma força democrática, que apoie os direitos das mulheres, como vem sendo pintada. É uma coligação de forças



européu habituado a números maiores, mas há que lembrar que o apoio ao desempregado é substancialmente menor nos EUA. Durante a era Clinton lançou-se a redução dos programas de assistência social, procurando incentivar a procura de emprego. Durante o período de maior bonança económica, o plano parecia funcionar, mas agora com o país à beira de uma recessão, os trabalhadores no fundo da escala salarial enfrentam uma crise grave. E que resposta tem lançado o governo norte-americano? Em finais de Outubro, a Casa de Representantes aprovou um plano de estímulo económico, que recebeu a benção da Casa Branca, que custará à tesouraria federal cerca de 220 mil milhões de dólares nos próximos três anos. Mas segundo o economista Paul Krugman, escrevendo no *New York Times*, apenas 20 mil milhões parecem ter algo que ver com estímulo económico, incentivando maior consumo ou providenciando assistência aos desempregados. A maioria destes fundos é uma gigantesca dádiva às grandes corporações e aos mais ricos, por meio de reembolsos fiscais. Entre as prendas de Natal estão 1,4 mil milhões de dólares para a IBM, 833 milhões para a General Motors, etc. Como faz notar Ralph Nader, ex-candidato presidencial pelo Partido Verde, não terá sido irrelevante que os maiores beneficiários sejam as corporações

de passado criminoso sustentada por oportunismo. A Associação Revolucionária das Mulheres do Afeganistão (RAWA; www.rawa.org) alerta para as notícias de pilhagem e massacres perpetuados pela AN nos últimos dias e para o perigo de intensificação dos conflitos religiosos e étnicos, e apela à intervenção das Nações Unidas. A opinião crítica não recebe muito tempo de antena nos EUA. O governo desde cedo tentou manter os *media* com coleira apertada, dando o mínimo de informação, comprando no mercado livre as imagens de satélite do território afegão (apesar do Pentágono produzir imagens equivalentes), urgindo a limitação do uso de imagens da rede de televisão Al-Jazeera, e mais recentemente bombardeando a sua sede em Cabul. Mas os *media* parecem capazes de auto-regulação, colaborando na campanha de propaganda interna. Na CNN e Fox as notícias sobre vítimas civis dos ataques ocidentais no Afeganistão são silenciadas, ou terminam colocando as culpas sobre os talibãs. Recentemente, o presidente Bush aprovou uma ordem que permitirá julgar terroristas em tribunal militar nos EUA. Que impressão darão tais julgamentos aos países árabes, sobretudo quando o terrorista doméstico Timothy McVeigh não precisou de tal tratamento especial?

A NATO e o funeral do Bundestag

Para evitar o desmoronar da coligação governamental, o chanceler Schröder calçou as botas de cowboy e, imitando o texano George Bush, apontou a pistola aos deputados da maioria gritando que quem não é por mim é contra mim. Ou vocês votam a entrada da Alemanha nesta guerra ou eu demito-me, ameaçou o presidente da social-democracia depois de ter verificado que cada vez mais deputados do SPD e dos Verdes se preparavam para repudiar a orientação belicista do governo. A demissão de Schröder implicaria a dissolução do Bundestag, a realização de novas eleições e uma excelente oportunidade para o SPD afastar os incómodos deputados social-democratas que recusam substituir a acção política pelas bombas. Para muitos parlamentares ficou claro que o respeito pela política de paz contida no programa que em Outubro de 1998 conduziu o SPD à vitória implicava o despedimento imediato.

Nos Verdes a situação não é muito diferente. A esmagadora maioria dos membros do partido ecologista pronunciou-se contra a guerra nas assembleias das federações. Porém, a maioria dos 700 delegados ao congresso de Rostock, constituída por ministros, secretários de Estado, chefes de gabinete, deputados, presidentes de câmaras e outros beneficiários directos da participação no poder, decidiu-se apavorada pela manutenção dos seus privilégios. Referindo-se à hemorragia dos militantes ecologistas, cansados de servirem de carne para canhão na batalha dos dirigen-

tes pelos cargos ministeriais, o semanário *Die Woche* constata que «os Verdes que outrora se apresentavam como filhos rebeldes do SPD não possuem mais nenhuma alternativa estratégica. Estão prisioneiros da social-democracia. Terão uma morte silenciosa, cheia de misericórdia e submissa».

Mas, nos últimos dias, mais uma vítima do apetite bélico da NATO veio juntar-se ao cortejo fúnebre no enterro do Bundestag. Respondendo a uma queixa apresentada pelo PDS, o Tribunal Constitucional proclamou que o Parlamento não tem que se pronunciar se a NATO age como aliança de defesa ou como exército de intervenção global. A justificação avançada pelos juízes de Karlsruhe é a de que as alterações provocadas pelo chamado «novo conteúdo estratégico» têm «um significado mínimo» para que, como impõe a Constituição alemã, tenham de se submeter à aprovação dos deputados. No entanto, e ao contrário da argumentação pouco jurídica invocada pelo Tribunal, o *Junge Welt* salienta que «a queixa do PDS foi recusada não por a nova estratégia da NATO ter um significado mínimo, mas por ser demasiado importante para se sujeitar à aprovação dos parlamentos ordinários, mesmo daqueles que, como o Bundestag, são dominados pelos partidários da guerra». Nas «democracias» da NATO até as decisões da Justiça e do Parlamento estão debaixo da alçada do poder e da estratégia militares.

• Zillah Branco

Pega o ladrão!

É mundialmente conhecida a técnica do assaltante que, ao ser descoberto, corre pela rua gritando «pega o ladrão!». Logo está no meio de uma multidão solidária que persegue o que não vê mas que é apontado pela suposta vítima como se fosse o verdadeiro agressor. Com o tempo começam a ser desmontadas as falsas afirmações e a aparecer a realidade dos factos.

Bush & Cia denunciaram, logo no primeiro dia, ao cair das torres, que Ben Laden era o mandante daquele acto terrorista de 11 de Setembro, indefensável como o que aconteceu no Chile há quase 30 anos. Exibiu fotos de um egípcio que teria coordenado as operações aéreas e morrido no primeiro avião, afirmou que os muçulmanos ameaçavam o *democrático e civilizado* Ocidente. Logo, contou com a irrestrita concordância britânica e a subserviência do presidente do Paquistão. Sob pressão político-económica os demais países foram oferecendo seus préstimos e o mundo inteiro foi assimilando a campanha publicitária organizada pelos Estados Unidos. A sensibilidade emocional das populações, despertada pelo horror ao terrorismo, favoreceu a aceitação das explicações dadas pelo maior responsável da nação norte-americana. Depois começaram as cartas contaminadas com o mortífero Antraz a darem continuidade à ameaça (denunciada como *árabe*) aos altos escalões do poder dos Estados Unidos, inclusive as suas ramificações multinacionais.

Espalhou-se o pânico mas também se multiplicaram as manifestações de antigo ódio dos que se sentem espezinhados pela arrogância da *polícia do mundo*. De modo geral a humanidade assistiu praticamente inerte à vingança dirigida contra o já infeliz Afeganistão. Milhões de pessoas miseráveis tentam escapar às bombas, à fome e às doenças, sem terem socorro. A Cruz Vermelha já foi bombardeada (por engano...)

duas vezes, hospitais e asilos foram destruídos, os civis são mortos sem piedade, as cavernas onde tradicionalmente aquele povo nómada habita com as suas famílias vão ser bombardeadas da maneira mais cruel para que tudo seja queimado até às profundezas da terra, as bombas de fragmentação deixarão um rasto cancerígeno para os sobreviventes. Os árabes são discriminados em todos os países tutelados pelos Estados Unidos.

Quem não esconde o sorriso de satisfação são os produtores de armas e munições que dão escoamento aos seus estoques e anunciam novos projectos de bombardeiros como o que recebeu, no dia 24 de Outubro passado, a astronómica quantidade de 300 mil milhões de dólares dos parceiros Estados Unidos e Inglaterra. A alegria obscena dos que lucram com a guerra foi exibida nas televisões mundiais a seguir às cenas de crianças afegãs subnutridas morrendo nos braços das mães que fogem ao moderno holocausto. O cinismo dos poderosos forma a mente dos que buscam um lugar protegido pela impunidade que cerca a elite. A consciência do humano é banida.

A realidade vem à tona

Desde o começo desta campanha vingativa paira a dúvida sobre a responsabilidade de Ben Laden. Mesmo Bush disse não ter provas. Depois foi noticiada a presença do egípcio, supostamente morto no ataque às torres do World Center, no seu país. Um *manual escrito em árabe* encontrado num carro perto do aeroporto de Boston, de onde partiram os terroristas, não caiu bem como prova mesmo para os mais ingénios. Era um erro tão primário, tão desnecessário para os que usam o inglês correntemente, que não colou.

As casas dos supostos terroristas foram visitadas em vários países no dia seguinte ao atentado, portanto eram conhecidas pelas polícias. As contas de Ben Laden e de outros árabes foram bloqueadas em

vários paraísos fiscais, com excepção de alguns onde frequentemente os grandes corruptos do sistema capitalista depositam o dinheiro surrupiado às contas públicas (por exemplo, nas Bahamas) e servem para financiar as redes multinacionais de droga. Lembraram também velhas alianças com Ben Laden quando se serviu dos talibãs como ponta de lança para expulsar os soviéticos do Afeganistão armados e financiados pela CIA.

Diante de tal confusa história a humanidade (que corria solidária atrás do suposto ladrão) começou a sentir-se enganada. Mesmo aqueles que sempre defenderam o imperialismo (ou globalização, como se queira) começaram a achar de mais. Já discordavam de uma guerra, verdadeiro genocídio, justificado por uma *vingança*. Coisa de terroristas, não de democratas.

Agora os serviços de inteligência americanos informam que a contaminação por Antraz nada tem a ver com os árabes, há anos conhecem grupos neonazis norte-americanos que incluem investigadores dos supersecretos laboratórios onde são estudadas as bactérias de uso proibido nas guerras. Isto de proibido é só para os supostos inimigos, pois as bombas de fragmentação que estão jogando no Afeganistão também o são e os agentes laranja despejados no Vietname também o eram. Para não falar na bomba atómica, que matou 200 mil civis japoneses na II Guerra, e que se anuncia como nova ameaça, ou no bombardeio de urânio empobrecido utilizado contra o Iraque, Kosovo, Sérvia, Montenegro.

Em que pé ficamos?

Se tudo aconteceu a partir dos terroristas norte-americanos, como foi sugerido por Fidel Castro desde o início, se a indústria bélica estava estrangulada por falta de consumo do seu elevado estoque, se os laboratórios americanos produzem bactérias para possíveis guerras atraindo cientistas neonazistas, se a formação massiva ter-

rorista - através de filmes, livros, propagandas, músicas - constitui um filão poderoso da indústria cultural norte-americana que anima os jovens a matarem colegas e professores, se não há provas contra os árabes e nem mesmo contra o ex-amigo Ben Laden, a quem interessou destruir as torres e o Pentágono matando milhares de inocentes? E, o que é mais grave, porquê o genocídio afegão?

Começo a perceber que o Partido Democrata teve as suas razões para aceitar a fantochada eleitoral que colocou Bush na Presidência para enfrentar esta tremenda marosca. Mas isto é problema do povo norte-americano, que acredita nas suas eleições *democráticas*.

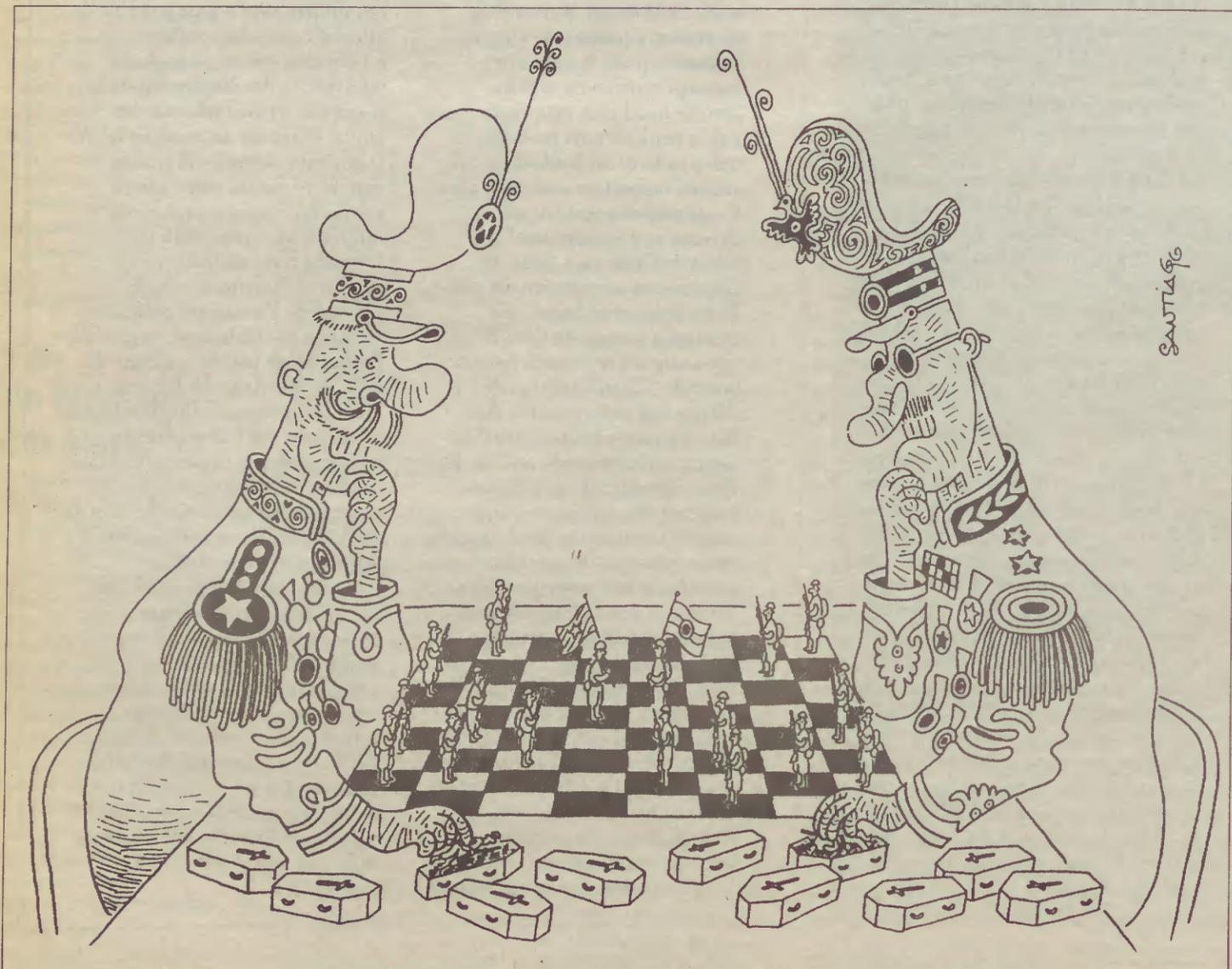
Região estratégica

Já no século XIX, Engels explicava por que o Afeganistão interessava ao Império Britânico que, em 1841, manipulava o rei e as tribos locais mantendo desavenças que favoreciam os ataques conduzidos por oficiais ingleses mas com tropas indianas e paquistanesas. Agora levam tibetanos, coitados, e desenterram um velho rei instalado na Itália para servir de pretexto.

Há mais de 150 anos já era conhecida a importância estratégica da região para possível interferência política na Ásia Central. Animava o poderoso colonizador inglês a arriscar homens e recursos (de preferência indianos) para implantar ali o seu poder, dividindo o território que antigamente englobava o actual Iraque e chegava ao Punjab (Índia). Hoje o petróleo do mar Cáspio, para não falar do cobiçado Iraque, o conhecimento atómico do Paquistão, a vizinhança com a China na sua crescente importância como mercado, constitui um prato suculento para atrair velhas e novas ambições. Explicava-se a solidariedade imediata da Inglaterra com os Estados Unidos vitimado por terroristas que criaram um excelente pretexto para invadir o Afeganistão.

Mais uma vez a humanidade foi enganada na sua boa-fé, a ONU foi desrespeitada, os Direitos Humanos foram às urtigas, a Cruz Vermelha foi destruída e um povo foi sacrificado em nome de interesses escusos. Na verdade, como bem explica Carlos Santos Pereira na introdução à brilhante análise do caminho seguido desde a II Guerra pelos Estados Unidos ("Os Novos Muros da Europa", ed. Cotovia, Lx. 2001), tomando-se pela Divina Providência aquele país, que mantém a liberdade na gigantesca estátua à frente de Manhattan, institucionaliza o seu direito de «ingerência humanitária» em qualquer parte do globo (como se fosse uma *guerra santa* ocidental). E isto é feito com a concordância da maioria dos países e o assentimento tácito dos que se calam. Também o povo norte-americano e os seus mortos do 11 de Setembro estão a ser desrespeitados e sacrificados pela ambição dos seus dirigentes, transformados em justificativa para mais esta demonstração de poder arbitrário que destrói um povo inocente. É insuportável esta fabricação de mentiras e de terrorismo que fazem da humanidade escravos dos senhores da guerra como nem durante a Idade Média foi conseguido com todo o obscurantismo existente.

O sentimento de impotência que domina os povos do Terceiro Mundo (emergentes, como se diz hoje) espalhou-se por todo o planeta, incluindo os países mais ricos. Triste consequência da onerosa globalização. Já que a história é repetida no Afeganistão, retomemos os velhos movimentos de solidariedade internacionalista pela Paz, agora que estamos irmanados diante da prepotência que gera guerras para consumo elitista.



● Miguel Urbano Rodrigues

Nas últimas semanas a situação agravou-se muito na Colômbia. Em carta dirigida ao presidente Andres Pastrana, a 16 de Outubro pp, o comandante-chefe das FARC-EP, Manuel Marulanda, responsabilizou os partidos tradicionais e os três poderes do Estado pela sabotagem do actual processo de diálogo e negociação.

Dias depois, a 20 de Outubro, cinco destacados comandantes ligados à Mesa de Diálogo divulgaram um documento de oito pontos no qual fazem o ponto da crise criada pela desrespeito por parte do governo e das Forças Armadas dos Acordos assinados por Pastrana no início do mandato, e do recente acordo de San Francisco de la Sombra que prorrogou até Janeiro a vigência da Zona Desmilitarizada e visava imprimir, na busca da Paz, uma nova dinâmica política ao actual conflito social e armado.

Essas iniciativas das FARC resultaram de repetidas e recentes violações dos referidos acordos.

Ignorando a letra e o espírito dos mesmos, o Parlamento aprovou medidas que permitem às Forças Armadas penetrar em áreas onde a Procuradoria da República «não possa exercer as suas funções sociais». O presidente Pastrana, num discurso ambíguo, deu, aliás, o seu aval a tais medidas.

O carácter provocatório de algumas é tão ostensivo que os seus defensores evitam levar a questão para o terreno jurídico.

Cito um exemplo: agora, o Exército foi autorizado a desembarcar forças especiais em qualquer lugar do país ao receber dos serviços de inteligência informação relativa ao paradeiro dos membros do Secretariado das FARC. No contexto em que se insere, o argumento invocado é kaskiano. A Justiça acaba de condenar a 40 anos de cadeia todos os membros do Secretariado da guerrilha. Acontece que três dos membros desse órgão executivo

A ameaça de Colin Powell e a carta de Marulanda

das FARC se encontram actualmente na Zona Desmilitarizada, participando regularmente em reuniões, na Mesa de Diálogo, com os representantes do governo. Contra cada um desses comandantes foi emitida uma ordem de captura. A contradição choca pelo absurdo. O alto comissário para a Paz, Camilo Gomez, reconhece nesses dirigentes das FARC interlocutores válidos, saúda-os, discute com eles em nome do Presidente os temas da Agenda, mas, simultaneamente, o Estado exige a sua captura como criminosos de alta periculosidade, condenados à revelia.

Outros motivos alegados para penetrar na Zona Desmilitarizada são a perseguição a narcotraficantes, a aviões considerados suspeitos, a pessoas ou grupos que possam eventualmente transportar armas destinadas às FARC. O rol de pretextos constantes do diploma aprovado pelo Parlamento ocuparia vários parágrafos. Inclui situações tão diversas e abstrusas como a busca de fábricas de armas e a necessidade de impedir o pagamento do imposto sobre as grandes fortunas exigido pelas FARC (lei 002).

É significativo que, dias antes de expirar o prazo de vigência da Zona Desmilitarizada, o Exército, a 29 de Setembro, tenha penetrado nela ilegalmente. A pretexto de garantir a segurança do candidato liberal Horácio Serpa, uma unidade militar ocupou Las Colonias (Balsillas), matando dois guerrilheiros da Coluna Teofilo Forero. O resultado foi uma série de choques em Balsillas, Montañitas, Paujil, Doncello, La Esmeralda e Puer-

to Rico, combates que ensanguentaram a campanha política de Serpa.

A pressão da Forças Armadas

Os órgãos de comunicação social não escondem que o alto comando das Forças Armadas - que aceitaram mal o Acordo de San Francisco de la Sombra - exercem grande pressão sobre o governo no sentido de lhes dar sinal verde para a invasão da Zona Desmilitarizada. Os generais Tapias e Mora, que mantêm contactos directos com o Pentágono, multiplicam as declarações a favor da intensificação da guerra. Tocam o disco sobre a suposta capacidade do Exército para destruir as FARC. Repetem o disco dos colegas franceses na Argélia e dos norte-americanos no Vietname. Exigem a aplicação imediata da versão mais ambiciosa do Plano Colômbia. Entretanto, o fracasso da ofensiva de Agosto no Guaviare, na selva amazónica, vale por uma advertência. Com os seus 18 000 homens, combatendo em 75 frentes, as FARC comportam-se como um autêntico exército popular que ganhou uma aura de invencibilidade.

Na sua carta ao presidente Pastrana, o comandante Manuel Marulanda - a mais carismática figura de guerrilheiro da América Latina - deixa, entretanto, transparecer a grande preocupação suscitada pela ameaça contida na declaração do general Colin Powell, que definiu as FARC como organização terrorista.

Num momento em que Washington pratica o terrorismo de Estado contra o

povo afegão e anuncia através do seu embaixador das Nações Unidas, Negroponte, que as bombas e os mísseis norte-americanos atingirão noutros países organizações por eles consideradas terroristas, as palavras do secretário de Estado de Bush dirigidas às FARC são reveladoras do nível de irracionalidade que hoje caracteriza a estratégia de domínio mundial do sistema de poder dos EUA.

Marulanda, frente à ameaça, exigiu do presidente uma definição clara, pois é impossível esquecer que este tem apoiado sem reservas o Plano Colômbia, que é, afinal, o Plano para a intervenção norte-americana na Colômbia, dirigido contra quantos na América Latina lutam pela soberania dos seus povos.

A fragilidade política de Pastrana, e o seu desprestígio são, porém, hoje tão notórios que, obviamente, não ousará pronunciar-se sobre a inquietante declaração do general Colin Powell.

A situação criada é tão complexa que não se pode prever com seriedade o que vai ocorrer na Colômbia nos próximos meses. A arrogância e belicosidade dos generais do Pentágono e do secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, crescem a cada dia e encorajam os falcões colombianos. Mas é possível que o rumo desfavorável tomado no próprio terreno militar pela agressão norte-americana no Afeganistão - que começou já a abalar a confiança de governos europeus aliados de Washington - funcione como factor de adiamento da escalada dos EUA contra as FARC, isto é, contra o povo da Colômbia.

A outra Colômbia

● Manuel Gouveia

A leitura dos jornais locais é um dos discutíveis privilégios de quem tem a oportunidade de se deslocar ao estrangeiro. Num ápice, este nosso país desaparece, o que no caso dos oito dias em apreço, significou o direito a ser informado da nomeação de Luís Figo para uma bola qualquer e mais nada.

Mas a leitura atenta e diária dos principais jornais colombianos não dá margens para grandes estudos: realizou-se a 12 de Novembro o Concurso Miss Colômbia (capas de 9, 10, 11 e 12) ganho por uma participante pertencente a uma minoria étnica (capas de 13 e 14); na sequência da vitória sobre o Chile (capas de 8 e 9) a Colômbia manteve hipótese de se qualificar para o mundial, necessitando de ganhar o jogo contra o Paraguai (capas de 13 e 14).

Para ser justo, e até porque se deve informar com verdade, as questões políticas nacionais e internacionais, não sendo objecto de destaque, polvilhavam as referidas edições, assentes em dois eixos fundamentais: a luta contra o terrorismo levada a cabo pelos EUA, que triunfava no Afeganistão e em breve chegaria em força à Colômbia; as inúmeras maldades da responsabilidade das FARC-EP, que impunham o fim do processo de paz e a sua rápida eliminação pelas armas.



Eis a Colômbia oligárquica em todo o seu esplendor.

Mas, como delegado ao XVIII Congresso do Partido Comunista Colombiano (PCC), tive o privilégio de contactar com a outra Colômbia, a Colômbia que luta e resiste, que acredita, que fala com *Voz* (*) própria que a oligarquia não consegue calar. Uma Colômbia onde no dia 8 foi assassinado um estudante pela polícia numa manifestação pacífica contra as políticas educativas do governo, onde no dia 9 dois dirigentes estudantis da Universidade de Medellín foram assassinados pelos paramilitares, onde no dia 10 se aprovava um plano de cortes nos direitos dos pensionistas, onde no dia 11 foram massacrados 23 camponeses pelos paramilitares, onde quase toda a Direcção da Union Sindical Obrera foi presa por supostas ligações à guerrilha, enquanto o Coordenador da Central Unitária de Trabalhadores circula em carro blindado com escolta e a maioria dos dirigentes sindicais estão ameaçados pelos paramilitares de se somarem à lista de 126 mortos já este ano.

A Colômbia oligárquica e subjugada aos interesses do imperialismo norte-americano, onde impera o terrorismo de Estado, contra o Partido Comunista (mais de 3 000 quadros assassinados só na década de 90), contra o movimento popular (milhares de dirigentes sindicais, agrários e estudantis assassinados) e contra a própria população (uma média de um massacre de civis por semana às mãos dos paramilitares e cerca de três milhões de desalojados pelo terrorismo de Estado).

Socialismo é a alternativa

A Colômbia do Plano Colômbia, onde o narcotráfico financia o paramilitarismo recebendo em troca a protecção do Estado, onde as multinacionais criam grupos paramilitares para partir a espinha ao movimento operário e subir as res-

pectivas mais-valias, onde a re-latifundização da terra se faz a sangue e fogo, onde as técnicas contraguerrilha da CIA impõem a fumigação de vastas zonas de cultivo destruindo o tecido económico e social «de apoio à guerrilha», onde a guerra biológica e química é uma realidade, onde as vãs tentativas do império superar as contradições interimperialistas e esmagar a resposta popular tornam cada mais credível uma escalada do conflito militar e a sua regionalização.

A Colômbia onde lutam, resistem e se organizam os comunistas colombianos. Onde o profundo conhecimento da realidade, a corajosa resposta às mais variadas formas de repressão e a avaliação das múltiplas contradições nas classes dominantes, colocou aos comunistas a delicada combinação das mais diversas formas de luta e organização.

A Colômbia onde reuniu o XVIII Congresso do Partido Comunista Colombiano, em Bogotá, com mais de 300 delegados. Onde o PCC reafirmou o seu compromisso com uma solução política e negociada para o conflito armado na Colômbia, solução que tem que passar pela resolução das causas profundas e estruturais do mesmo. Onde o PCC reafirmou o caminho da luta de massas e da unidade, por uma nova Colômbia de liberdade, democracia e justiça social, e contra a ingerência e agressão imperialista, linha bem expressa pelo lema do Congresso: «Forjar a Força Popular para uma Pátria Nova».

A Colômbia onde dezenas de milhar de comunistas profundamente comprometidos com as lutas e aspirações do seu povo enfrentam a mais feroz repressão terrorista e fascista e a mais sofisticada opressão de classe, e reafirmam a sua ideologia e o seu projecto, e apresentam ao povo colombiano e ao mundo a alternativa: o socialismo.

A esta Colômbia, juntamente com os camaradas dos EUA, Grécia, Espanha, Itália, Argentina e Cuba, transmitiram de viva-voz os comunistas portugueses a sua solidariedade internacionalista.

(*) *Voz*, a verdade do povo - jornal do PCC

• João
Armando

Comunidades Portuguesas

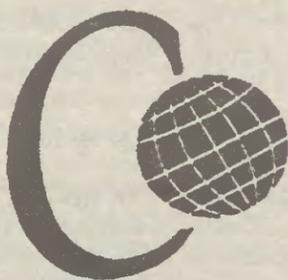
A saga do Conselho

É sabido, está provado! A existência de um órgão formado a partir das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, e que supostamente deveria ser de consulta do Governo, incomoda. Foi assim com o primeiro Conselho, que existiu na década de oitenta, e que o governo do PSD desmantelou. A situação em que se encontra o actual Conselho (CCP) não deixa de ser preocupante: o Governo, em total desrespeito pela lei, desconvoca as eleições previstas para 25 de Novembro, ferindo de morte esta importante estrutura representativa da nossa diáspora.

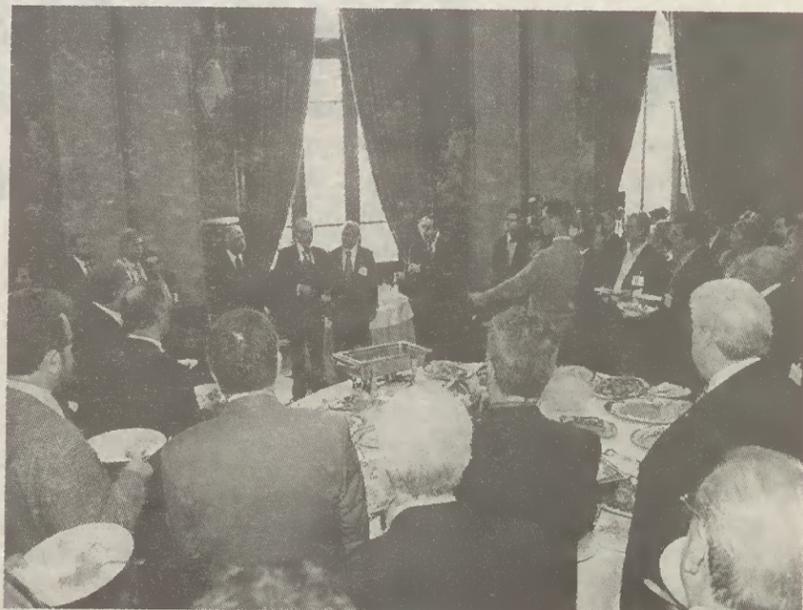
Perante esta encruzilhada, o PCP apresenta propostas que visam resolver o imbróglio criado pelo Governo e apontam para soluções que garantam a existência de órgãos mais próximos dos problemas das comunidades e de representação mais ampla.

Desde o início, o Governo PS, através do então secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), José Lello, tentou governamentalizar e dificultar o funcionamento autónomo do CCP, ao ponto de contribuir de forma decisiva para a impugnação da eleição do Conselho Permanente em 1997.

O actual SECP, Rui de Almeida, ao adiar *ad eternum* as eleições para o CCP, enveredou por um caminho que não é melhor e abalou seriamente o prestígio e a legitimidade do Conselho e dos conselheiros. Aliás, é curioso que o secretário de Estado quando veio à Assembleia da República, a pedido do PCP, para escla-



Recepção na
AR
aos
Conselheiros,
em Março
deste ano,
quando
da última
Reunião
Mundial
do CCP



recer esta situação, tenha justificado esta decisão porque foi aconselhado pelo Conselho Permanente.

Ora acontece que uma das críticas dirigidas ao Governo é precisamente de não ter feito nenhuma consulta digna desse nome aos conselheiros, durante os 4 anos de mandato.

Governo demite-se das suas responsabilidades

O actual SECP afirmou alto e bom som, na reunião Mundial do CCP no passado mês de Março, que não se preocupassem com os cadernos eleitorais, desprezando as chamadas de atenção do Sindicato dos Trabalhadores Consulares, que publicamente vinha a alertar para as dificuldades dos mesmos estarem prontos nas datas previstas. Posteriormente, faz publicar portarias regulamentadoras do processo eleitoral, e já praticamente em cima do prazo para entrega de candidaturas decide suspender a data das eleições que foi marcada pelo Plenário Mundial, única entidade que por lei tem poderes para decidir nesta matéria.

Criado o imbróglio, o Governo, com a ajuda do Conselho Permanente, demite-se das suas responsabilidades, não apresenta nenhuma proposta de saída e chuta para a Assembleia da República a solução de um problema para o qual não foi visto nem achado.

As comunidades reagem

No seio das Comunidades foram muitas as reacções à situação criada. Quer de conselheiros quer de outros portugueses que já tinham iniciado o processo de constituição de listas. Na reunião do Conselho Regional da Europa - realizada em Paris nos dias 22 e 23 de Setembro -, foi aprovada uma moção a exigir a manutenção da data das eleições.

Entretanto, em França, a lista «Unidade em Defesa dos Emigrantes» apresentou a sua candidatura ao acto eleitoral, que foi aceite pelo Embaixador de Portugal em Paris, fundamentando esta iniciativa no facto de não haver «nenhuma lei que tenha alterado a actual Lei que criou o Conselho, nem as Portarias que regulamentam o acto eleitoral», acrescentando ainda «o que a reunião do Conselho Mundial decidiu, só o Conselho Mundial pode modificar!». Na Suíça, a lista «Viver na Suíça... Pensar Portugal», fez a entrega da candidatura através do envio de uma carta ao Embaixador de Portugal em Berna.

Organizações do PCP tomam posição

Pelo seu lado a Direcção da Organização na Emigração do PCP, que desde há algum tempo vinha a alertar para os atrasos existentes no processo eleitoral, condenou firmemente a situação existente recordando que, em Março, o secretário de Estado, Rui de Almeida tinha garantido que tudo faria para que as eleições para o Conselho decorressem dentro da normalidade. E, normalidade, é o que está longe de acontecer.

Entretanto as organizações do PCP na Emigração, também tomaram posição. O Organismo de Direcção na Suíça afirmou em comunicado que a decisão do «secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, com a cumplicidade de membros do Conselho Permanente, em adiar a data das eleições, é um acto lamentável e de falta de respeito para com o organismo que representa as Comunidades Portuguesas». A direcção do PCP dos emigrantes portugueses na região de Paris, divulgou uma nota informativa onde refere não se compreender «que o Governo tenha ignorado todos os alertas feitos, tenha publicado as portarias necessárias, tenha com isso dado início ao processo de constituição de listas e agora, num passe de mágica, anule tudo». As organizações do PCP na Alemanha e no Brasil também manifestaram o seu repúdio pelo comportamento do Governo nesta matéria.

Rodeia Machado escreve aos conselheiros

É neste quadro que no dia 28 de Setembro o PCP chama o secretário de Estado à Assembleia da República para esclarecer a situação. Questionado pelo deputado Rodeia Machado, Rui de Almeida refugiou-se em evasivas, acabando por confessar não ter qualquer solução para o problema.

Face a esta situação, o deputado comunista propôs a realização de um Plenário Mundial do CCP até 25 de Novembro, tendo como objectivo debater de forma aprofundada as alterações à lei a propor à Assembleia da República, considerando que se deveria aproveitar esta ocasião para levar a cabo alterações necessárias e cuidadas.

Esta proposta foi também apresentada ao Conselho Permanente, que reuniu em Lisboa na mesma altura, e exposta numa carta que o deputado comunista endereçou aos conselheiros, na qual a dado passo afirma que o PCP «não foi parte no problema criado, mas quer contribuir de forma séria para a sua resolução, no sentido da dignificação do Conselho das Comunidades Portuguesas». Lamentavelmente, a proposta não foi aceite, nem pelo secretário de Estado (que não tem proposta nenhuma, a não ser remeter o assunto para o Parlamento, lavando das mãos como Pilatos), nem pelo Conselho Permanente do CCP (o presidente deste órgão chegou a admitir esta solução em declarações aos órgãos de informação, depois deu o dito por não dito), nem pelos deputados do PSD e PS eleitos pela emigração, que muito apregoam mas nada tem feito. Por que será?

PCP avança com propostas

Perante o vazio existente, o PCP decidiu avançar com propostas que visam resolver o imbróglio criado pelo Governo e apontam para soluções que garantam a existência de órgãos mais próximos dos problemas das comunidades e de representação mais ampla.

Com efeito, as propostas legislativas do PCP vão em duas direcções mas são simultâneas.

Uma, pretende dar solução imediata ao problema da data das eleições e legitimar o mandato dos conselheiros. Esta solução passa por algumas alterações à lei 48/96 que criou o CCP, introduzindo ao mesmo tempo outras alterações mais substanciais sobre os círculos eleitorais.

A outra proposta é um projecto de criação de novos órgãos representativos dos portugueses residentes no estrangeiro que substituiriam o actual CCP, introduzindo alterações profundas, criando comissões ao nível das áreas consulares, permitindo uma maior aproximação dos membros eleitos aos problemas concretos das nossas comunidades. Este projecto de lei será submetido à apreciação das Comunidades Portuguesas, em particular dos conselheiros eleitos no quadro da actual lei, com as alterações entretanto introduzidas.



Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

A divulgação de um estudo de dois professores de Economia relativo à posição do nosso país no contexto da União Europeia, quanto a níveis de salários e de preços, veio deixar ainda muita gente espantada. Inclusive, um diário lisboeta inscreveu com letras garrafais na sua primeira página qualquer coisa como «Até em Espanha os salários são mais elevados e os preços mais baixos do que em Portugal». Rir? Não era uma piada, mas antes um sintoma trágico de que muitos ainda não descobriram a sociedade em que vivem, o tal país do sucesso segundo Cavaco, ou da moda segundo Guterres, o tal líder europeu que, por essa altura, todo se empertigou por Blair não o ter convidado para o jantar na *Downing Street*, um subconselho europeu para a guerra do Afeganistão, participado, entre outros, por Aznar.

Aliás, já muitos sabiam destas diferenças de poder de compra, potenciadas pelos baixos salários e pelos pre-

As razões

ços elevados. Por exemplo, é o que tem andado há anos a dizer o movimento sindical. Mas a verdade é que não são apenas os cegos a não verem porque não querem. São-no também com frequência os trabalhadores, e tantos e tantos outros de todas as camadas da população que não o conseguem enxergar, que não conseguem ultrapassar o ambiente ideológico-mediático, que continua a dispor de uma peneira suficientemente opaca para não deixar passar para a luz os raios da realidade socioeconómica do nosso país.

A verdade é que os poderes económico e político nativos sempre defenderam uma estratégia de baixos, quantas vezes baixíssimos, salários para o nosso país. Com baixos custos da força de trabalho, tornou-se possível manter até hoje uma situação que tornou quase sempre desnecessários progressos significativos dos processos de produção, quer de bens quer de serviços. E isto tanto no âmbito da organização dos processos de produção como no das tecnologias neles empregues. De facto, ambas as vertentes conheceram verdadeiras mutações nas últimas décadas, enquanto o empresariado de cá do burgo se deixou manter na sua preguiça secular da exploração da mão-de-obra à maneira tradicional - o empresariado, de facto, o elo mais fraco, e fraco mesmo, do tecido socio-económico português (na verdade o mal da baixa produtividade não está apenas, nem principalmente, na Administração Pública, como os representantes do empresariado querem fazer crer, parecendo antes, este seu argumento, uma manobra de diversão do tipo «agarra que é ladrão»).

O cavalo de batalha

Por outro lado, é o cavalo de batalha da Educação - agora, já todos têm de a citar. Com efeito, ouvi na televisão, a um dos professores responsáveis pelo estudo acima referido, ser o nível educacional da população um dos principais factores responsáveis pela situação desfavorável do nosso país em termos de salários e de preços, em termos de baixa produtividade. Citou-o, é verdade, logo a seguir àquela que considerou - pelo menos foi o que depreendi da maneira como se expressou - como sendo a mãe de todas as reformas necessárias: a redução drástica dos impostos sobre os rendimentos, e acima de todos os das empresas (o IRC): «Vejam o caso da Irlanda», foi ele desenrolando a comparação. Isto dos impostos, é claro, é uma norma de pensamento neoliberal coerente. Mas não pôde deixar de citar a Educação em lugar proeminente.

E comparava, este professor, mais uma vez, a nossa situação com a da Irlanda - o tal país a que, com maior frequência, se referem com inveja muitos dirigentes da área da economia do nosso país para exaltarem os seus sucessos, os da Irlanda, e, portanto, para «criticarem» os seus próprios insucessos -, dizia, comparava, o professor, dizendo que a Irlanda começara a resolver o problema da Educação já nos anos sessenta, que esta era uma questão que levava muito tempo a superar, para evidenciar a grandeza do nosso atraso. Apontou na boa direcção, mas terá exagerado um pouco. De facto, após um crescimento enorme da frequência do sistema educativo durante o último quarto de século - a recuperar de onde o fascismo nos procurou confinar -, só agora o nosso país começa a digerir o seu impacto. Certo, as deficiências ainda são imensas - uma sociedade não muda do dia para a noite.

Mas não esqueçamos que, por boas que sejam as razões acima ditas, há ainda as outras: isto é, sem poder de compra as pessoas não podem familiarizar-se com a «sofisticação tecnológica», nem elevar as exigências como utilizadores, nem tão-pouco comprar «bastante» no mercado, fazendo baixar os preços.

E umas razões não vão sem as outras.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Diário

Projecto

Na minha utopia
de estimação
há uma poesia
com miolo de pão.

Verso e fatia
de estima, são
a condição
da aleluia.

Ter só um nome:
saciar a fome
de ser além

com asas, sem
os remorsos ou
as culpas do voo.

Nocturno

acordei

alta noite

do andar de cima
vem
silêncio feito de um rumor de lágrimas
(rio
num leito sem pedras)

oiço

a noite pára

Notícia

caiu do andaime

- imprevidente
disseram os jornais

mas há quantas noites
o menino grita dos ouvidos
grita grita grita
na cama única da barraca

imprevidente
disseram os jornais

Actual

O terrorismo
do Capital
ceifa milhares
de torres
por dia.

Que tal
de poesia?

Tá bem, tá.
Assim não te safas, pá.

If

Se dizes que é preciso manter a ordem
num mundo injusto,

se dizes que o povo está condenado
para sempre ao sofrimento,

se dizes que a esquerda é um estado de espírito
e não precisa de organização,

se dizes «também sou pelos oprimidos»
só para garantir um sono tranquilo,

se pensas que nunca serás velho
e cobres o chão das beatas dos teus dias,

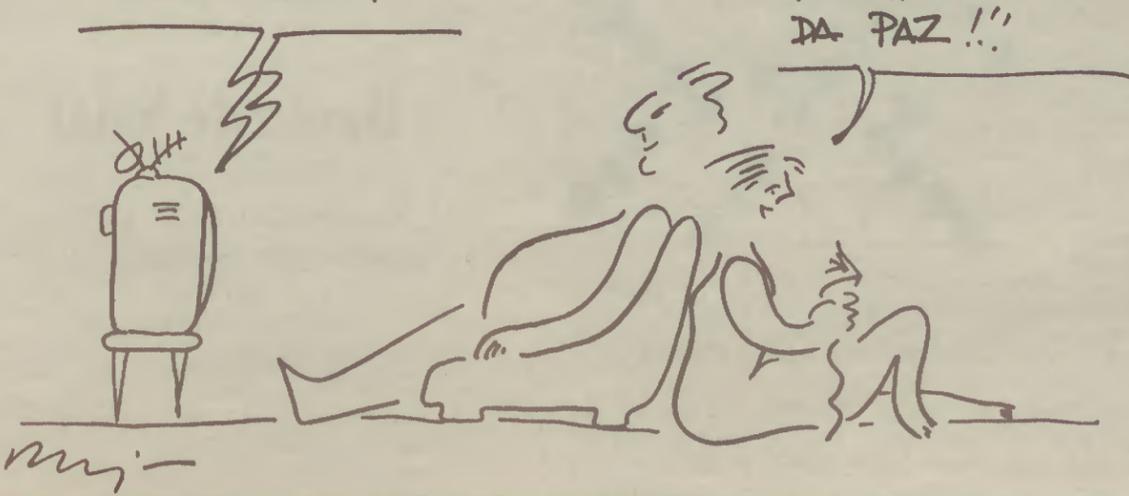
então ninguém poderá fazer nada por ti
nem ao menor rezar.

Cartoon

• Monginho

DALAI LAMA
EM ENTREVISTA DIZ
QUE... TODAS AS GUERRAS
MATAM PESSOAS, MAS
AGORA HÁ MAIS
CUIDADO PARA EVITAR
VÍTIMAS CIVIS!

AH GRANDE HOMEM...
PRÉMIO NOBEL
DA PAZ !!'



Religiões

• Jorge Messias

Atualizar a leitura de «O Partido Comunista, os Católicos e a Igreja» significa privilegiar no seu texto os pontos que continuam a ocupar posições de primeira linha entre as actuais preocupações partidárias de transformação social. Que posição correcta deve ser assumida em relação ao acto de aceitação da fé ou ao seu repúdio? Que sentido faz o anticomunismo da hierarquia católica? Quem pratica a concórdia e a tolerância? Quem compromete a religião e a igreja? Sabe-se que uma coisa são as declarações políticas e outra coisa, por vezes bem diferente, os actos políticos. Mas na vida real, por princípio ético, impõe-se que às palavras comuns correspondam acções comuns. O estudo do IV Congresso do PCP percorre todo o leque destes grandes grupos de questões.

Aceitação ou recusa da opção da fé

«Muitas vezes o Partido Comunista Português tem definido a sua posição em relação ao problema religioso, aos católicos e à Igreja» - declara-se no texto, logo no seu preâmbulo. «O



O Partido Comunista, os Católicos e a Igreja (2) Reflexões sobre um texto menos recordado

Partido Comunista tem afirmado e reafirmado os seus princípios de respeito pela liberdade de crença e de prática de culto e o propósito de fazer tudo quanto esteja ao seu alcance para que tais princípios sejam uma realidade no Portugal democrático de amanhã. O Partido Comunista, ainda que tendo como base teórica o materialismo dialéctico, entende que as convicções religiosas, por si só, não são susceptíveis de afastar os homens na realização de um programa social e político e que, desta forma, comunistas e católicos podem e devem unir-se em defesa dos seus anseios comuns; em defesa dos interesses e aspirações dos deserdados e ofendidos, do povo e do país. O Partido Comunista tem assim proclamado a sua vontade de união com os católicos e - na prática da sua actividade - tem demonstrado a sinceridade das suas afirmações.»

Poucas linhas mais à frente, depois de caracterizarem a necessária distinção a fazer entre povo católico e hierarquia católica, sempre pronta a escolher o fundamentalismo na acção, os dirigentes comunistas na clandestinidade prosseguem: «A Igreja intervém, assim activamente na política, colocando-se ao lado da ditadura fascista contra as aspirações democráticas do povo português. Altera isso a nossa posição em relação aos católicos? Não, não altera. Nós, comunistas, defensores do nosso povo e da nossa pátria, continuamos desejando sinceramente a unidade com os católicos progressistas na luta pela realização das

nossas comuns aspirações. A insistência da política da Igreja obriga-nos, porém, uma vez mais a vir esclarecer o nosso ponto de vista em relação à Igreja e à sua intervenção nos negócios públicos.» O discurso é simples, as posições são claras e traduziam um sentimento popular não expresso: uma coisa são os políticos da igreja católica, outra coisa são os católicos. O PCP mantinha-se empenhado, em quaisquer circunstâncias, na luta pela liberdade da fé e da total autonomia da Igreja em relação ao Estado. Mas teria de haver uma separação das águas. A igreja não pode transformar-se impunemente num gigantesco grupo económico ou numa frente política de forças de direita que se esconde por detrás da religião. Terá então de contar com a denúncia e com a resistência frontal dos comunistas e dos homens livres, sobretudo dos católicos que não separam a fé da moral e não abdicam da sua bela utopia de regeneração da humanidade. É este um grau de parentesco entre comunistas e católicos.

Diz-se que tudo mudou e tudo mudou, sem dúvida. Mas nestes 55 anos nem tudo mudou tanto assim. A hierarquia cresceu em poderio e riqueza. Mas a frustração do povo católico, o constante afastamento da corrupção dos seus príncipes, do seu discurso oco e do seu fundamentalismo, são sementes que continuam a germinar e que frutificarão no Portugal democrático de amanhã, terra prometida e há tanto tempo adiada.

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Macaco pequeno, de cauda comprida e felpuda; sujar com lama. 2 - Desesjassem; oito dezenas. 3 - Pêlo ou lã de carneiro, ovelha ou cordeiro; sozinhos; impregnar de sal. 4 - Escudeiro; ponderar (fig.); roufenho. 5 - Sódio (s.q.); jogo de bola no qual os jogadores, divididos em duas equipas de onze jogadores, procuram introduzir a bola na baliza do adversário, sem lhe tocar com a mão; espaço de 24 horas. 6 - Terceira nota da escala musical; aplanaria. 7 - Indicação de época, ano, mês ou dia em que se deu ou vem a dar-se um facto; fábrica de louça de barro; contr. do pron. pess. compl. *me* com o pron. dem. *o*. 8 - Reincidir; contr. da prep. *de* com o art. def. *o*; emissão de voz. 9 - Ave pematia corredora que se assemelha à avestruz; contr. da prep. *a* com o art. def. *o* (pl.); a ti; fileira. 10 - Entidade fantástica, negrinho de uma só perna que, segundo a crença popular, persegue os viajantes ou lhes arma ciladas pelo caminho; livro que ensina as primeiras noções de aritmética; atmosfera. 11 - Irmão dos pais ou dos avós; parede; pouco espessa. 12 - Aquelas; soberano hindu que exercia a sua supremacia sobre outros soberanos menores ou rajás; ave parecida com a pomba. 13 - Arrependido; mistura de terra e água.

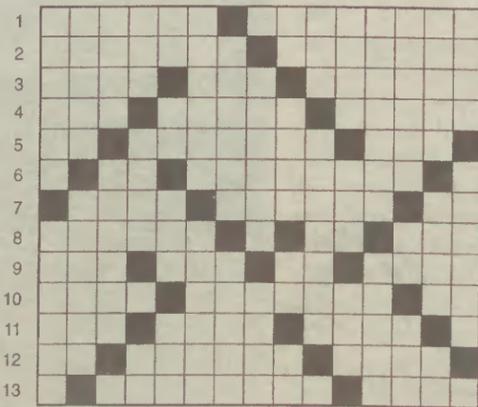
VERTICAIS: 1 - Pradaria; sobrar. 2 - Abertura feita, de intervalo a intervalo, no cimo dos muros, torre ou fortificação; demasiado. 3 - Género de aves galináceas; símio. 4 - Costume; tira de tecido mais ou menos estreito e comprido que se serve para ornar, ligar, atar, etc.; a mim. 5 - Nome de letra (pl.); filho de burro e égua ou de cavalo e burra; criada de quarto; certamente. 6 - Planalto pequeno; quebra de relações sociais ou familiares. 7 - Forma típica para reproduzir ou imitar; curar. 8 - Silvo; parte convexa e arredondada de um objecto. 9 - Contr. da prep. *em* com o art. def. *o*; mulher formosa (fig.); a tua pessoa; carta de jogar. 10 - o m. q. lírio; entremear. 11 - Apertar com nó ou laçada; curso de água natural; oferecer. 12 - Série de sons, cuja ordenação contém um sentido musical e de que resulta um canto regular e agradável; lâmpada potente de automóvel e de outros veículos. 13 - Peixe de água doce do género das moreias; sétima nota da escala musical; fileira. 14 - Assalta; tudo o que promove um movimento; antes do meio-dia (abrev.). 15 - Pouco espesso; agarrara.

9 - Not. rosas; tu; ás. 10 - Las; lardar. 11 - Alar; noc. dar. 12 - Melodia; farol. 13 - Enguar; sí; ala. 14 - Alcar; mola; Am. 15 - Kar; tomara.

VERTICAIS: 1 - Savana; reslar. 2 - Armet; demais. 3 - Galo; macaco. 4 - Us; fio; me. 5 - Is; mu; ala; mas. 6 - Mesela; rotura. 7 - Modelo; sarar. 8 - Sibilo; bojo.

HORIZONTAIS: 1 - Sagunt; enlamear. 2 - Anassent; olienta. 3 - Velo; sós; salgar. 4 - Aio; medir; rouco. 5 - Na; futebol; dia. 6 - Mi; alisar. 7 - Dar; clamar; mo.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO:



Lisboa

Plenário de Reformados Bancários:

no Centro de Trabalho Vitória, hoje,
dia 29 às 14h30

Plenário dos militantes dos CTT,

sobre a situação política e social e a situação
no Sector Bancário: dia 29 às 18h30,
no CT Vitória.

Reunião da célula do ex-BNU

(Org. dos Bancários de Lisboa):
dia 5 de Dezembro
às 17h30, no CT Vitória.

Sessão pública de lançamento
do livro da Editorial «Avante!»

Armas de Urânio: Destruição sem Regresso

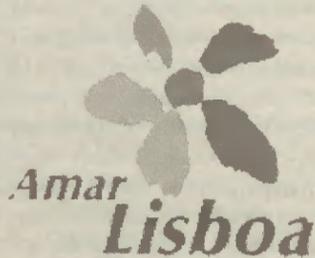
de Albano Nunes, Rui Namorado Rosa,
Jorge Cadima e Ângelo Alves,

com apresentação a cargo dos autores

Hoje, dia 29, às 18h

na Associação de Jornalistas e Homens
de Letras do Porto

(R. Rodrigues Sampaio, 140 - Porto)



Freguesia do Beato Sessões de esclarecimento eleitoral

com a participação de

António Joaquim Costa Cunha,

cabeça de lista da Coligação na Freguesia
e de outros candidatos:

- Dia 30 às 21h no Vitória Clube de Lisboa
(Picheleira)

- Dia 2 às 16h na Soc. Musical União do Beato
(Calç. Dq. Lafões, 22)

Banca de Natal

no Centro de Trabalho Vitória
Artesanato - Queijos - Enchidos
e muitos outros produtos regionais
de qualidade

De 2.ª a 6.ª das 11 às 21h

Sábados das 11 às 19h

Presenteia o PCP

comprando os teus presentes no Vitória

CDU apresenta candidatos

ALMADA - Apresentação do programa eleitoral para a freguesia de Trafaria: sexta-feira, 30, 21h, sede da campanha CDU. **Sobreda** - Almoço-convívio de candidatos e apoiantes da CDU: sábado, 1, 13h, na sede da Comissão de Moradores. **Festa CDU**, igualmente na sede da Comissão de Moradores local: domingo, 2, a partir das 15h. **Noite de Fados na Trafaria** - no Casino, sábado, dia 1. **Encontro de Reformados**, com a participação de José Manuel Maia: na URPICA, dia 5 às 13h. **Arruadas concehlias** - em Laranjeiro e Feijó dia 1; na Costa da Caparica dia 2; em Almada/Rua Capitão Leitão dia 3 - sempre a partir das 9h.

ALPIARÇA - Debate: «Desenvolvimento versus Crescimento», promovido pela candidatura CDU, com a participação de Sérgio Ribeiro: sexta-feira, 30, às 22h30, na Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1.º de Dezembro.

AMADORA - Buraca - Noite de Fados. Convívio CDU. Com a presença e intervenções de António Filipe e António Ferreira, candidatos à CM e AF, respectivamente: sábado, 1, a partir das 22h, na Associação de Moradores do Alto do Moinho. **Brandoa** - Noite de Fados. Convívio: dia 30 às 22h, n.º 2 do PCP da Brandoa.

AVEIRO - Reunião pública para discussão do Plano de Pormenor do Centro da cidade: sexta-feira, 30, 21h30, no salão da JF de Esmoriz. **Visita dos candidatos a uma marinha de sal** na zona de Santiago (Ria de Aveiro): hoje, dia 29, às 10h. Distribuição de informação CDU aos trabalhadores municipais, na Cantina (hoje) e aos trabalhadores da Renault/Cacia (sexta-feira).

BARREIRO - Santo António - Apresentação dos candidatos à freguesia (dia 1, 15h, Centro Comercial) e contactos com a população da Cidade Sol no mesmo dia e no dia 2. Também no Bairro da Liberdade (dia 2, 15h, Centro Sócio-Cultural). **Barreiro** - Apresentação dos candidatos à Freguesia no Bairro das Palmeiras: dia 1, 15h, G.D. Operário. **Coima** - Convívio CDU, seguido de caravana: domingo, 2, 15h, no Café «A Ilha». **Debate: o «Projecto de Reconversão da Quimiparque»** - no Espaço CDU Barreiro, segunda-feira, 3, 21h30. «Espaço CDU - Debate, Informação e Música»: hoje, dia 29, na Pç. S. Francisco Xavier, Santo André; dia 30, 10h, junto ao Parque Catarina Eufémia e às 17h no Largo da Santa, no Alto do Seixalinho; dia 1 às 10h no Lavradio, junto ao CT do PCP. **Campanha da Juventude - Animação de rua no Barreiro Velho**: sexta-feira, 22h30; Iniciativa de contacto com os jovens no Barreiro Velho: sábado às 22h. **Verdeira** - Animação de rua com bombos: dia 1, 9h30. **Acção de propaganda dos Trabalh. das Autarquias**: sábado, a partir das 10h, no Parque Catarina Eufémia. **Animação Infantil no Parque da Cidade**: domingo a partir das 10h. **Campanha de Contacto com Trabalhadores**: dia 29 na Fisipe, Quimiparque/Largo das Obras, Trab. das Autarquias; dia 3 na EMEF e Soflusa; dia 4 no Hospital do Barreiro e Transp. Sul do Tejo; dia 5 na Essence.

CADAVAL - Contactos com a população e distribuição do programa eleitoral, com a participação dos candidatos à CM, AM e Assembleias de Freguesia: sábado e domingo nas várias freguesias e localidades.

ESPINHO - Jantar concelhio da CDU: sexta-feira, 30, 20h, restaurante «O Casarão», Praia de Paramos, com a participação de Francisco Lopes.

ESTARREJA - Lanche-convívio na sede da Junta de Freguesia de Beduído, com a participação de Bernardino Soares: sábado, 1, às 17h.

ÉVORA - Sessões com Reformados em Valverde, em Sabugueiro e nos Baldios (dia 29, 15h e 15h30); em Santana, Lavre e na cidade de Montemor (dia 30, 15h); em S. Pedro Gafanhoeira (dia 3), Ilhas (dia 4), Vale do Pereiro (dia 5), Arraiolos (dia 6) e Vimieiro (dia 7), sempre às 15h30. **Convívio CDU em Évora**: sexta-feira, dia 30 às 22h. **Apresentação de candidatos em Cabrela**: sexta-feira, 30, às 20h30. **Convívio musical em Alandroal**: dia 7 às 21h. **Comício CDU em Portel**: dia 8 às 20h30. **Iniciativa da Juventude CDU em Arraiolos**: dia 8 às 21h.

HORTA - Iniciativa da Juventude, com projecção de um documentário e debate sobre a problemática da infecção pelo HIV no jovem e no meio social onde este se integra: hoje, dia 29, às 21h, no Ginásio Pequeno da Esc. Secundária Dr. Manuel de Arriaga, na cidade da Horta, Açores.

ÍLHAVO - Jantar concelhio da CDU, com a participação de Jerónimo de Sousa: no restaurante «Windsor», sexta-feira, 30, às 20h.

LOURES - Encontros com reformados: nos Centros de Dia de S. João da Talha (dia 29), Unhos/Catujal (dia 4), Fanhões (dia 5), Lousa e Camarate (dia 6) - todos às 14h30. **Espectáculo com Carlos do Carmo**, dando início à Campanha Eleitoral no concelho de Loures: em Sacavém, SG Sacavenense, sábado, 1, 21h30. **Jantar** com a presença da Comissão de Honra da candidatura: em Sacavém, 21h30. **Caravana concehlia** - sábado, dia 1, com os seguintes pontos de encontro: 8h45 e 14h em Loures, junto às Piscinas Municipais; 9h em Camarate, junto à igreja, e também às 14h30, no Lg. de Fetais; 16h na Portela (Centro Comercial). **Porta-a-porta** e bancas em todas as freguesias do concelho. **Santa Iria da Azóia** - Debate sobre o programa eleitoral em Portela de Azóia: sexta-feira, 30, às 21h00, na A.M.U.P.A., com a participação do vereador Dantas Ferreira e de outros candidatos à CM e à Freguesia.

MATOSINHOS - Senhora da Hora - Apresentação dos candidatos à Ass. de Freguesia, com a presença dos candidatos e ainda de Honório Novo, cabeça de lista à CM de Matosinhos: sexta-feira, 30, 21h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia.

MOITA - Sessão de esclarecimento eleitoral no Grupo de Chinguilho Vontade do Povo, no Bairro da Caixa, hoje, dia 29, 21h, com a participação de João Almeida e Joaquim Gonçalves, primeiros candidatos à CM e AM e de António Domingos, candidato à presidência da Junta de Freguesia da Moita. **Baixa da Banheira** - Sessão sobre Associativismo: no Sporting Banheirense, quinta-

-feira, 29, 21h, com a participação dos candidatos Rui Garcia, Miguel Canudo e Fernando Carrasco. **Sessão sobre o PID-DAC**, com a participação de Vicente Merendas, Miguel

Canudo e Fernando Carrasco: terça-feira, dia 4. **Sarilhos Pequenos** - Convívio, **Noite de Fados**: sexta-feira, 30, 20h30, CT do PCP. **Almoço-convívio da CDU em Penteado**: sábado, 13h, no Clube Recreativo de Penteado. **Alhos Vedros** - Sessões de esclarecimento eleitoral com a participação de Fernanda Gaspar, candidata à presidência da JF de Alhos Vedros e de outros candidatos: na Cooperativa de Consumo, dia 1 às 21h, e na Escola Primária da Barra Cheia, dia 2 às 15h. **Noite de convívio da Juventude CDU**: no «Chez Toi», em Alhos Vedros, dia 1 às 22h.

ODEMIRA - Sessão de esclarecimento eleitoral em Bemposta: hoje, dia 29, às 18h, na Escola Primária. **Sessão de esclarecimento em Santa Clara**, na Casa do Povo, seguida de espectáculo com Manuel Freire: dia 1 a partir das 15h. **Sessão de esclarecimento em Luzianes Gare**, na Centro Social, seguida de espectáculo com Manuel Freire: dia 1 às 18h. **Sessão de esclarecimento em Saboia**, na Casa do Povo, seguida de espectáculo com Manuel Freire: dia 1 às 21h. **Almoço-convívio em Pereiras Gare** (dia 1 às 13h) e em Fonte Férrea (dia 2). **Sessão de esclarecimento na Sociedade de S. Luís**, seguido de espectáculo com Manuel Freire: domingo, 2, às 21h.

OEIRAS - Apresentação do programa da CDU para o concelho de Oeiras, com a participação de Arnaldo António Pereira e José António Tavares da Cruz, primeiros candidatos da CDU à CM e AM, respectivamente: no Auditório da Assembleia Municipal, hoje, dia 29, às 11h.

OLHÃO - Jantar de candidatos e apoiantes da CDU em Moncarapacho (dia 30, 20h, restaurante «O Repuxo»). **Almoços em Fuzeta** (dia 1, 13h, restaurante «Crispin»), **Pechão** (dia 2, 13h, restaurante «A Comporta») e **Olhão** (dia 9, 13h, restaurante «Olho de Água»).

OVAR - Porta-a-porta em Válega (dia 1, a partir das 15h) e distribuições no Mercado de Arada e no de Maceda (dia 2).

PALMELA - Convívio em Quinta do Anjo: hoje, dia 29, 22h, no bar «Buds», com animação musical pelo «Quarteto dos Três Irmãos». **Convívio com espectáculo de dança**: dia 1, 21h30, no «estrelas de Algeruz, em Algeruz, Brejos do Assa. **Almoço-convívio de candidatos e apoiantes em Aldeia Nova da Aroeira** (no Águias da Aroeira, dia 2 às 13h).

SANTIAGO DO CACÉM - Jantar de apoiantes da CDU na Quinta da Cilha, com actuação de António Cháinho: sexta-feira, 30, 19h30 **Porta-a-porta** nas freguesias de Alvalade Sado (dia 1), Santo André (dia 2), S. Francisco (dia 3), Santa Cruz (dia 4), Santiago do Cacém (dia 5).

SEIXAL - Convívio dos trabalhadores das autarquias do Seixal com os candidatos da CDU: hoje, dia 29, às 18h, na Timbre Seixalense. **Jornadas de contactos dos candidatos com a população e trabalhadores das empresas do concelho** nos dias 1, 3, 4 e 5.

SETÚBAL - Debate com a população de Casal de Figueiras, com a participação de Carlos de Sousa e de José Manuel, candidato à presidência da JF: hoje, dia 29, às 21h30. **Almoço de activistas sindicais** com a presença de Carlos de Sousa: dia 30 às 13h, na sede da Campanha CDU. **Convívio com apresentação dos Candidatos Jovens da CDU** no concelho de Setúbal: sexta-feira, 30, 21h30, na sede da Campanha CDU, com a participação de Carlos de Sousa.

SINES - Feira do Livro da Juventude CDU - Dias 30 de Novembro, 1 e 2 de Dezembro, na Capela da Misericórdia. **Inauguração** dia 30, às 17h; **espectáculo musical** sábado, dia 1 à noite (22h30), com a presença dos candidatos jovens) e **debate e projecção do filme «Recursos Humanos»** no domingo. **Noite de fados no Salão do Povo**, em Sines: dia 30. **Chá promovido pelas mulheres apoiantes da CDU** no Hotel de Sines: dia 1 às 17h.

TORRES VEDRAS - Plenário de candidatos e activistas da CDU: sexta-feira, 30, 21h, no Centro de Trabalho local do PCP.

TROFA - Jantar de apoiantes da CDU, com a presença dos candidatos à Câmara, Ass. Municipal e às 8 freguesias: no salão da pista de Radiomodelismo TT da Trofa, no Lugar da Gandra, dia 30 às 20h30.

VILA FRANCA DE XIRA - Debate sobre os problemas das freguesias de Forte da Casa e S. João dos Montes - na sede da CDU em Vila Franca, sexta-feira, 30, às 21h30. **Póvoa de Santa Iria** - Sessão sobre Acção Social: na ARIPSI, dia 30 às 15h. **Castanheira** - Festa CDU na Vala do Carregado, com a presença de José Neves: na sede do Rancho Folclórico, dia 1 às 17h. **Alverca** - Tarde de Fados no Centro de Trabalho do PCP: dia 1 às 18h. **Estará presente José Neves. Sobralinho** - Jantar CDU, com a participação de José Neves, Fernando Caio e Odete Santos: dia 1, às 19h, no Centro Álvaro Pinheiro. **Forte da Casa** - Festa-convívio na sede da candidatura: domingo 2, às 15h30. **Almoço com jovens apoiantes da CDU**: dia 2 às 13h, no CT do PCP de V.F.Xira.

VILA NOVA DE GAIA - Almoço-convívio de candidatos, activistas e apoiantes da CDU, aberto a todos os que nele queiram participar, com a presença dos candidatos Jorge Sarabando e Ilda Figueiredo e ainda de Jerónimo de Sousa: domingo, 2, 13h, no Grupo Desportivo Cova da Silva (Rua Cova da Silva). O almoço realiza-se no final de uma caravana automóvel de propaganda eleitoral, com concentração às 10h30 na Rua Nova do Fojo, junto ao viaduto da auto-estrada.



Carlos Carvalhas em iniciativas da CDU

Hoje, dia 29, às 12h30
Palmela
Almoço com trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela na Sociedade Filarmónica «Os Loureiros» às 17h30, em **Setúbal**
Arruada na Baixa de Setúbal às 20h30, no **Lavradio, Barreiro**
Mega-jantar de apoiantes da candidatura CDU no Pavilhão Fabril «ex-Quimigal», Lavradio

Sexta-feira, dia 30, às 20h30
Portalegre
Jantar de apoiantes da candidatura CDU no Hotel D. João III

Sábado, dia 1, às 10h30
Cascais
Visita ao Mercado de Cascais às 13h00, **Barcarena, Leceia**
Almoço de apoiantes da candidatura CDU na Sociedade de Educação dos Unidos de Leceia às 16h00, **Amadora**
Sessão pública de apoio à candidatura CDU nos Recreios da Amadora às 19h30, **S. Julião do Tojal**
Jantar-volante de apoio à candidatura CDU no Clube Recreativo de S. Julião às 21h00, **Pontinha**
Sessão pública de apoio à candidatura CDU no Pavilhão da Escola Básica do 1.º Ciclo N.º 2 Praça S. João, Bairro Falcão

Domingo, dia 2, às 13h00
Vilarinho, Santo Tirso
Almoço de apoiantes da candidatura CDU no Restauranté S. Miguel às 15h00, **Porto**
Festa-comício de apoio à candidatura CDU no Cinema do «Terço», Praça do Marquês

Segunda-feira, dia 3, às 13h00
Almada
Almoço de eleitas, candidatas e activistas da CDU no Restaurante «Jardim do Castelo» às 17h30, **Barreiro**
Arruada junto aos Paços do Concelho às 20h00, **Sesimbra**
Jantar de apoiantes da candidatura CDU no Sesimbra Hotel-Sana Park às 21h00, **Almada**
Comício de apoio à candidatura CDU na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense

Terça-feira, dia 4, às 10h00
Olhão
Visita ao Mercado às 18h00, **Faro**
Contacto com a população na Baixa de Faro às 20h00, **Faro**
Jantar de apoiantes da candidatura CDU na COOPPOFA, R. Paralela à R. Dr. Emílio Campos Coroa

Quarta-feira, dia 5, às 11h45
Azambuja
Visita ao Centro Social de Azambuja às 13h00, **Azambuja**
Almoço de apoiantes da candidatura CDU às 15h00, **Aveiras de Cima**
Encontro com a população às 19h30, **Vialonga**
Jantar de apoiantes da candidatura CDU no Restaurante «Lavagante Azul», R. 28 de Setembro às 21h30, **Alhandra**
Festa-comício de apoio à candidatura CDU na Sociedade Euterpe Alhandrense

Quinta-feira, dia 6, às 11h45
Torre da Marinha, Seixal
Arruada, às 12h30, **Alcochete**
Almoço de apoiantes da candidatura CDU às 16h30, **Montijo**
Visita à zona comercial às 18h00, **Moita**
Arruada no Centro da cidade às 21h00, **Pinhal Novo, Palmela**
Sessão pública de apoio à candidatura CDU no Pavilhão dos Bombeiros Voluntários

ATVer



Eclipse Total

Eclipse Total

(Quinta-feira, 29.11.01, RTP-1)

Realizado por **Taylor Hackford** (autor de filmes como *Oficial e Cavalheiro*, *Vidas em Jogo* ou *O Sol da Meia-Noite*), **Eclipse Total** é um filme elíptico e sinuoso, recheado de um fascinante jogo de *flash-backs* com múltiplas leituras, pondo em confronto uma mãe e uma filha num duro ajuste de contas com o passado. O fio condutor da narrativa assenta no reencontro da filha com a mãe, após 15 anos de separação, devido ao facto de a última ser acusada de ter assassinado a velha senhora para quem trabalhara durante 40 anos. Interpretações de alto nível de **Kathy Bates** (a mãe) e **Jenifer Jason Leigh** (a filha). Pormenor curioso: a história original é da autoria de Stephen King, mestre de enredos de terror que, aqui, explora outros caminhos da ficção.

Assaltantes de Primeira

(Sexta-feira, 30.11.01, RTP-1)

Assaltantes de Primeira é uma tresloucada farsa sobre as atribulações de dois rapazes com sonhos de dinheiro fácil e hábeis planos de



Spielberg, mais uma vez

assaltos que dão geralmente para o torto. Um filme para entreter, recheado de nomes sonantes: **Martin** e **Charlie Sheen**, **Marlon Brando**, **Mira Sorvino**, **Donald Sutherland**, **David Arquette**, etc.

A Dama do Lotação

(Sábado, 01.12.01, RTP-1)

Com argumento de **Nelson Rodrigues** e realização de **Neville de Almeida**, **A Dama do Lotação** é hoje considerado um clássico do



O Entusiasmo, o Chile em cinema

erotismo no cinema brasileiro, tendo sido um grande sucesso de bilheteira na altura da sua estreia – finais dos anos 70 –, com uma história de valores subvertidos e forte carga sensual, com **Sónia Braga** e **Nuno Leal Maia** nos principais papéis. A história anda à volta de uma mulher que ama o marido, mas só tem relações sexuais com estranhos que encontra no autocarro...

O Império do Sol

(Domingo, 02.12.01, RTP-1)

Dirigido pela mão consabidamente segura e talentosa de **Steven Spielberg**, **O Império do Sol** conta-nos a odisséia de uma criança britânica de 10 anos que descobre, de forma brutal e impressionante, o universo adulto num mundo em guerra, ao perder-se dos pais (diplomatas de carreira) e ser levado para um campo de concentração japonês na China onde, durante quatro anos, sobrevive corajosamente no meio de condições extremas. Filme de época realizado com o habitual rigor de Spielberg, é também um manifesto humanista inspirado num romance autobiográfico de J. G. Ballard. Com **Christian Bale** (magnífico, no papel da criança) e **John Malkovich**, entre outros.

Vidas à Margem

(Segunda-feira, 03.12.01, RTP-1)

Vidas à Margem é uma comédia em tons dramáticos sobre uma série de personagens que se cruzam num bar, com os seus problemas existenciais e vidas estragadas, as suas angústias, tristezas e problemas. Um filme de **Nick Stagliano**, produzido por **Francis Ford Coppola**.

Camarate

(Terça-feira, 04.12.01, RTP-1)

Luís Filipe Rocha constrói em **Camarate** uma espécie de *thriller* policial habilmente misturado com reconstituições factuais sobre o célebre acidente de Camarate, a 4 de Dezembro de 1980, que vitimaria o então primeiro-ministro **Francisco Sá Carneiro** e o ministro da Defesa **Adelino Amaro da Costa**, pondo em confronto – que, até hoje, persistem sobre este acontecimento. Com **Maria João Luís**, **Filipe Ferrer**, **Cândido Ferreira**, **Ana Nave**, entre outros.

A Irmandade do Mal

Realizado por **Lewis Gilbert**, um eficiente e seguro realizador britânico que foi assistente de **Alfred Hitchcock**, **A Irmandade do Mal** leva-nos para uma mansão cheia de corredores sombrios e segredos do passado, com fantasmas e mortes por resolver, bem como desejos reprimidos e pouco recomendáveis, tudo girando à volta da visita de um norte-americano, especialista em sobrenatural (!!!), à mansão onde vivera a sua infância, no Sul de Inglaterra, e que agora está habitada por um grupo de três irmãos muito estranhos: um deles passa a vida a pintar quadros de nus da irmã e o mais novo tem um gosto especial por brincadeiras pouco saudáveis... Enfim: uma comédia negra com laivos de terror, feita com elegância para os apreciadores do género. Com **Aidan Quinn**, **Kate Beckinsale**, **Anthony Andrews** e **John Gielgud** a dar um ar da sua graça, como um misterioso velho a baralhar ainda mais as coisas...

O Entusiasmo

(Terça-feira, 04.12.01, RTP-2)

A partir do reencontro de três amigos na zona desértica do Norte do Chile, o cineasta **Ricardo Larrain** constrói uma espécie de fábula moral sobre a desilusão do novo Chile, dominado pelo dinheiro. Uma co-produção do Chile/França/Espanha, com **Maribel Verdu**, **Carmen Maura** e **Alvaro Escobar**.

Quinta, 29

VRTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Grande Informação
22.00 A Senhora das Águas
23.10 «Eclipse Total» (de Taylor Hackford, EUA/1995, com Kathy Bates, Jennifer Jason Leigh, Christopher Plummer. Ver Destaque)
01.30 24 Horas
01.50 «Estás Morto!» (Longa-metragem)

VRTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Serviço Público
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Clube da Europa
20.00 Quem Sai ao Seus
20.30 Nikki
20.55 Querido Bebê (Último Ep.)
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Jack and Jill
24.00 «Moloch» (Longa-metragem)
02.30 Livres e Iguais (Repetição)

VSIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.10 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.00 Porto dos Milagres
23.00 À Espera da Justiça
24.00 Noites Marcianas
02.25 Jerry Springer Show

Sexta, 30

VRTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol:
F.C.Porto-Farense
23.00 Histórias da Noite
23.45 Paraíso Filmes



A jóia-da-coroa da TVI

00.15 Serviço de Urgência
01.15 24 Horas
01.35 «Assaltantes de Primeira» (de Yves Simoneau, Can/1998, com Charlie Sheen, Mira Sorvino, Marlon Brando, Donald Sutherland, Martin Sheen. Comédia)

VRTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Retratos: «Rómulo de Carvalho»
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Shakespeare, uma Análise Crítica (6)
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
20.55 Then Came You

Sábado, 1

VRTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 «O Grande Fosso» (de Stuart Raffill, EUA/1976. «Western»)
17.10 «O Micro-Herói» (de Joe Dante, EUA/1987, Dennis Quaid, Martin Short, Meg Ryan. Ficção Científica)
20.00 Telejornal
21.00 Sábado à Noite
22.30 Sessão Especial (Filme)
00.20 24 Horas

VRTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Verdadeiramente Insólito
20.30 Por Outro Lado
21.30 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
23.30 Britcom
00.30 Artes de Palco
Ópera «Rigoletto».



A RTP2 inicia neste domingo com «Rigoletto» uma programação semanal de ópera inteiramente dedicada a Verdi.

VTVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
15.00 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.00 Big Brother
00.40 Ally McBeal
02.30 «Crime Perfeito» (EUA/1998, com Mitzzy Kapture, Nick Searcy. «Thriller»)
04.45 Que Loucura de Família

VTVI

21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 História do Jazz (11)
24.00 «Sol Enganador» (de Nikita Mikhailov, Ru-Fr/1994, com Nikita Mikhailov, Oleg Menchikov, Nadia Mikhailov. Drama)
02.35 Livres e Iguais

VSIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.10 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.00 Porto dos Milagres (Último Episódio)
23.15 Irmãos de Armas
00.15 Noites Marcianas
02.30 Jerry Springer Show
03.30 «As Lindas Feiticeiras» (com Sandra Riechfort, Isabelle Lenouvel. Erótico)

VTVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
15.10 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.30 Big Brother
01.30 «Moisés» (EUA, com Ben Kingsley, Frank Langella, Ana Calina. Bíblico)
06.15 Pensacola II



Na «História do Jazz» tomam lugar nesta sexta-feira grandes músicos dos anos 50-60, como Clifford Brown e Max Roach

de Giuseppe Verdi
02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

VSIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Mundo VIP
14.30 Walter, o Ranger do Texas
15.30 «La Bamba» (de Luiz Valdez, EUA/1987, com Lou Diamond Phillips, Rosana De Soto, Esai Morales. Musical. Biográfico)
17.45 «Uma Rapariga como as Outras» (de Michael Keusch, 1992, com Corey Hain, Nicolas Eggert. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Os Maltuos do Riso
21.15 Especial Dia Mundial da Sida
24.00 «O Plano» (de Sam Raimi, EUA/1998, com Bill Paxton, Bridget Fonda, Billy Bob Thornton. «Thriller»)
02.00 «Contrato Mortal» (de Brian Trenchard-Smith, EUA/1996, com Andrew McCarthy, Paul Sorvino, Connie Britton. Policial)

VTVI

08.30 Top Rock
12.00 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.30 Longa-Metragem
17.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Survivor
23.45 «Solo, o Destruidor» (EUA/1996. Acção)
01.45 «Segredos Escaldantes» (Holanda/1996, com Renee Soutendijk e Victor Low. Thriller. Erótico)
03.45 Pensacola II

Domingo, 2

▼ RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.30 Danza Café
16.30 «O Império do Sol»
(de Steven Spielberg,
EUA/1987, com Christian Bale,
John Malkovich, Miranda
Richardson. *Drama.*
Ver Destaque)
19.50 Contra-Infamação
20.00 Telejornal

Segunda, 3

▼ RTP1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Vila Faia (Repetição-1)
14.30 Emoções Fortes
16.00 Vidas de Sal
17.20 Pedra sobre Pedra
18.20 Senhora das Águas
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Sorte Grande
22.00 Jogo Falado
23.30 Bull

Terça, 4

▼ RTP1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Vila Faia
14.30 Emoções Fortes
16.00 Vidas de Sal
17.20 Pedra sobre Pedra
18.20 Senhora das Águas
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 «Camarate» (de Luís
Filipe Rocha, Port/2000, com
Maria João Luís, Filipe Ferrer,
Ana Nave, Cândido Ferreira.
Ver Destaque)
23.30 Futebol: F.C. Porto-
-S.P. Braga (Resumo)
00.30 Segredo de Justiça
01.30 24 Horas
01.50 «Na Máxima Força»
(de E.S. Mintz, EUA/1997,
com David Carradine, Tracy
Lords. *Ação*)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 2010
13.50 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Turma das Ciências
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
21.00 Then Came You
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
Especial N.º 1600
23.30 O Legado
00.30 «O Entusiasmo»
(de Richard Larrain, Chile-Fr-
-Esp/1998, com Maribel Verdu,
Carmen Maura, Alvaro Escobar.
Ver Destaque)
01.50 Livres e Iguais

▼ SIC

08.00 Búeréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.00 As Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Clone
23.00 Irmãos de Armas
24.00 Noites Marcianas
02.15 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Big Brother
02.10 A Juíza
03.15 «Um Homem e um
Bebé» (de Paul Schneider,
EUA/1996, com Scott Bakula,
Chelsea Botefield.)

Quarta, 5

▼ RTP1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Vila Faia
14.30 Emoções Fortes
16.00 Vidas de Sal
17.20 Pedra sobre Pedra
18.20 Senhora das Águas
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.45 Telejornal
22.45 Especial Informação
23.15 Futebol - Liga dos
Campeões (Resumos)
00.15 Sessão Especial
(Longa-metragem)
02.00 Andrómeda
01.30 24 Horas

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Por Outro Lado
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 EXD Magazine
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
21.00 Then Came You
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Na Terra da
Abundância
24.00 «A Estratégia do
Caracol» (de Sergio Cabrera,
Colômbia-It/1994, com Franz
Ramirez, Humberto Dorado,
Florina Lemaitre. *Comédia*)
02.45 Livres e Iguais

▼ SIC

08.00 Búeréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.00 As Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Clone
23.00 Irmãos de Armas
24.00 Noites Marcianas
02.15 Jerry Springer Show

▼ TVI

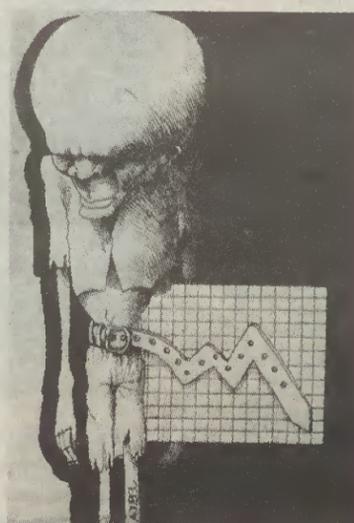
08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Big Brother
02.10 A Juíza
03.15 «Um Homem e um
Bebé» (de Paul Schneider,
EUA/1996, com Scott Bakula,
Chelsea Botefield.)

TVisto
Correia da Fonseca

Coisas do mundo livre

A recente «Grande Reportagem» acerca dos maus tratos infligidos a crianças portuguesas foi um significativo testemunho do subdesenvolvimento em que continuamos instalados não apenas no plano civilizacional como também, de uma maneira determinante e mais específica, no do acesso de largos segmentos da população a um nível de vida que permita avanços em diversos sectores fundamentais, por exemplo, no do tratamento dado à infância. Este trabalho complementa mesmo um outro, transmitido já há largo tempo, acerca do trabalho infantil. Nele se via com suficiente clareza que a exploração do trabalho de garatos é facilitada pela secular tradição portuguesa de serem os proventos dos adultos nas chamadas camadas mais desfavorecidas da sociedade insuficientes para prover a subsistência da família. Esta situação está de tal modo enraizada nos saudáveis costumes do país que

em Cabul se chegou ao ponto indiscutivelmente escandaloso de ser maioritariamente feminina a frequência universitária na capital afegã. É claro que a audácia acabou mal, o país foi libertado graças ao material USA e aos quadros norte-americanos instalados em Islamabad e seus arredores. Desculpar-se-me-á vir recordar estas coisas que já toda a gente sabe, fica a inutilidade da recapitulação à conta do eventual proveito de alguém mais distraído. Ora, a tal reportagem transmitida pela TVI, trabalho além do mais corajoso assinado por Alexandra Borges, o tema era o do trabalho infantil no Paquistão. Ali, sob os paternais cuidados do general que assumiu o poder graças a um golpe de Estado realizado com o alto patrocínio conjunto do Departamento de Estado e da CIA, o regime de trabalho infantil está muito mais avançado que entre nós. Por exemplo: Hussein trabalha no fabrico de tijolos e tem apenas 18 meses de idade; no Paquistão, pelos vistos, estimula-se a precocidade. Mas, embora com idades superiores que contudo dificilmente ultrapassavam os 10 anos, soubemos da existência de uma diversidade interessante de artesãos: marceneiros, ferreiros, tipógrafos, operários têxteis, até traficantes de droga. O índice de produtividade do país, avaliado pelo critério que por cá se usa, deve ser muito elevado e suponho que deixaria radiantes os empresários portugueses e tecnocratas correlativos, sempre tão preocupados com a baixa produtividade do trabalho nacional. Estranhamente, a situação não pareceu agradar a Alexandra Borges que sobre ela questionou o ministro do Trabalho local. O cavalheiro descartou-se facilmente: segundo ele, 90% dessa miudagem é constituída por refugiados afegãos. Que se tenha visto, Alexandra não lhe lembrou que pelo menos são paquistaneses os patrões (ou, mais democraticamente, os empresários, os empreendedores) que a exploram criminosamente. As estatísticas oficiais falam em perto de 4 milhões de garotos (as ONG's referem entre 13 e 14 milhões). Quase todos afegãos? Talvez sim, talvez não.



bem me lembro de ter ouvido então um bondoso sacerdote recitar um provérbio da sabedoria popular: «O trabalho do menino é pouco, mas quem o perde é louco». Não há nada como certos entendimentos da solidariedade cristã como introdução às sabedorias da gestão doméstica. A reportagem da RTP narrou, sem dúvida, factos e situações impressionantes. De tal modo que em tempo tão preocupado com os direitos humanos é inverosímil que as coisas continuem assim depois de uma denúncia destas, sendo aliás já muito de maravilhar que ainda existam. Porém, nessa matéria, uma reportagem recentemente transmitida pela TVI a finalizar um dos seus telenoticiários mostrou situações ainda mais perturbantes. Não em Portugal, felizmente: no Paquistão. Porém, como bem se sabe, o Paquistão está desde há muito integrado no Mundo Livre graças à desvelada tutoria que sobre ele exercem os Estados Unidos. O Paquistão foi, designadamente, a base que serviu de decisivo apoio à libertação do vizinho Afeganistão das garras do poder soviético, exercido embora por interpostos afegãos que tiveram depois o castigo que, embora cruel, mereciam. Convém lembrar, de passagem, que durante o poder comunista sediado



«Porto dos Milagres» acaba esta semana com o devido castigo dos maus

21.00 Domingo Desportivo
22.30 «Poderosa Afrodite»
(de Woody Allen, EUA/1995,
com Woody Allen, Helena
Bonham-Carter, Mira Sorvino,
Olympia Dukakis. *Comédia*)
01.50 24 Horas
02.10 «Homens Simples»
(de Hart Hartley, EUA/1992,
com Robert Burke, William
Sage, Karen Sillas. *Comédia*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Horizontes
de Memória
12.05 Palácio de Cristal
13.00 Turma das Ciências
13.30 Clube da Europa
14.00 Desporto 2
18.15 Amazónia,
Último Aviso
19.15 Onda Curta (Curtas-
metragens dos Irmãos Lumière)
19.50 Artes e Letras
(Guilhermina Suggia)
20.50 Serviço Público
21.30 Jornal 2
22.30 Travessa do Cotovelo
23.34 Sinais do Tempo
00.45 2010

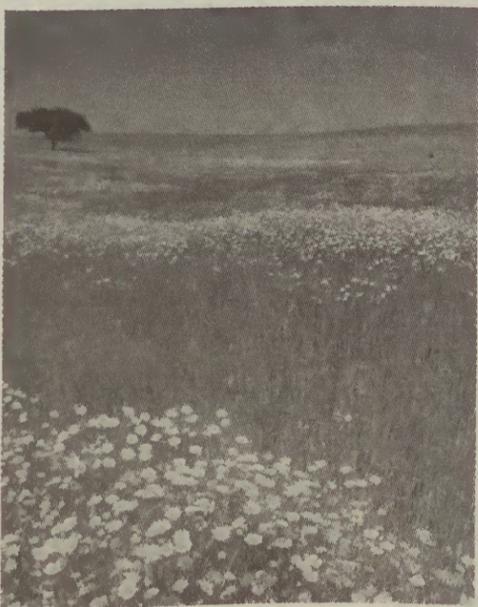
▼ SIC

08.00 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «O Livro da Selva
A História de Mogli»
(de Nick Mark, 1988, com
Brandon Baker, Fred Savage.
Aventura)
16.00 «Um Marido Ideal»
(de Oliver Parker, EUA/1999,
com Rupert Everett, Jeremy
Northam, Julianne Moore.
Comédia)
18.00 «Papá para Sempre»
(de Chris Columbus, 1993, com
Robin Williams, Sally Field,
Pierce Brosnan. *Comédia*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 A Minha Família
É uma Animação
22.30 Herman SIC
00.15 «O Lado Obscuro da
Vida» (de John McNoughton,
EUA/1996, com Luke Perry,
Ashley Judd. *Thriller*)
03.45 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação
10.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
13.45 Lux
15.00 «Harriet, o Espião»
(EUA/1996, com Michelle
Trachtenberg, Gregory Smith.
Comédia. Juvenil)
17.00 «Pinóquio e Gepetto
em Novas Aventuras»
(EUA/2000, com Drew Carey,
Julia Louis Dreyfus, Brent
Spiner. *Fantasia. Juvenil*)
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 Big Brother
00.15 «Drácula de Bram
Stocker» (de Francis Ford
Coppola, EUA/1992, com Gary
Oldman, Winona Ryder,
Anthony Hopkins, Keanu
Reeves. *Drama*)
02.30 Os Médicos

«Planeta Azul» (na RTP1) - o nosso país nas suas
belezas, às vezes misérias porque tão maltratadas...



Nota:
A Redacção não se
responsabiliza por
alterações de horários ou
conteúdos da programação
realizados pelos operadores
de televisão após o fecho
desta edição

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Recessões

Com naturalidade, anunciou-se esta semana que os EUA haviam «entrado oficialmente em recessão», segundo as contas feitas pelas próprias instituições oficiais norte-americanas que avaliam questões como a produtividade, o emprego, o consumo e o investimento no país. Igualmente se afirmou, com igual simplicidade, que os sintomas da crise se verificavam e evoluíam desde pelo menos Março passado, portanto muito antes dos acontecimentos de 11 de Setembro. Aliás, os atentados terroristas desse dia foram identificados como meros aceleradores da crise, que igualmente ficou definida como o fim de um ciclo contínuo de crescimento nos EUA, que durou os últimos 10 anos. Com um pormenor: em várias e vastas áreas — nomeadamente todas as que directa ou indirectamente estão ligadas à indústria armamentista — assistiu-se a uma subida em flecha na produção e volume de negócios.

Quase três meses depois dos trágicos acontecimentos de 11 de Setembro também já dá para se saber que houve lucros colossais na especulação bolsista mundial pela simples e oportuna transacção de acções, beneficiando uma minoria poderosa e sem rosto sem que isso correspondesse a qualquer alteração na produtividade. No reverso, é claro, houve indeterminados milhões de pequenos accionistas a verem desaparecer no éter os seus investimentos e, pior que isso, dezenas de milhares de trabalhadores no chamado mundo ocidental a serem lançados no desemprego.

Objectivamente, os atentados de 11 de Setembro deram inesperado fôlego às políticas neoliberais responsáveis pela actual e agora admitida recessão nos EUA, quer porque colocaram as suas consequências em segundo plano, quer porque deram mão livre aos seus principais mentores, organizados à volta da administração Bush. E deram-lhes mão livre a coberto da unanimidade que se gerou no apoio ao actual governo norte-americano na chamada «guerra contra o terrorismo».

Em suma: como num passe de mágica, a recessão que já estava instalada em terras do Tio Sam conhece a luz do dia como coisa natural e indiscutível, apanhando simplesmente a boleia dos atentados de 11 de Setembro. As suas causas e consequências deixaram de ter interesse porque, está bem de ver, o que agora importa é «guerrear o terrorismo» e «mobilizar forças» para esse combate, que é como quem diz dar carta branca aos novos senhores dos EUA para conduzirem a política mundial como entenderem.

Aliás, nunca como agora os dirigentes dos EUA se viram em situação tão privilegiada no concerto mundial: a pretexto dos atentados e da «guerra ao terrorismo» podem dizer ao mundo — como já o fizeram — que podem atacar quem muito bem entenderem, ao mesmo tempo que decretam haver apenas dois lados, no planeta: o dos «bons», que é o seu e de quem os acolite, e o dos «maus», que serão todos os que se lhes oponham e aos seus ditames.

Extraordinariamente, todo o planeta ficou até agora mudo perante esta nova filosofia, enleado na incontornável necessidade de extirpar o terrorismo.

Todavia — e convém não o esquecer — os problemas não desaparecem só porque deles se deixa de falar ou porque outros acontecimentos dominam as primeiras páginas. Em geral, continuam a existir e a agravar-se, caso não sejam enfrentados. É o caso, por exemplo, desta recessão agora admitida nos EUA com tanta naturalidade. Tal como é o caso da gritante injustiça na apropriação das riquezas mundiais ou da iniquidade da distribuição dessas mesmas riquezas, quer nacionalmente, quer a nível global. Esquecer isto é abrir caminho à recessão do próprio sistema capitalista, como a história o confirma.

Governo apresenta 2.º Orçamento Rectificativo

O descontrolo das contas

Os deputados cumprem hoje e amanhã, com a votação na especialidade e final global, a derradeira etapa do processo de aprovação do Orçamento de Estado para 2002. Não são de esperar novidades, já que o PS — pese embora os votos contra de todos os partidos da oposição — continua a ter como certo o voto precioso do deputado Daniel Campelo.

Apreciado na sessão plenária de ontem foi, entretanto, o Orçamento Rectificativo, o segundo apresentado pelo Governo no ano em curso (o primeiro foi em Junho). A perda de receita fiscal, segundo o ministro das Finanças, Oliveira Matins, foi a razão que levou o Governo a aprovar, na semana transacta, aquele documento em Conselho de Ministros Extraordinário.

chegou a execução orçamental, quer em matéria de arrecadação de receitas quer ao nível das despesas.

Descontrolo que é de tal ordem que o Executivo veio pedir à Assembleia da República autorização para aumentar o endividamento do Estado até um montante máximo de 940 milhões de contos.

Se atendermos a que o valor do défice que estava

do debate, em declarações ao *Avante!*, deve-se a uma enorme quebra na arrecadação da receita fiscal que, na execução do OE de Outubro (com projecção para o final do ano), significava uma quebra de aproximadamente 210 milhões de contos.

exercer a sua acção de controlo e combate à evasão fiscal desde o início de Outubro.

Outra segunda grande questão para a qual o PCP vem insistentemente chamando a atenção prende-se com a inércia do Executivo

PS no sentido de adoptar medidas legislativas, designadamente no plano da regulamentação da reforma fiscal, que permitam combater comprovados casos de evasão fiscal

como acontece no *off-shore* da Madeira, verdadeiro paraíso para as sociedades financeiras.

O Governo tem encarado o combate à fraude e evasão fiscais com enorme laxismo

Evasão fiscal

Esta brutal quebra de receita tem particular expressão no IRC, imposto este sobre as empresas que, sozinho, apresentava uma diminuição correspondente a metade daquele valor.

Dados estes que só vêm comprovar a justeza das críticas e preocupações desde há

Facto insólito

Diffícil é, pois, entender o lamento do Governo quanto à perda de receita fiscal quando é ele próprio, afinal, o principal responsável por este quadro.

Mas há ainda uma questão, insólita, que está por esclarecer e permanece como grande incógnita. Trata-se do facto de o Governo pedir este aumento do endividamento em mais de 400 milhões de contos quando a quebra de receitas, como se viu atrás, é de cerca de 200 milhões. Ora esta discrepância só pode querer dizer uma de duas coisas: o total descontrolo e o Governo prevê que este se venha a agravar ou, por esta via, está a tentar, subterraneamente, operar um expediente — escandalosamente ilegal, diga-se de passagem — no sentido de cobrir outros buracos orçamentais ao nível da despesa. Em qualquer dos casos, uma coisa é certa: o Governo está a tentar esconder ao País o descontrolo a que chegou a execução orçamental, designadamente em matéria de arrecadação de receitas e ao nível das despesas.



O défice aumentou mais 494 milhões de contos do que o previsto pelo Governo

Há quem levante, no entanto, as mais sérias dúvidas e reservas sobre o conteúdo deste Orçamento Rectificativo apresentado pelo Governo «em nome do rigor e da transparência», como o caracterizou em conferência de imprensa o ministro adjunto do primeiro-ministro, António José Seguro.

As explicações são outras e prendem-se sobretudo com o enorme descontrolo a que

inscrito no OE no início do ano era de 446 milhões de contos, mais facilmente se percebe a dimensão do buraco. Por outras palavras, segundo as contas do Governo, o défice aumentou em relação ao que ele próprio tinha previsto 494 milhões de contos, qualquer coisa como um aumento de 90 por cento.

Ora isto, conforme sublinhou antontem o deputado Lino de Carvalho, na véspera

muito manifestadas pelo PCP. A primeira das quais tem a ver com o enorme laxismo com que o Governo encara o combate à fraude e evasão fiscais sobretudo por parte dos grandes grupos financeiros. Só assim se explica, por exemplo, que a Inspeção Geral Tributária não disponha dos meios considerados suficientes, ao ponto, imagine-se, de os inspectores não saírem para

Empresas de Defesa querem ter futuro

Organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Cívicos das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa, decorreu ontem, na Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa, em Lisboa, um encontro-debate sobre «Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e Indústrias de Defesa — Presente e Futuro».

Com este debate foi objectivo do STEFFAs/CGTP dar voz às preocupações sentidas entre os trabalhadores e noutras áreas, designadamente nos meios militares, face à reestruturação do sector, anunciada pelo ministro da Defesa Nacional, e que os trabalhadores consideram que não vai resolver a actual situação de estagnação, indefinição e instabilidade.

Reservas que já anteriormente tinham sido manifestadas. Em Janeiro de 1998,

aquando da realização do primeiro Encontro, a direcção do STEFFAs e as Comissões de Trabalhadores dos vários estabelecimentos, tinham manifestado opinião desfavorável às internções e planos do Governo.

Inverter o sentido da orientação política anunciada e esboçar caminhos, orientações e sugestões sentido, foi preocupação central no debate realizado ontem. Outra finalidade do encontro foi denunciar os perigosos projectos de desmembramento dos Estabelecimentos Cívicos das Forças Armadas, dando lugar à constituição de empresas privadas ou de consórcios com parceiros que já actuam no mercado.

Os participantes no debate defenderam a manutenção dos EFFAs/Indústrias de Defesa, com base na sua

modernização, introduzindo novos meios de produção, mantendo ou mesmo ampliando o número de trabalhadores, investindo no alargamento do mercado e numa gestão eficaz.

Na defesa e manutenção das Indústrias de Defesa, foram igualmente considerados essenciais a dignificação das carreiras profissionais, salários justos e a formação profissional dos trabalhadores do sector.

Já em encontro realizado em Novembro de 1999, os trabalhadores do Alfeite tinham apresentado propostas concretas para a modernização e rentabilização do estaleiro, entretanto ignoradas pelo Governo. O que, como foi sublinhado no encontro, só poderá ter uma razão — as medidas propostas arredavam completa-

mente qualquer hipótese de privatização.

Razões que parecem estar igualmente presentes no programa do Governo em relação aos Estabelecimentos/Empresas de Defesa.

Na véspera do debate de ontem, activistas sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Cívicos das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa concentraram-se junto do Estado Maior do Exército, em mais uma acção de luta, tendo então feito a entrega de um documento com as suas principais reivindicações.

